Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

Gustavo Freitas Pereira

**A Teoria da História de R. G. Collingwood: Formação, Recepção e Principais
Argumentos.**

(Exemplar Corrigido)

São Paulo 2011

Gustavo Freitas Pereira

(gustavofp@usp.br)

A Teoria da História de R. G. Collingwood: Formação, Recepção e Principais Argumentos.

(Exemplar Corrigido)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História Social sob a orientação da Dra. Sara Albieri.

São Paulo

2011

Agradecimentos

Aos verdadeiros amigos, com quem sempre pude contar, meu fraterno reconhecimento: Paulo Filho, Alexsandro Amorim, Andrey Ricardo Silva e Roberto Rocha. Agradeço a todo o pessoal do alojamento provisório do CRUSP no primeiro semestre de 2007, em especial Saulo, Milton e Tiago. Também a Lucas Mancini e Sueli Cañas pelo posto de trabalho no período inicial do doutorado. A minha família, em especial minha mãe, Nina, minha irmã, Daniela, minha sobrinha, Isadora e meu sobrinho, Felipe. Agradeço à Luciana D. Lopes pela atenção e carinho inestimável. Meu obrigado também a toda equipe do Coseas, em especial ao pessoal do Bandeirão Central. Agradeço também ao pessoal da Secretaria do Departamento de História, onde sempre encontrei boa acolhida e presteza. Por fim, agradeço a minha orientadora Sara Albieri, sua sensibilidade intelectual é definitivamente fonte de inspiração, sua amizade sempre encorajadora e motivadora.

Resumo:

R. G. Collingwood (1889-1943) representa, para a cena intelectual inglesa da primeira metade do século XX, a retomada da reflexão sobre os problemas epistemológicos suscitados pela História. Collingwood enquanto estudante de graduação em Oxford absorveu elementos importantes do debate realismo-idealismo do século XIX. Figuras importantes como Cook Wilson, E. F. Carr, T. H. Green e F. H. Bradley despertaram a consciência de Collingwood sobre a importância das questões em Teoria do Conhecimento e, sobretudo, sobre a importância da Teoria da História. Para Collingwood, a principal tarefa da Filosofia do século XX era reconciliar-se com os francos desenvolvimentos da História. Seguindo o exemplo dos efeitos da Revolução Copernicana, que forçaram um deslocamento da própria Filosofia em direção às ciências físicas, a História, para Collingwood, no século XX, impõe um sismo ao terreno da Filosofia. Collingwood arquiteta sua proposta sobre a Teoria da História sobre três pontos fundamentais: a lógica de pergunta e resposta, a doutrina das pressuposições absolutas e o conceito de *re-enactment*. Nossa proposta aqui é a de oferecer um relato sobre a formação das ideias de Collingwood, avaliar seu impacto original e mais recente e, após isto, comentar a natureza filosófica de seus conceitos fundamentais em Teoria da História.

Abstract:

R. G. Collingwood's (1889-1943) work represents, within the British intellectual scene in the 20th Century, an increase of breath to the thinking and discussion over epistemological questions about historical knowledge. While an undergrad student in Oxford, Collingwood could absorb both realistic and idealistic elementary directions developed from the 19th Century. Ideas from important intellectuals within that context, such as Cook Wilson, T. H. Green, F. H. Bradley and E. F. Carr, certainly had their effects over the running of Collingwood's ideas shaping. Collingwood would defend later on that the main task for the Philosophy of the 20th Century was to reconcile itself with the methodological advances identifiable in historical research. As the Scientific Revolution did have a major impact in Philosophy in the 17th Century, History, at Collingwood's own time, imposed to Philosophy a change of directions. Collingwood structures his account for a *rapprochement* between History and Philosophy over three main points: the method of question and answer, the doctrine of absolute and relative presuppositions and the concept of re-enactment. My goal here is to evaluate his formation period tracing, also, the main characteristics to the reception to his thought. After that I try to present and discuss the philosophical nature as well as the criticism to his most acknowledged arguments about Theory of History.

Sumário

Introdução.....	09
Cap. 1. - Cenário e Formação de Ideias de R. G. Collingwood.....	27
1.1 - Nasce um embate na Historiografia Inglesa: Positivismo versus Idealismo.....	27
1.2 - A influência de Green e Bradley.....	30
1.3 - A importância do Idealismo Italiano em Collingwood: Vico.....	34
1.4 - Benedetto Croce.....	42
1.5 - O Realismo de Oxford.....	50
Cap. 2 - Collingwood como Arqueólogo.....	56
2.1 - Arqueologia durante o período de formação.....	56
2.2 – Bretanha Romana e a Muralha de Adriano.....	58
2.3 - Arqueologia Orientada.....	64
Cap. 3 - Fortuna Crítica e Relevância de Collingwood para a Historiografia Contemporânea.....	69
3.1 – Collingwood para os teóricos da Recepção.....	69
3.2 – Collingwood e a Escola de Cambridge.....	72
3.3 – Quentin Skinner e a abordagem collingwoodiana.....	73
Cap. 4 - A Lógica de Pergunta e Resposta: A hermenêutica collingwoodiana.....	83
4.1 – Críticas e Objeções à Lógica de Collingwood.....	93
Cap. 5 – História e Metafísica.....	103
5.1 – Pressuposições Absolutas e Relativas.....	108

5.2 – Críticas ao Ensaio Metafísico de Collingwood.....	114
Cap. 6 – <i>Re-enactment</i>: História do Pensamento.....	121
6.1 – O Argumento.....	126
6.2 – <i>Re-enactment</i> e Evidências Históricas.....	142
6.3 – Críticas à Doutrina do <i>Re-enactment</i>	151
Conclusão.....	163
Bibliografia.....	169

Introdução

Após a segunda metade do século XX o pensamento do historiador, arqueólogo e filósofo inglês R. G. Collingwood (1889-1943) foi revisitado e fomentou, consideravelmente, a discussão sobre os problemas epistemológicos revelados pela atividade historiográfica. A principal motivação intelectual desse professor de Oxford foi estabelecer uma oposição de impacto frente ao positivismo predominante no ambiente acadêmico inglês do início do século passado. O caminho para a construção dessa oposição passava necessariamente pela elaboração de uma Teoria da História significativa. Segundo Collingwood, sem nos ocuparmos das complexidades do conhecimento histórico, não somos capazes de compreender a vida humana e seus significados de maneira adequada.¹

Tendo como ponto de partida sua própria atuação profissional como arqueólogo e historiador, Collingwood procurou explicitar as implicações da negligência positivista com relação ao conhecimento histórico oferecendo alternativas de interpretação. A vasta produção bibliográfica desse intelectual, pode-se dizer, teve como pano de fundo a epistemologia do conhecimento histórico e suas conseqüências em uma Teoria do Conhecimento mais ampla. Nesta tese, abordaremos a Teoria da História de Collingwood tentando retratar seu contexto original e buscando reconstruir criticamente os argumentos centrais de seu pensamento sobre o conhecimento histórico.

Para essa abordagem, nos reportaremos, principalmente, ao período de formação de suas ideias, bem como à produção madura de Collingwood, quando sua preocupação sobre os problemas cognitivos da História se tornou ainda mais evidente. Como alguns comentadores defendem, uma avaliação mais acurada sobre a Teoria da História collingwoodiana provavelmente não prescindirá da leitura de textos que não trabalham a Filosofia da História especificamente, os textos de Collingwood sobre a Filosofia da Arte,

¹ A ignorância com relação ao conhecimento histórico por parte dos intelectuais, tal como defende este pensador, tinha implicações sérias. Collingwood chega a acusar seus colegas de convivência com relação ao abalo das instituições democráticas, fruto dos ataques do fascismo e do nazismo. Nas palavras dele, “a lacuna era um demérito para a Filosofia inglesa.”

por exemplo². Mas por delimitação prática, nos movimentaremos no âmbito de seus livros mais conhecidos, a saber, *An Autobiography* (1939), *An Essay on Metaphysics* (1940) e *The Idea of History* (1946).

Desse material selecionado, o que representa a principal porta de entrada para a contribuição de Collingwood para a Teoria da História é *The Idea of History*. Esse texto consiste na melhor fonte para avaliarmos o conteúdo do conceito responsável pelo impacto do pensamento de Collingwood no entorno intelectual do século XX, o conceito de *re-enactment*. É possível, em *The Idea of History*, acompanhar o desenvolvimento da idéia e avaliar o esforço de Collingwood ao defendê-la de possíveis críticas. Basicamente, o que a doutrina do *re-enactment* preconiza é o pensamento humano como o único objeto de estudo da História propriamente.

Segundo Collingwood, o historiador tenta compreender a ação humana e seu pressuposto básico, ou ainda, seu interior, o pensamento humano. Nesse sentido, como apuramos de Errol Harris³, o objeto do conhecimento histórico são as coisas feitas pelo homem. O historiador se movimenta em um espaço cognitivo constituído por dois elementos, a saber, o pensamento e suas expressões. As duas instâncias dão forma ao que se chama ação humana. A partir das evidências de ações humanas passadas, remotas ou mais recentes, o historiador busca reconstruir em sua própria mente o pensamento que dá origem à ação.

Ao contrário dos fenômenos investigados pelos cientistas naturais, os processos abordados na historiografia, de acordo com a proposta de Collingwood, possuem uma característica exterior, os traços físicos das ações, e, por outro lado, um âmbito interior, o pensamento. É possível ao historiador se apoderar do pensamento de seu objeto de estudo, seja ele um imperador ou uma rainha, um representante político ou um revolucionário. Em

² Sua produção bibliográfica é extensa e representa um esforço interdisciplinar não muito comum para a época. Seu primeiro livro, publicado em 1916, foi *Religion and Philosophy*, seguido de uma lista de títulos, todos eles desenvolvendo discussões acerca de problemas essencialmente filosóficos. *Speculum Mentis*, de 1924, cuja preocupação seria a de desenhar um “mapa” do conhecimento humano; *An Essay on Philosophical Method*, de 1933, em que o autor tenta definir a filosofia e explicitar seu método; *The Principles of Art*, de 1938, consistindo este texto na cristalização do que Collingwood entendia no domínio da Filosofia da Arte; *The New Leviathan*, de 1942, contendo as posições de Collingwood no que diz respeito à Ética e à Filosofia Política. Também no âmbito da Filosofia Política, é possível se reportar a uma coletânea de artigos e palestras editada por David Boucher, em 1989, a partir de manuscritos inéditos de Collingwood. Nela, é clara a intenção de Collingwood em apresentar o liberalismo como o antídoto mais eficaz, senão o único, contra as frentes nazistas, fascistas e socialistas totalitárias que minavam as democracias do século XX.

³ Harris, E. E. Collingwood's Theory of History, In.: *Philosophical Quarterly*, vol. 7, No 26, (Jan., 1957) pp. 35-49.

contrapartida, não é o objetivo do físico compreender como pensa uma sub-partícula atômica. Seres humanos não estão inseridos, segundo Collingwood, em um mundo de fatos puros, isto é, apenas corpos físicos e suas mudanças e movimentos.⁴ O mundo humano é um mundo de significados, linguagem e pensamento; e a tarefa do historiador é adentrar esta realidade.

O conceito de *re-enactment* é, sem dúvida, o conceito que tirou Collingwood do anonimato o inserindo, mesmo que tardiamente, no cenário das discussões acerca da Epistemologia das ciências históricas. No desenvolvimento da tese, buscaremos a exploração desse conceito chave segundo uma perspectiva que leva em conta dois aspectos, a saber, o contexto da ideia e a ideia em si. Explorando o contexto em que circulou o conceito de *re-enactment* buscaremos um relato do ambiente em que a ideia foi gestada, assim como o impacto de sua apresentação. Nesse sentido, tentaremos apontar as principais influências em Collingwood e que o levaram a formulação e defesa do *re-enactment*. Esse objetivo, tal como exposto, indica a necessidade de reconstrução dos diálogos de Collingwood, fosse dele para com seus pares, fosse dele para com a tradição intelectual anterior a ele.

Ao analisarmos a ideia em si, levando em conta mais seu aspecto lógico do que o aspecto historiográfico, nos aproximaremos da avaliação crítica do argumento, sua pertinência e implicações metodológicas. Trata-se, também, de um diálogo, mas um diálogo das ideias de Collingwood com o estado da arte atual nas discussões em Epistemologia da História e nossa própria avaliação desse estado de coisas. Aqui caberá o posicionamento crítico não somente com relação às propostas originais de Collingwood, mas também com relação aos comentários de estudiosos e especialistas.

Outro ponto capital para a discussão acerca das ideias de Collingwood sobre o conhecimento histórico é o método de pergunta e resposta. Podemos inferir esse método a partir da leitura dos trabalhos de Collingwood em Arqueologia.⁵ Nestes textos, o autor põe em relevo não somente a importância do questionamento constante na investigação arqueológica, mas também a necessidade do arqueólogo colocar novas questões sobre os problemas a que se dedica.

⁴ Collingwood, R. G. *An Autobiography*. Oxford: Oxford University Press. 1978. p. 147.

⁵ Elementos importantes da produção bibliográfica de Collingwood emergem no domínio da arqueologia por meio de *Roman Britain*, de 1932, e *Roman Britain and the English Settlements*, de 1936.

Contudo, a proposta sistematizada de um método a ser seguido aparece no quinto capítulo da autobiografia de Collingwood. *An Autobiography*, escrita por Collingwood em 1938, cativa pelo estilo. Pois, como E. W. F. Tomlin observou em 1953, Collingwood se distinguia “não somente por seus talentos literários magníficos, mas também por seu domínio das relações próximas entre a Filosofia e as ciências, e acima de tudo, entre a Filosofia e a Literatura”.⁶ A narrativa se movimenta no sentido de apresentar o desenvolvimento intelectual de seu autor. Collingwood, desta maneira, descreve o ambiente familiar, seus primeiros anos no sistema de ensino tradicional inglês e fala, também, de seus anos de formação no ensino superior. Alguns capítulos desta autobiografia, entretanto, se apresentam como fundamentais para a compreensão das idéias de Collingwood sobre a Filosofia e a Metodologia da História.

O texto, em sua totalidade, possui doze capítulos. A partir do quinto deles, *Question and Answer*⁷, o filósofo tenta explicitar o método próprio da historiografia e seus objetivos cognitivos. No capítulo *History of Philosophy*, o historiador tenta defender a idéia de que, na verdade, a Metafísica e a Filosofia estão intimamente ligadas à História. Segundo Collingwood, quando um filósofo se dedica à leitura e à compreensão de um texto antigo, um excerto de Platão, por exemplo, ele deve estar consciente de que sua tentativa é um exercício historiográfico e, portanto, deve levar em conta a metodologia historiográfica implícita. A seguinte passagem reflete esta posição:

Para mim, portanto, não existiam dois conjuntos separados de questões, um histórico e outro filosófico, sobre uma certa passagem ou um determinado filósofo. Havia apenas um conjunto de questões, o conjunto histórico. O estudo de Platão era, em minha visão, do mesmo tipo do estudo de Tucídides. O estudo da Filosofia Grega e o estudo das Guerras Gregas são ambos problemas históricos.⁸

Era preciso, conseqüentemente, uma conciliação (*rapprochement*) da Filosofia para com a História. É neste sentido que a autobiografia se torna um documento importante a ser

⁶ Tomlin, E. W. F. *R. G. Collingwood*. London: The British Council, 1953.

⁷ Collingwood, R. G. *An Autobiography*. Oxford: Oxford University Press, 1978. p.29

⁸ Op. Cit., p. 72.

interpretado, isto é, podemos encontrar a argumentação de Collingwood e avaliá-la, não com respeito aos eventos pessoais do desenrolar de sua vida como intelectual, mas com relação às suas idéias sobre a Filosofia da História.

Nos capítulos seguintes, Collingwood discorre, por exemplo, sobre a necessidade, em sentido forte, da Filosofia da História. A ignorância com relação ao conhecimento histórico por parte dos intelectuais, tal como defende este pensador, tinha implicações sérias. Collingwood chega a acusar seus colegas de conivência com relação ao abalo das instituições democráticas, fruto dos ataques do fascismo e do nazismo. Nas palavras dele, “a lacuna era um demérito para a Filosofia inglesa.”⁹ Em boa medida, esse descontentamento, presente na autobiografia, antecipa o tom de *The New Leviathan*, reflexão esta sobre a Filosofia Política e a Ética. Ressalta-se, portanto, a idéia de que o estudo teórico não deve divorciar-se da vida prática. Em Collingwood, a História está para a vida, assim como a Filosofia está para a prática.

No capítulo *Theory and Practice* de sua autobiografia, Collingwood tenta explicitar sua oposição à negligência dos realistas-positivistas com relação à história e a ética, defendendo que o pensamento ou teoria subjacentes às ações humanas determinam seus cursos. Isto é, há uma relação simétrica entre teoria e prática; modificações nas teorias sejam elas morais, políticas ou econômicas, refletem diretamente nos resultados das ações humanas. Reproduzimos aqui a passagem:

(...) em sua capacidade de agente moral, político e econômico, o ser humano não vive em um mundo de “fatos puros”, mas em um mundo de pensamentos; em que, se modificamos as teorias morais, políticas ou econômicas geralmente aceitas pela sociedade em que ele vive, modificamos o caráter do mundo em que vive; e que, se modificamos suas próprias teorias, modificamos suas relações com aquele mundo; sendo assim, modificamos sua maneira de agir.¹⁰

⁹ Op. Cit., p. 85.

¹⁰ Op. Cit., p. 147.

Para Collingwood, portanto, a teoria e a prática estabelecem entre si uma relação íntima e de dependência mútua, “pensamento dependendo daquilo que o agente aprendeu com sua ação, e o agir dependendo de como o agente compreende a si mesmo no mundo”.¹¹ Por estas razões, a autobiografia de Collingwood, enquanto sistematização de suas preocupações com relação à Epistemologia da História, se nos apresenta como texto fundamental.

A justificativa da utilização de algumas partes da autobiografia de Collingwood pode ser elaborada esquematicamente seguindo os seguintes elementos: a) oposição ao realismo e ao positivismo; b) necessidade da epistemologia da história; c) a metodologia proposta por Collingwood; d) aproximação entre História e Filosofia; f) e, finalmente, o conceito de *re-enactment* e seus desdobramentos. Muitos especialistas não prescindem do conteúdo da autobiografia para que possam analisar a Teoria da História de Collingwood. Se é que existe alguma discussão sobre as fontes para este estudo, ela reside na possibilidade de leituras que tomariam textos como *Speculum Mentis* e *An Essay on Philosophical Method*. Mas a pertinência da autobiografia, como podemos perceber em William Dray e outros como Louis Mink, Alan Donagan e Lionel Rubinoff¹², permanece ponto pacífico.

Outro desdobramento importante da Teoria da História de Collingwood é a tentativa de aproximação dos campos de indagação da Metafísica e da História.¹³ Na verdade, a tese defendida detalhadamente em *An Essay on Metaphysics* é ambiciosa e pretende reduzir a Metafísica à História. Nesse ponto Collingwood assume uma postura radical e defende, assim como em *The Idea of History* e em sua autobiografia, que não há diferença entre problemas filosóficos e problemas históricos.

Esta aproximação (redução?) é apresentada por meio das noções de pressuposições absolutas e relativas. Segundo o conceito de pressuposições absolutas e relativas, o objetivo do historiador, bem como do filósofo, é o de se aproximar do núcleo do aparato de crenças que dão origens a sistemas cognitivos.

É possível, tal como podemos perceber citando o editor mais recente do livro, admitir que Collingwood antecipe de alguma maneira uma idéia de muito impacto na segunda

¹¹ Op. Cit., p. 150.

¹² Dray, W. *History as Re-enactment. R. G. Collingwood's Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 10.

¹³ Nas palavras de Peter Johnson, “o trabalho de Collingwood pode ser plausivelmente descrito como uma tentativa de descobrir a unidade entre a Filosofia e a História.”

metade do século XX, a saber, a noção de paradigma científico apresentado por Thomas Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de 1962.¹⁴

Do ponto de vista da Teoria da História, a noção de pressuposições absolutas abre um horizonte vasto para questões complexas e instigantes. Por exemplo, o que significa assumir que não se pode avaliar uma pressuposição absoluta, isto é, atribuir-lhe valor de verdade ou falsidade, ao mesmo tempo em que se espera que os relatos sobre elas sejam adequados? De que maneira as pressuposições absolutas operam no fazer científico e no fazer historiográfico? O que significa assumir que uma constelação de pressuposições absolutas representa um complexo de idéias essencialmente históricos? Collingwood antecipa mesmo as idéias de Thomas Kuhn? De maneira similar, está o autor de *An Essay on Metaphysics* próximo do Wittgenstein das *Investigações*? Se aceitarmos, mesmo que provisoriamente, a teoria das pressuposições absolutas, quais seriam as pressuposições absolutas dos historiadores em suas narrativas? Podemos ter como objetivo uma verdade última ao falar destas constelações tão voláteis? A Metafísica e a Filosofia são realmente redutíveis à História? Estas questões, sem dúvida alguma, podem nos guiar a um tratamento dinâmico e atual às questões subjacentes à Teoria da História, tal como discutidas nos dias de hoje. Neste caso, a Metafísica de Collingwood surge como pretexto para a compreensão dos problemas e, talvez, para a proposta de novas perspectivas.

A apresentação do conceito de pressuposições absolutas está de acordo com a tendência inicial e pré-formadora de Collingwood de tentar transpor os limites de análise das atividades humanas, principalmente a ciência, apenas em seus aspectos lingüísticos ou formais. Neste sentido, podemos observar que na época de sua publicação, 1940, *An Essay* consistiu na resposta de Collingwood ao filósofo, também de Oxford, A. J. Ayer e seu *Language, Truth and Logic*, de 1936. O próprio Ayer, ao falar de Collingwood, já nos anos 1980, relata:

Acredito ter alguma responsabilidade pelo surgimento da *Metafísica* de Collingwood. Ela contém muitas referências ao meu *Language, Truth and Logic* e muitas reprovações com relação aos positivistas lógicos por terem

¹⁴ Op. Cit., p. xxxiii.

como base para seus ataques à metafísica uma má compreensão do assunto, servindo assim a causa da irracionalidade.¹⁵

Contudo, a principal porta de entrada para a Filosofia da História de Collingwood e *The Idea of History*.

O livro, segundo J. V. der Dussen, a propósito de sua introdução para a edição revisada de 1993, é responsável pelo ressurgimento do interesse geral com relação à Filosofia da História, “tema usualmente associado a autores alemães da virada do século como Dilthey, Windelband, e Rickert.”¹⁶ Após a morte de Collingwood, um de seus ex-alunos, T. M. Knox foi incumbido da tarefa de reunir e organizar manuscritos autorizados¹⁷ de Collingwood que tivessem como tema o conhecimento histórico. Parece haver consenso entre os especialistas a respeito das falhas de Knox na realização da edição de *The Idea of History*. Robert Burns, por exemplo, endossa esse ponto de vista quando diz: “A edição de T. M. Knox para *The Idea of History* é um problema básico.”¹⁸

Knox trabalhou com dois conjuntos distintos de manuscritos. O primeiro deles reunia palestras que Collingwood escreveu e ministrou (principalmente) no ano de 1936. O objetivo dele era, como aponta der Dussen¹⁹, reunir os manuscritos e publicá-los dando origem a um livro, isto é, *The Idea of History*. O segundo conjunto de manuscritos analisados por Knox, *The Principles of History*, foi escrito durante uma viagem de Collingwood à Indonésia em fevereiro de 1939. Debilitado, depois de uma série de derrames, o intelectual de Oxford não chega a concluir o livro que mais gostaria de publicar, *The Principles*.²⁰ Porém, antes de morrer, em nota escrita, Collingwood autoriza a publicação do material, desde que sua esposa fosse consultada e escrevesse um prefácio

¹⁵ J. Ayer, *Philosophy in the Twentieth Century*. Vintage Books: New York, 1982, p. 197.

¹⁶ Collingwood, R. G. *The Idea of History*. Oxford University Press: Oxford, 1993 [1946]. P. 04.

¹⁷ Muito do material deixado por Collingwood não teve sua permissão para publicação. Os textos foram depositados na Bodleian Library, em Oxford. Como William Dray lembra, em *History as Re-enactment* (1999, p. 12), os manuscritos foram liberados para pesquisa em 1978. As notas, artigos e palestras mais relevantes para a compreensão da teoria da história em Collingwood, segundo Dray, datam de 1926 e 1928. A edição revisada de *The Idea of History*, editada por J. V. der Dussen, contém alguns destes manuscritos e a autorização para publicação partiu da filha de Collingwood, Theresa Smith.

¹⁸ Collingwood, Bradley, and Historical Knowledge. In.: *History and Theory*. No. 45. May 2006, pp. 178-203.

¹⁹ Collingwood, R. G. *The Idea of History*. Oxford University Press: Oxford, 1993 [1946]. P. 11.

²⁰ Op. Cit., p. 11. der Dussen reproduz um trecho de uma carta de Collingwood ao arqueólogo F. G. Simpson: “*The Principles of History* é o livro que passei a vida preparando-me para escrever. Se puder concluí-lo, não terei absolutamente nada para lamentar”.

explicando aos leitores que se tratava de um texto não finalizado. A partir deste momento os efeitos editoriais de T. M. Knox são percebidos. Ele diz em carta a Oxford University Press²¹:

Apesar da autorização garantida para a publicação, penso que seria um erro publicar *The Principles of History* tal como se apresenta. Está dividido em três capítulos. Boa parte do segundo e do terceiro já está contida na autobiografia e em *An Essay on Metaphysics*, e não estou satisfeito com a idéia de publicar uma nota escrita muito provavelmente quando R. G. C. encontrava-se extremamente adoentado.²²

O que Knox fez, foi adaptar parte dos manuscritos de *The Principles* na edição de *The Idea of History*. Inicialmente, Collingwood tinha como meta dividir *The Principles of History* em três partes: a primeira, apontando as características da História como ciência especial; em segundo lugar, tentaria analisar as correlações da História para com as outras ciências; a terceira parte, por fim, discutiria o papel da história como reflexão para a vida prática. Collingwood finalizou apenas a primeira parte. Os temas específicos da parte concluída de *The Principles of History* apresentar-se-iam no manuscrito da seguinte maneira: a) o conceito de evidência histórica; b) ação; c) o conceito de *re-enactment*; d) a História como o autoconhecimento da mente. Porém, como der Dussen expõe, “a confiabilidade no tratamento que Knox dá ao texto de *The Principles of History* permanece discutível”²³, por consequência, a pertinência das ações dele para a edição de *The Idea of History* parece questionável.

O objetivo de Collingwood era o de que seus manuscritos dessem origem a dois livros diferentes. Tal como expõe der Dussen:

O que podemos determinar com certeza é a intenção original de Collingwood em publicar dois livros separadamente. *The Idea of History*

²¹ Op. Cit. p. 12.

²² Op. Cit., p12.

²³ Op. Cit. p. 12

e *The Principles of History*. A falta de consideração por parte de Knox com relação à autorização de Collingwood para a publicação de *The Principles of History* teve como resultado a condensação do conteúdo dos dois livros no volume *The Idea of History* que recebeu algumas partes de *The Principles of History*, mas também outros dois ensaios escritos por Collingwood anteriormente ('Human Nature and Human History', pp. 205-31 e 'The Historical Imagination', pp. 231-49). As partes de *The Principles of History* e os ensaios publicados foram coligidas por Knox sob o título de 'Epilegomomena', a Parte V de *The Idea of History*.²⁴

A atividade editorial de T. M. Knox, portanto, condensou os textos originais em um livro apenas. Partes concluídas de *The Principles* passaram pelo crivo do ex-pupilo de Collingwood e integraram *The Idea of History*. O problema, como mencionado anteriormente, são os critérios adotados para a edição. Van der Dussen é ainda mais enfático ao dizer que, na verdade, o que houve, foi uma manipulação dos textos por parte de Knox e oferece exemplos ainda mais específicos:

Um exemplo óbvio da manipulação do texto por parte de Knox é encontrada na página 73. O texto da metade daquela página pertence à página 68 do manuscrito de 1936. Naquele, contudo, há uma longa passagem entre a sentença que inicia com 'A Escola Inglesa, então, está reorientando a Filosofia em direção a História' e aquela que inicia com 'Deve haver algum significado, uma vez que se trata de um pensador tão determinado e tão profundo'. Nesta passagem Collingwood critica a noção estática e permanente acerca da natureza humana em Locke e Hume. 'Uma reorientação substancial da Filosofia em direção a História', diz Collingwood entre outras coisas, 'eliminaría tais concepções como relíquias do dogmatismo metafísico, e insistiria que nossa condição significa apenas nossas condições aqui e agora, e que natureza humana significa natureza humana como a encontramos agora'. A passagem não

²⁴ Op.Cit., p. xiii

foi apenas deixada de lado por Knox, mas com o intuito de conferir ao texto fluidez também efetuou outras modificações.²⁵

Knox parece ter agido arbitrariamente desde o primeiro momento, ou seja, quando decide transformar dois livros em um. A atitude de julgar a relevância dos manuscritos com base na doença de Collingwood e também sua intenção de evitar repetições tem reflexos decisivos não tanto na leitura de *The Idea of History*, mas na interpretação sobre como suas ideias se desenvolveram. Um agravante sério desta situação é o fato de que boa parte do material original havia sido perdida ou inutilizada segundo prática da Oxford University Press após publicar manuscritos em geral²⁶.

O debate acerca da pertinência da edição de Knox para os textos de Collingwood veio à tona quando da liberação ao público dos manuscritos em 1978. A polêmica aumentou ainda mais quando em 1995 arquivistas da Universidade de Oxford encontraram as quase noventa páginas finalizadas de *The Principles of History*.²⁷ Assim que a pesquisa foi permitida, especialistas puderam perceber que o desenvolvimento das idéias de Collingwood acerca do conhecimento histórico poderia ser interpretado de maneira bem diferente. Também puderam desmentir muita coisa do que Knox apresentou no prefácio da edição de 1946.

Contudo, o valor textual de *The Idea of History* não chega a estar comprometido e consiste, a despeito dos manuscritos na Bodleian Library, na principal porta de entrada para a Filosofia da História de R. G. Collingwood. A interpretação das idéias de Collingwood, possivelmente, pode tomar rumos diferentes devido ao teor dos manuscritos e voltaremos a discuti-los ainda nesta apresentação. Para evitar mal-entendidos, entretanto, e seguir o que parece procedimento instituído por estudantes de Collingwood, utilizamos a edição revisada de 1993 para *The Idea of History* desconsiderando o prefácio escrito por T. M. Knox em 1946.

²⁵ Op. Cit., p. xviii

²⁶ Op. Cit. p. xiv

²⁷ Escreve der Dussen: “Foram encontradas (as noventa páginas) pelos arquivistas Peter Foden e Jenny McMorris durante um levantamento do material de arquivo. Junto com elas um esboço para “Uma Teoria Cosmológica” de dezessete páginas, sendo este a conclusão que Collingwood planejou para *The Idea of Nature*, excluído também por Knox quando editou este livro.” Collingwood’s “Lost” Manuscript of The Principles of History. In.: History and Theory. Vol. 36, No. 1 (Feb. 1997) pp. 32-62.

Além disto, este texto representa a melhor fonte para avaliarmos o conteúdo do conceito responsável pelo impacto do pensamento de Collingwood no ambiente intelectual do século XX, o conceito de *re-enactment*. É possível, em *The Idea of History*, acompanhar o desenvolvimento da idéia e avaliar o esforço de Collingwood ao defendê-la de possíveis críticas. Basicamente, o que a doutrina do re-enactment preconiza é o pensamento humano como o único objeto de estudo da História propriamente.

Foi somente no século XIX, segundo Collingwood, com o desenvolvimento do estudo crítico do passado humano que a investigação acerca da natureza humana passou a tomar uma direção mais confiável. A interpretação dos rastros deixados pelos pensamentos de outras épocas ressalta a especificidade da investigação histórica com relação às ciências naturais. Por transcender a visão externa que se tem dos fenômenos puramente físicos e por ter como meta a reconstrução do pensamento dos agentes históricos, a disciplina histórica é, para Collingwood, a ciência da mente humana, não é suficiente apenas explicar, é preciso também compreender.

O parentesco das idéias de Collingwood quanto à tradição hermenêutica, principalmente com relação a pensadores como Droysen e Dilthey²⁸, se dá através do conceito de *re-enactment*. Importante ressaltar, todavia, que Collingwood toma o cuidado de distinguir sua proposta daquela identificada no pensamento de Dilthey. Obviamente que quando o inglês defende que um historiador deve enxergar uma situação tal como o agente histórico a enxergou, torna-se impossível não aproximá-lo da tradição empática. Contudo, a empatia em jogo para Collingwood diz respeito apenas ao pensamento. Em *The Idea of History*, é possível perceber que a empatia de Dilthey²⁹, em última instância, incorre em uma psicologia redutível a termos fisiológicos.

Em Collingwood, como vimos acima, o pensamento não representa uma grandeza física ou um elemento químico e a abordagem, diferente da abordagem experimental, deve ser qualitativa. Em um experimento físico, o cientista observa os objetos, manipula a intensidade dos movimentos e quantifica os valores associados às variáveis com o objetivo de controlar e reproduzir um fenômeno. Tudo isso ocorre desde uma perspectiva externa ao objeto estudado. Observa-se o oposto no conhecimento histórico interpretado sob a luz do conceito de *re-enactment*. Se quiséssemos compreender historicamente, por exemplo, o procedimento do cientista que trabalhava no laboratório, deveríamos reconstruir na

²⁸ Ver Connelly, J. *Robin George Collingwood*. Para a Stanford Library of Philosophy, em Janeiro de 2006.

²⁹ R. G. Collingwood. *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press. p.176.

imaginação seus argumentos para chegar aos resultados a que chegou. Trata-se, portanto, de repensar o complexo de perguntas e respostas que ocupou o cientista. Trata-se de tomar posse do pensamento de outrem. Note-se que não estão em questão as sensações, (cansaço e fome, por exemplo), e emoções (amor e orgulho) do cientista, e sim o argumento por trás de sua ação investigativa.

Tendo em vista o fato de que o historiador não pode contar com a constatação empírica em relação a seu objeto e também a perspectiva de que o historiador não deve confiar plenamente em autoridades anteriores ou testemunhos, qual é o objetivo possível? A resposta de Collingwood é a de que o historiador deve reconstruir (*to re-enact*)³⁰ em sua própria mente o pensamento do personagem histórico. A investigação das evidências, a crítica às autoridades e a atividade constante de tentar refazer as perguntas que fizeram os agentes históricos têm como resultado, segundo Collingwood, a reafirmação³¹ do mesmo ato de pensamento do personagem a que se investiga. Recorremos a outro exemplo do autor que, além de explicitar melhor sua proposta conceitual, aproxima a História da Filosofia:

Novamente, suponhamos que está lendo um excerto de um filósofo antigo. Mais uma vez, ele deve conhecer a língua no sentido filológico e ser capaz de traduzir; ainda desta maneira não é capaz de compreender o texto como um historiador da filosofia deve compreender. Para tanto, ele deve enxergar qual era o problema filosófico ao qual seu autor tentava apresentar uma solução. Ele deve pensar aquele problema por ele mesmo, enxergar quais soluções poder-se-ia oferecer, e entender por que aquele filósofo escolheu aquela solução em vez de outra. Isso significa repensar por ele mesmo o pensamento de seu autor, e nada diferente disso o tornará um historiador daquele pensador.³²

O objetivo do historiador, portanto, é refazer e tornar seu o caminho argumentativo, tal como o exemplo sugere, do filósofo estudado.

³⁰ Op. cit. p. 282.

³¹ 'Reafirmação' é a opção de tradução de Paul Ricoeur para '*re-enactment*'.

³² Op. Cit. p.282.

Ao longo de *The Idea of History*, podemos perceber Collingwood apresentando e tentando defender sua idéia de possíveis críticas. Contudo as insuficiências não são contornadas de maneira definitiva. Uma das críticas mais lembradas pelos comentadores é a restrição do alcance da investigação do historiador que a doutrina do *re-enactment* estabelece. Ao assumir a reconstrução do pensamento como objetivo do conhecimento histórico, podemos deixar de lado temas e problemas não menos humanos, mas que não estão diretamente relacionados ao pensamento consciente. Isto é, ações humanas podem tomar lugar sem que possamos apontá-las como racionais ou frutos de um pensamento claro e passível de reconstrução. Além disso, por que o fluxo das sensações ou das emoções não poderia constar como temas para os historiadores?

A História Natural também fica de fora do alcance epistemológico da História propriamente dita, segundo a teoria de Collingwood. As mudanças no mundo natural seriam resultado de movimentos corporais e, por conseqüência, objetos conciliáveis apenas com a abordagem empírica. Mas será mesmo assim? Talvez a idéia de reconstruir razões não esteja restrita apenas às ações humanas e sua complexa psicologia. Talvez, como podemos perceber em autores como Daniel Dennett, possamos compreender as razões por trás das mudanças no mundo natural. Desta maneira a pergunta sobre os por quês também faria sentido na biologia evolutiva, por exemplo.

Para muitos críticos, o ato mesmo de postular um interior e um exterior para oferecer uma análise descritiva do objeto da historiografia representa uma dificuldade desnecessária e, como conseqüência, a metáfora do ‘como’ e do ‘por que’ simplesmente não segue. Uma das críticas a que se refere Dray é a de Patrick Gardiner.³³ O teor desta crítica leva em consideração o possível erro de Collingwood ao interpretar o pensamento como uma entidade peculiar de acesso indireto e apenas possível ao historiador. Ainda de acordo com a crítica de Gardiner, a divisão interior-exterior do objeto do historiador confere ao pesquisador habilidades quase místicas, incompatíveis com uma abordagem epistemológica racional. Ou ainda, como na crítica de G. J. Renier, também lembrada no texto de Dray³⁴, a inferência histórica estaria mais próxima de um tipo de “clarividência” e não de um processo investigativo cuja metodologia tem por critério principal a racionalidade.

³³Dray, W. *History as Re-enactment*. Oxford: Clarendon Paperbacks 1999. p. 38.

³⁴ Op. Cit. p. 39.

Então, seria o conceito de *re-enactment* um indicativo irrefutável da autonomia do conhecimento histórico? Em que medida este conceito representa o real objetivo da investigação histórica? Responder a estas questões nos põe a caminho para compreender Collingwood e, também, nos apresenta maneiras de criticar seu pensamento.

Algumas palavras podem ser ditas, todavia, acerca dos manuscritos e dos textos que não tem por objeto específico o conhecimento histórico. Obras como *The New Leviathan* em que Collingwood parece claramente defender um modo de vida a que julga correto, podem iluminar e contestar aqueles que o apontam como uma referência para a defesa do relativismo na historiografia.³⁵ Além disto, no *Essay on Philosophical Method* e *Speculum Mentis*, podemos seguir o que Collingwood entende pelo conceito de verdade e também suas ideias sobre a Filosofia da Mente. Desta maneira, como vimos, textos que não sejam especificamente escritos para dar conta do conhecimento histórico, acabam inaugurando novas possibilidades interpretativas.

De fato, não é nosso objetivo oferecer uma análise sistemática do conjunto total do pensamento de Collingwood. A meta seria mais bem descrita como uma tentativa de refazer não o caminho que levou Collingwood à Epistemologia da História, mas o caminho percorrido por ele já nesse espaço de investigação.³⁶ O que, de maneira alguma, nos afasta previamente da possibilidade de visitar outras fontes tais como aqueles que citamos acima: *Speculum Mentis*, *Essay on Philosophical Method*, *The Principles of Art*. Além deles, devemos também nos remeter aos manuscritos liberados em 1978. Tal como lembramos acima, para especialistas como William Dray e J. V. der Dussen, os manuscritos podem iluminar decisivamente o estudo sobre a Teoria da História e outros temas em Collingwood.

³⁵ *The New Leviathan*, de 1942, contém as posições de Collingwood no que diz respeito à Ética e à Filosofia Política. Também no âmbito da Filosofia Política, é possível se reportar a uma coletânea de artigos e palestras editada por David Boucher, em 1989, a partir de manuscritos inéditos de Collingwood. Nela, é clara a intenção de Collingwood em apresentar o liberalismo como o antídoto mais eficaz, senão o único, contra as frentes nazistas, fascistas e socialistas totalitárias que minavam as democracias do século XX.

³⁶ Por exemplo, levando-se em conta as análises de Alan Donagan (1962) e de Louis Mink (1968), estaríamos comprometidos em abordar a Filosofia da Mente de Collingwood, principalmente sua teoria da escala das formas, como pré-requisito básico para a compreensão da Teoria da História collingwoodiana. Porém, tentaremos nos reportar a estas ideias por meio de relatos de comentadores como os do próprio Mink. A razão para tal decisão é a de que a Filosofia da Mente de Collingwood pode demandar uma análise pormenorizada e, com isso, nos afastar de nosso foco, sua Filosofia da História.

Ao todo, o número de páginas depositadas na Bodleian Library, em Oxford, ultrapassa a marca de quatro mil.³⁷ A vontade expressa de Collingwood era a de que este material jamais fosse publicado. Mas depois da liberação para pesquisa local, alguns intelectuais trabalharam no sentido de viabilizar uma parte destes artigos para o público. Uma desobediência bem vinda e que contou com a orientação e permissão de alguns familiares de Collingwood. Dois exemplos relativamente recentes são as compilações propostas por David Boucher em *Essays on Political Philosophy*, de 1989, e, também, *The Philosophy of Enchantment*, de 2005. A primeira delas reúne artigos de Collingwood sobre Política, sobre Ética e também sobre Economia. Com esta compilação a discussão sobre a Filosofia Política neste autor inglês pôde ir além de seu livro, *The New Leviathan*. Mais recentemente Boucher, Wendy James e Philip Smallwood tornaram possível o acesso a alguns manuscritos que têm por objeto a Crítica Literária, o Folclore e a Antropologia. Neste livro, podemos acompanhar o pensamento de Collingwood acerca do texto literário enquanto evidência histórica, acerca do folclore como documento e objeto de investigação, assim como podemos avaliar as posições de Collingwood sobre o processo criativo na arte, suas características antropológicas e seu papel na historiografia.

Dada a enorme quantidade de textos, alguns especialistas ofereceram bibliografias que pudessem auxiliar na organização do estudo de Collingwood. É o caso de Donald Taylor, cuja bibliografia conta com um volume inteiro publicado pela revista *History and Theory*, em 1985. Taylor oferece como justificativa para uma bibliografia tão extensa a idéia de que o pensamento de Collingwood não deve ser interpretado apenas com base nos principais livros. “A completude desejada da bibliografia”, diz Taylor, “pode ajudar a corrigir a tendência de interpretar o pensamento de Collingwood com base em poucos de seus livros mais conhecidos”.³⁸ Taylor ainda lembra outras bibliografias que podem auxiliar na pesquisa deste pensador inglês, é o caso do próprio T. M. Knox, que listou os trabalhos filosóficos de Collingwood em *Proceedings of The British Academy* 29 (1943).³⁹ Também são lembrados por Taylor, William Debbins, por *Essays in The Philosophy of History*; William M. Johnston, por *The Formative Years of R. G Collingwood* (1967); Lionel Rubinoff, por *Collingwood and The Reform of Metaphysics: A Study in the Philosophy of Mind* (1970); der Dussen por seu artigo de 1979 publicado em *History and Theory, The Unpublished*

³⁷ Taylor, D. A Bibliography of the Publications and Manuscripts of R. G. Collingwood, With Selective Annotation. In.: *History and Theory*. Vol. 24. No. 4. 1985.

³⁸ Taylor, D. A Bibliography of the Publications and Manuscripts of R. G. Collingwood, With Selective Annotation. In.: *History and Theory*. Vol. 24. No. 4. 1985. p. V.

³⁹ Op. Cit., p. VI.

Manuscripts of R. G. Collingwood e também por seu livro, *History as a Science: The Philosophy of R. G. Collingwood*, de 1981; e Michael Kraus, pela edição de *Critical Essays on The Philosophy of R. G. Collingwood*, em 1972. No presente caso, serve mais a bibliografia de Taylor pelo fato dela indicar os textos que dizem respeito à Filosofia da História em nosso autor.

Nosso recorte e nossa delimitação do espaço a ser explorado e mapeado criticamente, embora leve em conta principalmente seus textos específicos sobre o conhecimento histórico, não se encerra exclusivamente nesse material mais conhecido do autor inglês. Deveremos permitir que nossa curiosidade e nossa urgência em responder questões tradicionais e colocar novos problemas transitem pelo pensamento de Collingwood com alguma liberdade. Não querendo com isso significar uma vontade de apresentar um estudo interpretativo totalizante das idéias deste intelectual. Diferente disto, temos o pensamento historiográfico de Collingwood como pano de fundo para uma discussão ampla e viva sobre as grandes inquietações filosóficas que a História sempre despertou. Neste sentido, tentaremos acompanhar Collingwood em uma jornada que não chega ao fim com suas respostas. O acompanharemos no sentido de refletir por nós mesmos, já que, segundo o próprio Collingwood, o historiador é um pesquisador autônomo não contente com respostas já oferecidas buscando exercitar sua criatividade metodológica para se aproximar dos processos históricos a que deseja compreender.

Como pudemos perceber nesta breve introdução, o trabalho intelectual de Collingwood foi intenso e não se restringiu apenas ao escopo da Historiografia. Suas inquietações ultrapassaram os limites disciplinares e chamaram a atenção para problemas humanísticos complexos ofuscados, em sua época, pelos problemas das ciências físicas e naturais. O autor, cuja Teoria da História nos servirá de objeto de estudo, representa uma voz ativa dos estudos humanísticos, principalmente na tradição intelectual de língua inglesa.

A preocupação desse autor com relação ao conhecimento histórico clama por uma análise ao nível da História das Ideias. Propomos aqui um estudo ou relato sobre o desenvolvimento das ideias de Collingwood levando-se em conta seu contexto e também sua força lógica. A análise crítica desses aspectos nos põe em contato com as propostas do autor em questão, mas, também, nos põe frente a frente aos problemas epistemológicos da Historiografia contemporânea. A leitura adequada, tanto das ideias do autor quanto da

situação delas frente ao atual estado da arte da Teoria da História, entretanto, implica em uma tomada de posição, um discordar ou estar de acordo. Sempre que possível, tentaremos nos colocar em meio ao cenário de discussões, exercitando certa autonomia e propondo novas questões.

A proposta aqui é a de reconhecer, em primeiro lugar, o terreno em que as ideias de Collingwood surgiram. Após este reconhecimento, tentaremos identificar a coerência lógica e também as inconsistências de seus argumentos nos posicionando criticamente e considerando, também, a leitura de comentadores e especialistas. A tentativa, portanto, é a de reconhecer a *langue* a que pertence o ideário collingwoodiano e identificar a *parole* desse autor.⁴⁰ Sendo assim, seguiremos, a partir desse momento, para o mapeamento do contexto intelectual vivenciado por R. G. Collingwood indicando, assim, o nascimento de suas ideias e avaliando a recepção a elas.

⁴⁰ Cabe ressaltar que a esse objetivo específico tentaremos nos aproximar levando em conta as diretrizes metodológicas expressas por John Pocock em, *Linguagens do Ideário Político*. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp. 2003. p. 66. Como defende Pocock, em boa medida, o historiador das ideias políticas se torna um arqueólogo dos discursos políticos. Ele, o historiador, está interessado na descoberta do contexto lingüístico que tornou possível um determinado discurso. Também se inquieta acerca dos impactos deste discurso no interior da linguagem política. Não há outra maneira para que se apreenda o sentido deste discurso e as ideias dos autores políticos a que tentaram articular em uma linguagem política.

Capítulo 1.

Cenário e formação das ideias de Collingwood

O fio condutor da produção intelectual de Collingwood, sua oposição ao positivismo, é tributário de um intenso embate de ideias sobre o método na Historiografia inglesa na segunda metade do século XIX. Os pensadores de maior destaque e que, portanto, exerciam maior impacto no desenrolar das disputas eram Auguste Comte, John Stuart Mill e o historiador Henry Thomas Buckle.⁴¹

1.1 Nasce um embate na Historiografia Inglesa: Positivismo versus Idealismo

O positivismo de Comte, divulgado também por Mill, marcava a tendência de defesa de aplicação do método das ciências naturais no âmbito das ciências históricas. É repercutindo essa ideia geral que Buckle instaura definitivamente uma cisão entre os historiadores ingleses daquele período.

O objetivo último do programa positivista era o descobrimento das leis gerais que, supostamente, determinariam a direção da ação humana. A estas leis o historiador chegaria por meio da coleção e enumeração indutiva de fatos. A ideia é resumida da seguinte maneira por Cristopher Parker:

O método indutivo deveria ser utilizado para descobrir as leis que governam o desenvolvimento da sociedade humana da mesma maneira que a ciência descobriu as leis da natureza e as regularidades, excluindo, ainda, teorias teológicas e metafísicas. A qualidade inferior dos historiadores, a complexidade do fenômeno social, preconceitos e paixões fizeram a História ficar para trás em relação às ciências naturais; mas não

⁴¹ O trabalho mais conhecido desse historiador é: *História da Civilização na Inglaterra*. 2 vols. Traduzida para o português por Adolpho J. A. Melchert. São Paulo: Tipografia da Casa Eclética, 1899-1900.

havia razão lógica para que o fenômeno histórico devesse permanecer longe do alcance das leis gerais.⁴²

Para o clima ainda anglicano e protestante da academia inglesa do século XIX as ideias de Buckle aqueceram o debate sobre a natureza da pesquisa histórica colocando em questão crenças estabelecidas e provocando a discussão sobre as novas ideias propostas. Todo este cenário se descortinara mesmo antes de a Historiografia ser reconhecida como atividade de pesquisa autônoma nas universidades inglesas.

De acordo com o positivismo de Buckle e Comte a história deveria deslocar seu foco de pontos tidos, até então, como seguros, para áreas cuja sondagem não era preconizada pelos princípios idealistas, mais próximos estes do viés religioso. Assim, segundo a perspectiva de Buckle, a História deveria se ocupar não dos indivíduos ou do peculiar, mas do amplo e do geral. Sobre o papel das leis gerais em Buckle, Patrick Gardiner expõe:

As provas fornecidas pelos mapas estatísticos, apresenta-as Buckle como motivo para se acreditar que funcionam de fato leis da espécie que ele tem em mente, e faz contrastar o emprego de tais técnicas de observação e generalização com os métodos usados pelos metafísicos, que procuram construir as verdades universais acerca do espírito e do caráter humanos recorrendo às descobertas da psicologia introspectiva individual. Segundo Buckle, o metafísico toma como óbvio que, estudando um só espírito, pode descobrir as leis de todos os espíritos.⁴³

A Historiografia, tal como defendiam os positivistas, dispensava ainda a inteligibilidade dos processos históricos segundo revelações de teor religioso. Desta maneira, o plano Divino, implícito no grande conjunto das ações das personagens históricas, cedia espaço para a pesquisa empírica e para as generalizações através da lógica indutiva. O novo espírito científico comungava com os avanços rompidos da ciência e da tecnologia, da industrialização progressiva e do espanto e admiração causados por todos

⁴² Parker, C. English Historians against Positivism. In.: *History and Theory*, Vol. 22, No. 2, (May, 1983), pp. 120-145

⁴³ Gardiner, P. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 131.

esses fatores somados. Ainda sobre esta característica do positivismo historiográfico de Buckle, Gardiner comenta:

Ao discutir as fontes da oposição ao estudo científico da história, Buckle atribuiu a culpa principal a dois dogmas – o dogma do Livre Arbítrio e o dogma da Predestinação. O primeiro fundamenta-se em hipóteses metafísicas, em hipóteses teológicas o segundo; e, de modos diferentes, ambos têm inibido os homens de examinarem a história à luz de um espírito científico. A doutrina da predestinação é uma hipótese estéril visto que, ultrapassando ela os limites do nosso conhecimento, não temos qualquer meio de verificar a sua veracidade ou a sua falsidade; a doutrina do livre arbítrio depende do testemunho da consciência do homem da liberdade, o que constitui um guia absolutamente falível.⁴⁴

Como esperado, entretanto, a oposição ao modelo historiográfico proposto por Buckle não foi menos intensa. Os idealistas divergiam dos princípios positivistas, principalmente, em dois de seus pontos fundamentais. O primeiro deles diz respeito à ideia de que a História, na verdade, deve se ocupar de casos particulares em suas individualidades estritas. Ao contrário dos positivistas, os idealistas, cujos nomes mais representativos abrangendo o período de 1850 até a primeira década do século XX foram, Lord Acton, Goldwin Smith, Charles Kingsley, J. A. Froude (um dos discípulos de Carlyle), T. H. Green e F. H. Bradley, elegem o livre arbítrio das ações humanas como pressuposto básico para a explicação histórica. Além disso, os idealistas não descartavam o peso dos princípios anglicanos, católicos e calvinistas na compreensão dos processos históricos.

Por mais que Collingwood procure se apresentar como um pensador original e solitário, nadando contra a corrente positivista, os sinais indicam que suas próprias ideias descendem diretamente desta linhagem de autores idealistas que, por décadas, já constituíam oposição à doutrina de Comte e Mill e seu impacto na Historiografia de Buckle.⁴⁵

⁴⁴ Op. Cit., p 131.

⁴⁵ Segundo Parker, o relato de Collingwood sobre o embate idealismo-positivismo na historiografia inglesa é inadequado. Parker sugere que, na verdade, o positivismo, apesar de seus reflexos contundentes, jamais havia

Dentre estes pensadores idealistas podemos identificar dois deles como mais relevantes na formação das ideias de Collingwood. São T. H. Green e F. H. Bradley. Ambos lecionaram em Oxford, universidade em que Collingwood se formou e atuou como professor. Os dois autores são comentados em alguns pontos dos textos de Collingwood, em sua autobiografia e em *The Idea of History*, por exemplo. É a partir destes comentários que tentaremos avaliar o significado do pensamento de Bradley e Green no desenvolvimento do pensamento collingwoodiano.

1.2 A influência de Green e Bradley

É no Idealismo de T. H. Green e F. H. Bradley que Collingwood vislumbra a possibilidade de criticar o Positivismo do século XX. De Green, Collingwood absorve a idéia de que a Filosofia não representa um domínio intelectual puro, apartado da vida prática. Assim, Peter Johnson afirma, “T. H. Green, por exemplo, pode ser apontado como mentor de Collingwood no que diz respeito à liberdade social, ao Cristianismo, e ao valor prático da Filosofia”.⁴⁶ Para Collingwood, especialmente no que diz respeito a suas idéias mais tardias, a especialização logicizante patrocinada pelo Positivismo interditava a reflexão filosófica sobre os problemas reais que a vida cotidiana suscita.

À época em que Collingwood inicia sua carreira como professor em Oxford, a influência de Green e Bradley era, principalmente em Oxford, considerável, embora não predominante. Entretanto, os idealistas britânicos se aproximavam, em boa medida, mais do Idealismo Germânico do que do Empirismo de John Locke e David Hume. Mesmo assim, em sua autobiografia, Collingwood lembra o fato de Thomas Green ter sido um estudioso importante de Hume:

sido predominante na Inglaterra como Collingwood tenta defender. Além disto, Parker discorda de Collingwood quando identifica o positivismo ao empirismo. English Historians against Positivism. In.: *History and Theory*, Vol. 22, No. 2, (May, 1983), p. 144.

⁴⁶ Johnson, P. R. G. *Collingwood: An Introduction*. Southampton: Thoemmes, 1998, p. 07.

É verdade que, ao contrario da maioria de seus compatriotas, tinham algum conhecimento de Hegel, e um pouco mais sobre Kant. O fato de possuírem esse conhecimento era utilizado por seus oponentes, mais por ignorância do que por desonestidade deliberada, para desacreditá-los diante de um público sempre desconfiado com relação a estrangeiros. Green leu Hegel em sua juventude, mas o rejeitou em sua fase madura; a Filosofia a que se dedicara quando sua morte prematura o interrompera é mais bem descrita, se uma descrição breve for conveniente, como uma resposta a Herbert Spencer por parte de um profundo especialista em Hume.⁴⁷

O tom de Collingwood é o indicativo de que, para ele, o pensamento constituído por filósofos como Green e Bradley foi, na melhor das hipóteses, menosprezado. A posição filosófica, negligenciada pelos positivistas, que mais o atrai nestes pensadores, é a de que não existem objetos de conhecimento independentes das atividades cognoscentes. Segundo T. H. Green, esta era a principal vulnerabilidade no empirismo de David Hume. Para Green, a mente humana, em um ato de conhecimento, realiza um exercício sem o qual não é possível o conhecimento humano. Este ponto, em Green, representa influência de teor kantiano, incorporado mais tarde ao pensamento de Collingwood.

No entanto, o destaque que Collingwood oferece a Green em sua autobiografia se converte em silêncio absoluto em *The Idea of History*. Dado que muitos comentadores apontam um inegável elemento transcendental⁴⁸ na Teoria da História de Collingwood, podemos afirmar que Green exerce mais influência do que é reconhecido seja na autobiografia, texto dedicado a expor, segundo o próprio Collingwood, seu processo de desenvolvimento intelectual, seja em textos cujos principais tópicos se apresentavam como essencialmente conceptuais, como *An Essay on Metaphysics* ou *Essay on Philosophical Method*.

⁴⁷ Collingwood, R. G. *An Autobiography*. Oxford: Oxford University Press, 1978, p. 17.

⁴⁸ Ver, por exemplo, Burns, R. Collingwood, Bradley, and Historical Knowledge. In.: *History and Theory*. No. 45. May 2006. 2006, p. 178. Também para Louis Mink, a tentativa de Collingwood de expor os pressupostos básicos da atividade historiográfica parte de uma inspiração kantiana óbvia. A própria pergunta acerca da possibilidade do conhecimento histórico é “exatamente análoga” à pergunta de Kant sobre a possibilidade do conhecimento natural. Ver Collingwood's Dialectic of History. *History and Theory*, Vol. 7, No. 1, (1968), pp. 3-37.

Outro pensador que aparece muito discretamente na autobiografia de Collingwood é F. H. Bradley. Contudo, em *The Idea of History*, Bradley figura como pioneiro na reflexão filosófica acerca do conhecimento histórico.

Um indicador claro do papel exercido pelas idéias de Bradley no desenvolvimento intelectual de Collingwood é sua aula inaugural como Waynflete Professor of Metaphysics de Oxford, em 1935, contida na edição de Knox para *The Idea of History*. Sob o título “The Historical Imagination”, o texto marca a posse de Collingwood na cátedra de Metafísica. Nela, Collingwood tenta justificar a preocupação filosófica para com a história ressaltando a estratégia de Bradley em *The Principles of Critical History*.

No trabalho de Bradley, que Collingwood reconhece como maior filósofo de sua época⁴⁹, é possível identificar que critérios de verdade o historiador deve satisfazer ao realizar sua tarefa, a de compreender de maneira autônoma o passado. Com isto querendo dizer que o historiador deve elaborar suas próprias questões ao problema a que se dedica, agindo de maneira crítica. Contudo, o fator que Bradley apresenta para responder sobre qual seria o critério determinante para se alcançar a verdade no conhecimento histórico é descartado por Collingwood: o critério da experiência. Em Bradley, a experiência ordinária habilita ao historiador a escolha ou rejeição de uma autoridade e também o julgamento sobre a ocorrência ou não de um fato ou processo histórico. Para Collingwood, a experiência sensorial ou corporal da realidade pode ser um critério para as ciências físicas, mas no caso das ciências históricas o que está em jogo é um objeto cuja abordagem não progride de acordo com estratégias do conhecimento estritamente empírico.

Nesta aula inaugural, Collingwood resalta ainda uma virtude e uma falha de Bradley. O método crítico endossado por Bradley serve, de fato, como base para o que Collingwood mais tarde apresentaria como o método de pergunta e resposta. O que Bradley propõe, segundo Collingwood, é que o historiador não esteja amarrado de maneira definitiva às autoridades consultadas. Diz Collingwood:

O ensaio de Bradley, embora inconclusivo, permanece memorável pelo fato de que, nele, a revolução copernicana na teoria do conhecimento histórico foi em princípio alcançada. Para o senso comum, a verdade

⁴⁹ Collingwood, R. G. *The Idea of History*. Oxford University Press: Oxford, 1993 [1946], p. 238.

histórica consiste na crença do historiador nas proposições de suas autoridades. Bradley percebe que o historiador traz consigo ao estudo de suas autoridades um critério próprio segundo o qual são julgadas.⁵⁰

Na visão de Bradley, portanto, o historiador deve assumir uma postura crítica perante os pesquisadores mais antigos. Não obstante, qual seria a falha na proposta de Bradley? Falta, segundo Collingwood, o elemento construtivo da investigação histórica. Não basta criticar as fontes, é preciso levar o raciocínio adiante inovando o teor das questões e colocando em prática a interpolação histórica. Isto é, o movimento por entre as lacunas entre as coisas já sabidas. A esperança intelectual de Collingwood é levar o raciocínio de Bradley em frente, assumindo que “se possa avançar para além do ponto onde ele o deixou”⁵¹

Para Collingwood, Bradley é o primeiro pensador inglês em cuja obra podemos buscar uma idéia mais elaborada de historiografia científica. Os Modernos Hume, Locke, Berkeley, de fato, prepararam o caminho, mas é em Bradley que o conhecimento histórico suscita problemas teóricos peculiares.

Contudo, tal como Burns defende, o tributo pago por Collingwood a Bradley, especialmente no que diz respeito aos escritos publicados em *The Idea of History*, padecem de equívocos editoriais. A parte em que Collingwood tenta explicitar mais detalhadamente os argumentos de Bradley com relação à epistemologia da história deveria aparecer depois do texto da aula inaugural de 1935, “The Historical Imagination”, por ter sido escrita posteriormente e conter uma espécie de revisão de Collingwood com relação a Bradley. Entretanto, neste momento, o importante é perceber que o pensamento de Idealistas Britânicos como T. H. Green e F. H. Bradley influenciaram Collingwood de maneira decisiva já em seu processo formativo e também no que concerne a seu posicionamento acerca do embate Idealismo-Positivismo.

Neste caso, fica claro o bastante que o Idealismo dos Britânicos, que exercera influência até mesmo fora de Oxford, representa, mesmo que Collingwood tenha relutado a reconhecer, os primeiros passos em direção a sua Teoria da História. Outra fonte

⁵⁰ Op. Cit., p. 240.

⁵¹ Op. Cit., p. 240.

determinante na formação de Collingwood foi o Idealismo Italiano. Autores como Vico e Croce aproximaram Collingwood da Filosofia continental o auxiliavam no processo de maturação de ideias antipositivistas.

1.3 A importância do Idealismo Italiano em Collingwood: Vico e Croce

As ideias de Benedetto Croce possuem papel de destaque na formação de Collingwood. Porém, outros italianos são fontes importantes para que possamos avaliar seu processo de formação intelectual. O nome mais obvio, dentre um conjunto de pensadores reconhecidos, é o de Giambattista Vico; além de Guido de Ruggiero e, também, Gentile. Em Vico, contudo, Collingwood percebe uma alternativa ao ceticismo com relação ao conhecimento histórico. Vico, tal como defende Collingwood, representa uma oposição a Descartes e seu ceticismo aplicado à historiografia.

Em *The Idea of History*, Collingwood reconhece em Vico uma oposição libertadora contra os critérios céticos de Descartes. Estes critérios são extraídos da argumentação do *Discurso do Método*, sendo eles: o escapismo histórico; o pirronismo histórico; a inutilidade; e a história como fantasia. Respectivamente, escapismo histórico, na argumentação de *The Idea of History*, é compreendido como uma atitude que negligencia o presente em favor do passado. Assim como o viajante ou nômade perde a noção factual de sua situação, o historiador, por se enredar nas tramas do passado, perde a consciência de sua localização própria no tempo. Escapismo histórico, quando Collingwood comenta a repercussão das ideias cartesianas, significa uma evasão do tempo presente.

O pirronismo histórico, segundo critério do ceticismo cartesiano, encarna mais enfaticamente a postura cética quanto às possíveis tarefas dos narradores do passado. Os eventos narrados tais como batalhas, conquistas territoriais, negociações políticas, tragédias e assassinatos podem bem ser um exercício da imaginação de um historiador. Esta modalidade cética, segundo a visão de Collingwood acerca de Descartes, cancela o encontro do conhecimento humano com Clio por duvidar da veracidade do que a musa possa vir a revelar. Marc Bloch pode ser lembrado aqui para ilustrar o problema quando

em sua *Apologia da História* aponta o plágio, a falsificação e a mentira. Falsificações famosas como as cartas de Maria Antonieta. Tudo isso leva Bloch a apontar “o veneno mais capaz de viciar o testemunho”, a impostura.⁵²

A preocupação de Descartes com relação à inutilidade, segundo Collingwood, se traduz na descrença de que o historiador possa buscar no passado um modelo ou espelho para dar forma à ação no presente. A urgência de uma medida política florentina do Renascimento, por exemplo, não pode tirar proveito de uma analogia com o período clássico, sendo Roma ou Atenas o exemplo a ser seguido. Os fatores envolvendo uma época e outra são tão distintos que o abismo temporal constitui uma barreira intransponível.

O que Descartes parece temer, como podemos perceber através da leitura de *The Idea of History*, é o anacronismo e a idéia de História como mestra da vida. Durante o período revolucionário científico, a antiguidade clássica serviu de modelo político e de modelo metodológico para os historiadores. É o caso de Leonardo Bruni⁵³ para quem a orientação maior para seu relato de 1415, *A História do Povo de Florença*, é o método dos romanos Tito Lívio, Salústio e noções políticas relacionadas a Cícero. “Qualquer desvio em relação aos seus métodos era prova de mau gosto”.⁵⁴ No caso de Maquiavel, é o que parece defender Haddock, há uma diferença significativa. Os problemas da condução da administração pública não podiam resumir-se à retrospectiva inflexível e à consulta incondicional ao período greco-romano. Nesse caso, “qualquer ação diplomática implicava uma complexa inter-relação de intenções, ambições, esperanças e receios que deixavam muito pouco espaço à iniciativa individual”⁵⁵. De qualquer maneira, o trabalho de historiadores como Leonardo Bruni, Salutati e Poggio podem personificar o alvo de Descartes, segundo Collingwood, quando o objetivo é apontar a impossibilidade de se buscar no passado um plano definitivo para a ação presente.

O último critério cético cartesiano comentado por Collingwood em *The Idea of History*, é a História como fantasia. De acordo com este ponto básico da atitude cética de Descartes, na leitura de Collingwood, a narrativa histórica maquia o passado. Ela utiliza cores arbitrárias para ressaltar algumas características e atenua com pincéis mais leves o

⁵² Bloch, E. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 96).

⁵³ Haddock, B. A. *Uma Introdução ao Pensamento Histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989. p. 16.

⁵⁴ Op. Cit., p. 16.

⁵⁵ Op. Cit., p. 18.

que quer omitir. O que pode estar em jogo com esse critério para a suspensão do juízo acerca do conhecimento histórico em Descartes é o problema do olhar interpretativo sobre a época que se quer investigar. Os critérios para a escrita do relato podem não ser suficientemente claros. Além do mais, a pergunta pode impor-se, como julgar se um evento ou característica do passado é digno de relato histórico, o que autoriza a escolha de um evento em detrimento de outro?

Sem o alicerce de critérios claros para a opção do historiador, sua atividade permanece presa à arbitrariedade cedendo espaço para o surgimento de relatos fantasiosos do tempo passado. História (cartesiana) como fantasia, tal como Collingwood expõe, é “a maneira com que os historiadores, mesmo na melhor das hipóteses, distorcem o passado por torná-lo mais esplêndido do que realmente era”⁵⁶. Os critérios céticos que Collingwood identifica no *Discurso do Método* parecem estar de acordo com a idéia de que o fator último para o conhecimento seguro é a clareza e a distinção. Em Descartes o domínio capaz de oferecer essa clareza, ao menos na leitura que Collingwood faz, é a matemática.

Na resposta a Descartes, Vico coloca em dúvida a validade do critério da clareza e da distinção em relação ao conhecimento histórico. A primeira característica salientada por Collingwood em Vico é que o italiano era um historiador por formação e tinha se colocado a tarefa de propor um método para a História assim como Bacon ofereceu um método para as ciências naturais⁵⁷. A busca de Vico pela validação do método historiográfico, tal como relatada em *The Idea of History*, no entanto, não se traduz na impugnação do conhecimento matemático. O estatuto do conhecimento matemático permanece inalterado, mas surge a dúvida quanto à possibilidade de aplicação do critério de clareza e distinção ao conhecimento histórico. Collingwood afirma que, para Vico, clareza e distinção são elementos “subjetivos e psicológicos”⁵⁸. Ao dar voz e explicar as idéias de Vico, Collingwood expõe:

O fato de pensar minhas idéias com clareza e distinção apenas prova que eu acredito nelas, não que elas sejam verdadeiras. Assim afirmando, Vico substancialmente concorda com Hume, que a crença não é nada mais do que a vivacidade de nossas percepções. Qualquer idéia, diz Vico, mesmo

⁵⁶Collingwood, R. G. *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1994. p. 60.

⁵⁷Op. Cit., p. 63.

⁵⁸Op. Cit., p. 64.

falsa, pode nos convencer por parecer auto-evidente, e nada é mais fácil do que pensar em nossas crenças como auto-evidentes quando na verdade elas são ficções sem fundamentação engendradas numa argumentação sofisticada: mais uma vez, um ponto humeano. O que precisamos, defende Vico, é um princípio pelo qual distinguir o que pode ser conhecido do que não pode; uma doutrina dos limites necessários do conhecimento humano.⁵⁹

Tal como Collingwood⁶⁰ apresenta, o princípio que para Vico representa a delimitação entre o cognoscível e aquilo que não se pode ser objeto de conhecimento verdadeiro traduz-se por, *verum et factum convertuntur*. Na verdade, este princípio tem a ver com o fato de que aquilo que pode ser conhecido deve ter sido criado anteriormente. Um matemático tem conhecimento verdadeiro de um triângulo porque os fatos (*factum*) da disciplina são estipulados ou construídos. Sem isso implicar, como ressalta Collingwood, num idealismo em Vico. A existência dos triângulos, por exemplo, não depende do fato deles serem conhecidos ou não. Tampouco conhecer as coisas significa criá-las. Mas, se alguma mente pode vir a ter conhecimento verdadeiro de algo, isso depende de como esta coisa foi criada.

Segue do princípio defendido por Vico que a história, construída pela mente humana em seus processos tais como os sistemas de linguagem, costumes, leis e desenvolvimentos políticos, também consiste naturalmente em objeto de conhecimento pela mente humana. Segundo Collingwood⁶¹, é com Vico que chegamos completamente à visão moderna acerca do objeto da historiografia. A humanidade em suas atividades e instituições confere ao historiador o material para seu ofício. Como interpretado por Collingwood⁶², para Vico, “o processo histórico é um processo em que seres humanos constroem sistemas de linguagem, costumes, leis e governos, ele pensa na história como a história da gênese e do desenvolvimento das sociedades humanas e suas instituições”. Como consequência, percebe-se no pensamento de Vico uma alternância entre o peso epistemológico da abordagem aos fenômenos naturais e o valor da investigação sobre os fenômenos humanos.

⁵⁹ Op. Cit., p. 64.

⁶⁰ Op. Cit., p. 64.

⁶¹ Op. Cit., p. 65.

⁶² Op. Cit., p. 65.

Se com Descartes o que pode ser conhecido é o que se pode quantificar e se nos parecer claro e distinto, com Vico o conhecimento mais seguro é o mundo de significados humanos. Os fenômenos comportamentais humanos podem contar com a perspectiva interna, a natureza, por sua vez, é um objeto guardando distância e permitindo apenas uma aproximação parcial. Neste sentido, a leitura que Collingwood⁶³ faz de Vico defende a idéia de que “o tecido da sociedade humana é todo criado pelo homem do nada, e todo detalhe desse tecido é um *factum* humano, eminentemente cognoscível pela mente humana como tal”. E ao comparar os objetos, ou seja, a natureza e o mundo mental humano, nota-se que a abordagem ao universo da cultura humana constitui o que poderíamos apontar como fenômeno cognitivo seguro. Nessa comparação, como aponta William Mills⁶⁴, reside também uma hierarquia epistemológica constituída e a História ocupa o plano superior.

E como inferir do princípio *verum et factum* de Vico uma resposta ao ceticismo histórico cartesiano? Tal como Vico torna possível, o conhecimento histórico passa a figurar entre a esfera do cognoscível. Os fenômenos humanos, por serem construídos pela mente humana, não compartilham com os fenômenos da natureza a possibilidade de tradução para a linguagem matemática. Os fenômenos humanos, portanto, não se tornam claros e distintos e suas trajetórias não podem ser compreendidas definitivamente, tal como uma simples manipulação algébrica.

Mesmo assim, o que para Descartes representaria a suspensão da investigação do passado humano, para Vico, consiste na apuração da consciência de que eles são os verdadeiros objetos de conhecimento. Por isso, o conhecimento acerca dos fenômenos humanos seria mais seguro do que qualquer pesquisa sobre o mundo natural. Segundo Collingwood⁶⁵, encontramos em Vico “uma espécie de compatibilidade de natureza pré-estabelecida entre a mente do historiador e o objeto ao qual se dedica; mas essa harmonia pré-estabelecida, ao contrário da de Leibniz, não tem como fundamento um milagre – ela tem por fundamento a natureza humana compartilhada com os homens cuja obra ele estuda”.

Ainda assim, não é esse princípio, segundo a leitura de Collingwood, que assegura o antídoto viquiano contra o ceticismo cartesiano. Para Collingwood, a resposta se dá, em

⁶³ Op. Cit., p. 65.

⁶⁴ Positivism Reversed: The Relevance of Giambattista Vico *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, Vol. 7, No. 1, (1982), pp. 1-14

⁶⁵ The Idea of History, p. 65.

primeiro lugar, quando se assume que a simples aplicação da dúvida cética, ao conhecimento histórico, não é possível.

O ceticismo histórico cartesiano se apóia em um descompasso entre as idéias na mente humana e as coisas no mundo. A matemática, neste caso, representa a dissolução deste desnível e constitui a suposta estabilidade das bases do edifício do conhecimento humano. Segundo Collingwood, o ponto de partida de Descartes para o estudo das ciências naturais é a aceitação da existência do mundo exterior ou, ao menos, a resposta à dúvida quanto a tal existência. Com relação ao conhecimento histórico, em Vico, a dúvida sobre a existência ou não de algo como o passado não faz sentido. Diz Collingwood:

Descartes, iniciando suas pesquisas sobre o método da ciência natural do ponto de vista cético que prevaleceu em França, tinha de começar por assegurar-se de que realmente existia algo como o mundo material. Para a História, compreendida assim por Vico, um problema assim não podia existir. O ponto de vista cético não é possível. A História, para Vico, não está preocupada com o passado como passado. Ela está preocupada, em primeiro lugar, com a estrutura atual da sociedade em que vivemos; as maneiras e costumes que compartilhamos com quem nos rodeia. Para estudar tais questões não precisamos perguntar se elas realmente existem. A questão não faz sentido.⁶⁶

Para Collingwood, o que Vico defende é que a História tem o passado por objeto de estudo por causa de sua relação com o presente. E por isso a dúvida cética não seria pertinente. A existência do passado enquanto uma coisa no mundo não é relevante. Neste ponto, todavia, o inglês não parece obter sucesso ao apresentar Vico como resposta ao ceticismo. Isto é, não está claro em *The Idea of History* por que a pergunta sobre o estatuto ontológico do passado não faz sentido.

O que percebemos na passagem reproduzida logo acima é uma lacuna argumentativa ao se estabelecer uma analogia entre a dúvida cética quanto à existência do mundo exterior e a pergunta sobre o caráter ontológico do passado. O fato de que o historiador se interesse

⁶⁶ Op. Cit., pp. 65-6.

pelo passado devido aos seus reflexos no presente, não impede, salvo engano, o questionamento cético com relação à investigação histórica. A resposta parece ser evasiva, alguém poderia dizer, por apenas substituir o passado pelo presente.

De qualquer maneira, a argumentação de *The Idea of History* explora mais detalhadamente os aspectos do objeto de estudo do historiador e suas possíveis justificativas frente aos questionamentos céticos. Mais adiante⁶⁷, por exemplo, Collingwood aponta a imaginação histórica como uma atividade mental intrínseca à natureza humana. Sendo assim, a pergunta sobre o estatuto ontológico do passado perde o sentido, pois a existência exterior de algo a se investigar não é o que conta. O historiador não investiga a existência dos fatos, eventos ou características culturais passadas, e sim seus significados. O que ainda não deixaria os céticos clássicos, modernos e até mesmo os contemporâneos, satisfeitos por podermos ainda duvidar da própria imaginação histórica enquanto atividade mental ou racional.

O reforço da resposta de Vico ao ceticismo de Descartes, segundo o intelectual inglês, vem por meio dos critérios metodológicos. Estes critérios metodológicos são apresentados em tal leitura como alternativas gerais contra os pontos cartesianos, mencionados acima, para a suspensão da investigação histórica. Vejamos quais são as diretrizes metodológicas fundamentais de Vico, segundo o raciocínio exposto em *The Idea of History*.

No texto discutido aqui, Vico é apresentado como um estudioso que percebe a História a partir dela. Um historiador pensando sobre seu ofício, e não um intelectual com idéias muito gerais e uma visão distante da prática. Diz Collingwood:

O que Vico nos apresenta são os resultados de suas longas e frutíferas pesquisas sobre a História de assuntos como o Direito e a linguagem. Ele acreditava que estas pesquisas fossem capazes de oferecer resultados cognitivos tão certos quanto os que Descartes propunha para as ciências físicas e para a Matemática.

⁶⁷ Op. Cit., p. 247.

O primeiro critério versa sobre a possibilidade de se estabelecer analogias entre diferentes períodos da história. Vico tem como pressuposto, em resposta ao critério cartesiano da inutilidade, a similaridade reconhecida entre o período homérico, por exemplo, e a idade média. “Suas características comuns eram coisas como uma aristocracia bélica, uma economia agrícola, uma literatura sentimental, uma moralidade com base na idéia de proeza e lealdade pessoais, e daí por diante”⁶⁸. Nesse sentido, onde Descartes suspende a investigação histórica, Vico enxerga na identificação de características comuns uma vantagem e um horizonte epistemológico a ser contemplado.

O segundo ponto de Vico assume que esses períodos passíveis de comparação são recorrentes em uma certa ordem. Vico pressupõe aí, segundo Collingwood, um ritmo histórico que podemos marcar e interpretar sua partitura. “Todo período heróico é seguido por um período clássico, em que prevalece o pensamento sobre a imaginação, a prosa sobre a poesia, a indústria sobre a agricultura e a moralidade pacífica sobre aquela com base na guerra”⁶⁹. Pode-se concluir, desta maneira, que para Vico os processos históricos se desenvolvem segundo ciclos. Segundo Collingwood, entretanto, Vico estava consciente de que qualquer raciocínio esquemático interpretativo acerca da cadência das sucessões dos períodos históricos deve estar preparado para admitir “incontáveis exceções”. Além disso, não se pode concluir, seguindo a leitura de *The Idea of History*, que a história simplesmente se repete, como que descrevendo círculos acabados e definitivos. É mais coerente, tal como apontado na argumentação comentada aqui, assumir que exista um movimento espiral em que novos elementos surjam sempre e engendrem a renovação a despeito dos processos análogos entre um período e outro.

Para Vico, a leitura correta do ritmo dos processos no tempo supõe uma atitude de negação perante alguns preconceitos em que o historiador não pode incorrer. O historiador não pode aprisionar-se a opiniões que tornem o passado maior do que ele realmente é. Isto é, na reconstrução das características do passado, não se pode carregar em excesso nas tintas. Tampouco seria sensato se ater a princípios interpretativos que prendam o estudo histórico ao viés nacionalista. Neste sentido, o historiador, segundo Vico, deve ser imparcial e estudar os desenvolvimentos do passado livre de direcionamentos que engrandeceriam pontos de vista sobre uma nação em detrimento de outra.

⁶⁸ Op. Cit., 67.

⁶⁹ Op. Cit., p. 67.

Outro preconceito a ser evitado pelo historiador é o do academicismo. A pesquisa sobre as mentes de outras épocas não deve supor que suas atividades foram colocadas em prática tendo em vista algum objetivo acadêmico, tal como efetivada na atualidade do historiador. De maneira semelhante, a historiografia não deve incorrer na falácia das fontes⁷⁰. Isto é, deve-se evitar a crença de que as características de uma determinada época ou país foram simplesmente copiadas por outras, sem que nelas estivesse implícito o objetivo de se resolver algum tipo de problema enfrentado no momento estudado. O último preconceito a ser evitado pelo historiador é o de pensar que os antigos ou os que pesquisaram as épocas que se quer conhecer estavam mais bem informados sobre o assunto. No exemplo oferecido por Collingwood, “os estudiosos na época do Rei Alfred sabiam muito menos sobre as origens anglo-saxônicas do que sabemos agora”.⁷¹

Sem dúvida alguma, o ponto que mais chama a atenção de Collingwood em Vico é a possibilidade de uma resposta ao ceticismo. Guardadas as diferenças, o ceticismo do século XVI evidentemente exibe diferenças com relação ao ceticismo dos positivistas a que Collingwood combatia, entretanto na primeira parte de *The Idea of History*, Collingwood não parece reconstruir apenas o desenvolvimento do conceito de História ao longo da tradição ocidental, mas também as críticas recorrentes desde a antiguidade. O ceticismo consiste numa fonte de objeções epistemológicas das quais a Filosofia não pode esquivar-se. No período moderno a necessidade de resposta ao ceticismo foi, talvez, ainda mais clara do que na antiguidade. É em Vico, que Collingwood encontra a primeira resposta eficaz ao ceticismo, e é também em Vico que Collingwood fundamenta os princípios de sua resposta ao ceticismo positivista do século XX. Contudo, outro autor italiano parece ter tido ainda mais impacto na formação intelectual de Collingwood, o napolitano Croce.

1.4 Benedetto Croce

Antes mesmo de ler o idealista F. H. Bradley, seu conterrâneo e contemporâneo de que falamos acima, Collingwood chegara a Croce que, por sua vez, repercutia de maneira

⁷⁰ Op. Cit., p. 69.

⁷¹ Op. Cit., p. 69.

muito discreta em Oxford no início do século XX. Por volta de 1910, A. J. Smith e E. F. Carritt, este último orientador (*tutor*) de Collingwood, havia o alertado para a relevância de Croce. Quase dez anos mais tarde, Smith apresentaria pessoalmente Croce a Collingwood.⁷²

Na década de 1920, na atmosfera intelectual britânica, qualquer forma de Idealismo era recebida com suspeitas, quando recebida. À época, o trabalho de Croce era apresentado ao público inglês por meio das traduções de Douglas Ainslie que, segundo G. R. G. Mure, eram “lamentavelmente incompetentes.”⁷³ Além do mais, o Idealismo que contava ainda com algum fôlego filosófico na Inglaterra voltava-se para questões mais relacionadas à lógica. Para um filósofo cujo trabalho exibia características que fugissem da especialização e apontassem para questões pouco valorizadas, as dificuldades de recepção seriam evidentes. Foi o caso da recepção de Croce. Mure descreve desta maneira a atmosfera intelectual, quando da primeira visita de Croce a Oxford, em 1923:

Os ingleses iniciaram um regresso ao empirismo nativo, que Croce em algum lugar felizmente aponta como filosofia *ersatz*. Certamente a *Estética* e o *Breviario* produziram um efeito permanente – alguém poderia dizer, quase uma mudança de clima – na esfera da arte e da crítica literária inglesas. Do convite para a visita resultou a origem do importante artigo de Croce sobre estética na edição de 1929 da *Encyclopedia Britannica*. Mas também sinalizou a ausência de intelectuais dedicados à Estética na Inglaterra. Poucos dos filósofos de Oxford simpáticos de alguma maneira ao Idealismo tinham algum interesse especial na Estética. Suas principais preocupações estavam voltadas para a lógica.⁷⁴

Idealistas como F. H. Bradley preferiam como alvo a doutrina de J. S. Mill e se apoiavam na doutrina de Hegel para derrotá-lo. A estética e a Filosofia da arte, domínio em que Croce marcadamente se destaca, em fim, não constava entre os interesses

⁷² Inglis, F. *History Man. The Life of R. G. Collingwood*. Princeton: Princeton University Press, 2009, p. 78.

⁷³ Benedetto Croce and Oxford. *The Philosophical Quarterly*, Vol. 4, No. 17 (Oct., 1954), pp. 327-331.

⁷⁴ Op. Cit., p. 328.

filosóficos mais urgentes. No que diz respeito à descoberta da Filosofia de Croce, portanto, Collingwood está além de Idealistas e Realistas.

Ora, para Collingwood, já em 1912 quando assumiu como professor de Filosofia no Pembroke College, o principal engano do realismo era o abandono de atividades essencialmente humanas em sua Teoria do Conhecimento. História, Religião, Política e Arte não pertenciam ao conjunto de assuntos aos quais se poderia atribuir a estampa de científicos. Em um autor como Croce esta crença era desmentida e uma Teoria do Conhecimento mais sensível passava a buscar a lógica destes processos.⁷⁵ A resultante destas leituras formativas é a tradução, por parte de Collingwood, do trabalho de Croce sobre a Filosofia de Vico publicada em 1913. Mais tarde, em 1927, Collingwood traduz a autobiografia de Croce.

O italiano claramente exerce influência na formação das posições de Collingwood por meio de suas ideias sobre a estética e, sem que isto pudesse causar surpresa, por meio do conceito de história. Além disto, o pensamento de Croce sobre a situação política européia e sobre o liberalismo também foi objeto de reflexão para Collingwood.⁷⁶ Mas com relação à política, a influência italiana não tem origem tão somente em Croce, mas em Gentile e de Ruggiero também. Sobre as características que atraíram Collingwood às posturas políticas de Croce, Fred Inglis expõe:

Croce, que viveu até uma avançada e venerada idade, morreu em 1952, é enaltecido hoje como um dos primeiros intelectuais a enxergar claramente o horror em potencial do fascismo de Mussolini. Antes disto, quando *Il Duce* chegou ao poder em 1921, pensou, como todos os outros, “Tudo bem demos a ele uma chance”. A moderna Itália do pós-guerra,

⁷⁵ Um dado biográfico que pode auxiliar na compreensão da admiração de Croce e da Filosofia da Arte em geral, por parte de Collingwood, é o ambiente em que se dá sua infância. Seu pai W. G. Collingwood era pintor de aquarelas, secretário pessoal do Arquiteto e educador J. Ruskin, foi o autor de *The Art Teaching of John Ruskin* (1891). Sua mãe Edith Mary era musicista e também pintora. Ver, por exemplo, Johnson, P. R. G. *Collingwood. An Introduction*. Thoemmes Press: Bristol. 1998, p. 12.

⁷⁶ No âmbito da Filosofia Política de Collingwood, é possível se reportar ao *The New Leviathan* (1942) e uma coletânea de artigos e palestras editada por David Boucher, em 1989, a partir de manuscritos inéditos de Collingwood. Nela, é clara a intenção de Collingwood em apresentar o liberalismo como o antídoto mais eficaz, senão o único, contra as frentes nazistas, fascistas e socialistas totalitárias que minavam as democracias do século XX.

nação unificada apenas há algumas décadas, talvez precisasse daquele tipo de energia. Mussolini mesmo agradeceu o apoio do filósofo mais celebrado da Itália oferecendo-lhe o ministério da educação. Mas, ao contrário de seu acólito e da terceira presença italiana no trabalho de Collingwood, Giovanni Gentile (que, devemos lembrar, iniciou uma reforma respeitável no sistema educacional italiano esclerosado), percebeu onde os fascistas pretendiam ir, e abdicou com antecedência.⁷⁷

Na produção literária de Collingwood, do início ao fim, é possível reconhecer o pano de fundo croceano. Seja na motivação metafísica de substituir a dialética entre conceitos opostos de Hegel por uma dialética entre conceitos distintos, seja na tentativa de defesa do liberalismo ou, ainda, na busca pela elucidação filosófica dos processos pelos quais possamos compreender a arte, Croce constitui o norte teórico de Collingwood. Esta influência é realçada por Mure da seguinte maneira:

R. G. Collingwood, que sucedeu Smith na cátedra de Metafísica em 1935, sem dúvida é o escritor filosófico britânico que mais deve a Croce. Seu primeiro trabalho importante, *Speculum Mentis* (1924), foi mais influenciado por Gentile do que por Croce, embora o nome de Gentile não apareça no Índice. Em todos os subsequentes trabalhos, uma sequência brilhante interrompida por sua morte prematura em 1943, a inspiração em Croce é clara. Um crítico chamou seu *Essay on Philosophical Method* (1933) de ‘uma crocificação de Hegel’. Uma tentativa muito bem sucedida de mostrar no pensamento filosófico a mistura entre a dialética dos opostos com a dialética dos distintos. Collingwood surge como filósofo, com algo da mesma diversidade de talentos, o mesmo humanismo multifacetado, como Croce, embora não tenha tido a mesma combinação extraordinária de Croce entre poder intelectual e moral.

⁷⁷ Inglis, F. *History Man. The Life of R. G. Collingwood*. Princeton: Princeton University Press, 2009, p. 118.

Muito provavelmente, a idéia chave para entender os pontos convergentes entre o pensamento de Croce e o de Collingwood, principalmente no que diz respeito à Filosofia da História, seja a tentativa interpretativa de uma aproximação entre teoria e prática. Nesta aproximação o conceito que norteia as especulações, tanto em Croce quanto em Collingwood, é o conceito de ação. Não por acaso, o clássico de Croce dedicado ao assunto possui por título, *Storia come Pensiero i Azione* (1941).

Neste livro, na verdade uma reformulação das idéias de *Teoria e História da Historiografia* de 1913⁷⁸, Croce tenta demarcar o território do historiador estabelecendo, para isto, distinções e correlações com outras áreas do saber. Um exemplo disto é a proposta de distinção entre Literatura e Poesia, de um lado, e a Historiografia de outro. Esta distinção é apresentada no texto obedecendo ao estilo rebuscado e a estratégia, segundo alguns, desconcertante devido à complexidade da linguagem, por vezes tortuosa de Croce⁷⁹. Distinguir entre Literatura e História, para Croce, é compreender a natureza do objeto da experiência estética e, por outro lado, a situação do objeto da História.

Croce situa o objeto da História ao âmbito da lógica, com isto querendo dizer que o objetivo do historiador não é o mesmo de um romancista ou poeta. Neste caso, Croce ressalta que a história pertence também ao universo da linguagem, mas ela não está restrita ao âmbito estético. “Embora expresso em formas literariamente rudes ou descuradas”, o conhecimento histórico, diz Croce, “mantém sua virtude de pensamento”⁸⁰.

O objetivo cognitivo da História, segundo o raciocínio de Croce, não é o impacto de beleza por meio das palavras, e sim o desvelar da verdade acerca do passado. É neste sentido, que Alfredo Bosi, em seu prefácio para o *Breviário de Estética*, teria razão ao lembrar que “a matéria do estudioso do imaginário é o possível, a matéria do historiador da cultura é o que realmente aconteceu”⁸¹. De um lado correria, então, o rio da imaginação

⁷⁸ Croce, B. *A História Pensamento e Ação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962, p. 09.

⁷⁹ Um exemplo desta espécie de consenso crítico é uma resenha de Maurice Mandelbaum para *Storia come Pensiero*. Para Mandelbaum, a obscuridade da linguagem de Croce serve de artifício para ocultar lacunas lógicas e argumentativas que o autor não consegue preencher adequadamente. Diz o texto: “Croce é um destes filósofos que, partindo de algumas pressuposições, anuncia, mas não demonstra a verdade de suas posições. Não há análises pormenorizadas da atividade histórica atual, tal como a imensa erudição de Croce e seus próprios resultados neste domínio poderiam ilustrar. O leitor tem a impressão de que suas pressuposições foram sistematizadas a partir de disputas filosóficas jamais confrontadas com a prática da atividade que têm por objetivo explicar.” *The American Historical Review*, Vol. 44, No. 4 (Jul., 1939), pp. 860-861

⁸⁰ Croce, B. *Storia come Pensiero i Azione*. 1954, p. 12.

⁸¹ Croce, B. *Breviário de Estética*. São Paulo: Ática, 1990, p. 21.

e da arte, do outro, as águas das ações humanas sondadas pela navegação sóbria do historiador. A pesquisa histórica só pode alcançar a esta verdade quando leva em consideração as instâncias da vida prática das personagens a partir das quais possamos compreender as conexões entre suas motivações e ações.

É bem verdade que, em Croce, esta distinção pode não ser tão estanque ou ainda, usando a terminologia cartesiana, clara e distinta. Croce defendeu também o status da experiência estética como determinante em sua ontologia. A ontologia de Croce, por sua vez, obtinha como ponto de partida a existência de quatro categorias do espírito. Podemos apresentar as quatro categorias, tal como Bernard Mayo⁸² o faz, da seguinte maneira: arte e lógica; economia e ética. Arte e lógica contidas no conjunto das atividades teoréticas; economia e ética contidas no conjunto da prática. Dada a presença da arte no âmbito das atividades teoréticas, assim como a Historiografia, poderíamos assumir que a distância entre Literatura e História não é realmente intratável, residindo aqui uma distinção e não uma oposição entre os dois domínios. O poeta e o romancista destacam o sonho idílico da vida humana, já o historiador destaca as razões e motivações para as ações. Com muitas chances de acerto, poderíamos dizer que nesta idéia de Croce, Collingwood enxerga a plataforma definitiva para o salto rumo ao conceito de *re-enactment*.

Em *Storia come Pensiero*, percebe-se um claro movimento de Croce na defesa de uma atitude empática na Historiografia. Além disto, outro fator importante para a origem do conceito de *re-enactment*, esta empatia devia ocupar-se predominantemente da ação humana e suas motivações e razões motrizes. A preocupação collingwoodiana, portanto, em se chegar a uma explicação histórica distinta de elementos explanatórios que remontem apenas à busca pelos elos causais dos fenômenos passava a tomar forma desde a leitura de Croce.

Para comentadores que defendem a existência de uma unidade de pensamento no trabalho de Collingwood, Croce representa uma chave interpretativa e, muito provavelmente, a base de sustentação para a compreensão do fio condutor de seu pensamento. Autores como Peter Johnson e Giuseppina D'oro dificilmente deixam passar por alto o fato de que o desenvolvimento da argumentação, tomando por ponto original *Speculum Mentis* e *An Essay on Philosophical Method*, chegando aos trabalhos maduros

⁸² Art, Language and Philosophy in Croce . *The Philosophical Quarterly*, Vol. 5, No. 20 (Jul., 1955), pp. 245-260.

como *An Essay on Metaphysics* a metafísica croceana e sua oposição ao positivismo é o elemento anímico. Com relação à gestação e maturação do conceito de *re-enactment*, a influência torna-se ainda mais clara. A explicação histórica por meio de atitude empática e compreensão da relação entre teoria e prática, pensamento e ação, constituem o norte croceano para Collingwood para a construção de sua Filosofia da História.

O Idealismo italiano, de modo geral, passara a representar os aliados que Collingwood jamais obtivera em Oxford. Gentile, de Ruggiero e Croce, por meio da atenção à Estética, à História e à Metafísica forneciam a Collingwood a matéria prima para o embate com seus conterrâneos mais preocupados com as ciências empíricas e a lógica formal. Desta maneira, ao contrário dos principais representantes do neo-positivismo lógico e da Filosofia Analítica que voltavam-se para suas raízes britânicas humeanas com o objetivo de extirpar o hegelianismo do século XIX, Collingwood saía ao encontro da Filosofia Continental. Assim resume Inglis:

Croce e Ruggiero eram guias e companheiros para Collingwood quando ele não podia encontrar mentes similarmente robustas e perspicazes na Grã-Bretanha. Pode-se acrescentar que Gentile também figurava como um dos preferidos por Collingwood. Smith, que possuía os trinta volumes do trabalho de Gentile, incentivou a leitura por parte do aluno, e Collingwood encontrou muito material conveniente em Gentile para sua cartografia das formas do conhecimento. Foi apresentado mais tarde a Gentile quando recebido por Ruggiero em Roma em 1927, e embora o nome de Gentile não apareça no índice de *Speculum Mentis*, há certamente uma influência considerável nas páginas sobre arte e história.⁸³

Inglis ainda observa que, em língua inglesa, Collingwood poderia encontrar amparo intelectual da mesma natureza em Dewey, mas não há indício da leitura de norte-

⁸³ Inglis, F. *History Man. The Life of R. G. Collingwood*. Princeton: Princeton University Press, 2009, p. 122.

americanos por parte de Collingwood; e na Inglaterra, Oakeshott ainda estava por vir.⁸⁴ O que poderia representar uma iniciativa intelectual que rendesse frutos compartilhados na Inglaterra, provou-se multiplicação de dificuldades e acentuação do isolamento intelectual. Se por um lado o contato com o Idealismo Italiano empresta forma aos argumentos de Collingwood, até a publicação de *The Idea of History* em 1946, seu trabalho não exerce impacto considerável.

Esta situação agravava-se porque até o fim da Segunda Guerra Mundial, o debate filosófico na Inglaterra não se dava de maneira pública. Isto é, as universidades eram muito mais fechadas do que são hoje e era normal que o debate fosse relegado apenas aos filósofos. Desta forma, era natural que estes filósofos estabelecessem o intercâmbio de idéias, incluindo também a troca de farpas, por meio de cartas. Não há indício de que Gilbert Ryle, sucessor de Collingwood como Waynfleet Professor, tenha o citado. Mas é possível acompanhar as mais de vinte e cinco mil palavras trocadas entre os dois intelectuais através de missivas.⁸⁵

Deste modo, Collingwood e sua tentativa de resgate cognitivo da Historiografia permanecera à margem dos desdobramentos mais perceptíveis da cena intelectual inglesa e europeia de modo geral. O positivismo continuava a ganhar terreno na atmosfera inglesa e se opor a esta corrente implicava em sérias dificuldades profissionais e, até mesmo, sociais. Mesmo assim, Collingwood preferiu pagar o ônus e, por meio do Idealismo Britânico de que era herdeiro e do Idealismo Italiano a que descobrira ainda na juventude, tomou partido contra os filósofos a que chamava realistas. Quem eram estes realistas e o que eles representavam no cenário das ideias do início do século XX passa a nos ocupar a partir de agora.

⁸⁴ Op. Cit., p. 122.

⁸⁵ Op. Cit., p. 72.

1.5 O Realismo de Oxford

Segundo as informações autobiográficas de Collingwood, ainda na graduação, ele acompanhou cursos de professores mais próximos das linhas positivistas. Era o caso de John Cook Wilson e E. F. Carrit, seu orientador naquele período. As principais trincheiras desses filósofos observavam e buscavam abater os argumentos do Idealismo de intelectuais como Green e Bradley. Tal como já acontecia em Cambridge, principalmente com os trabalhos de Russell e Moore⁸⁶, os positivistas em Oxford buscavam a dissolução das complexidades da Teoria do Conhecimento tendo por principal ferramenta a linguagem formal e matemática.

Wilson, de fato, se destacou no âmbito da lógica e sua publicação mais conhecida *Statement and Inference* (1926) repercutiu consideravelmente ao longo do século XX. Collingwood foi seu aluno e o descreve da seguinte maneira:

O líder da escola era John Cook Wilson, professor de lógica. Era um personagem temperamental e polêmico com paixão pela controvérsia e olhar instintivo para a tática; mais importante ainda, um professor de caráter inspirador, de cujo entusiasmo pelo pensamento filosófico ainda lembro com admiração e gratidão. Evitava publicar; e certa vez me explicou suas razões. ‘Em média, reescrevo um terço de minhas preleções todos os anos’, me disse. ‘Isto significa que estou constantemente mudando de ideia sobre o assunto. Se publicasse, todo livro publicado trairia o pensamento anterior. Por outro lado, se você deixa o público saber que você muda de ideia constantemente, ninguém o leva a sério. Por isso, melhor não publicar mesmo’.⁸⁷

⁸⁶ Segundo Peter Hylton, a compreensão da oposição de Russell e Moore ao Idealismo de Bradley e Green auxilia não somente na compreensão da natureza do pensamento desses dois autores, mas também na compreensão da própria tradição analítica. *Russell, Idealism and the emergence of Analytic Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

⁸⁷ *An Autobiography*, p. 19.

Seguindo dessa apresentação, vem o comentário irônico de Collingwood sobre a decisão de não publicar:

(...) já sabia que havia dois motivos pelos quais as pessoas deixam de publicar livros: ou elas sabem que não tem algo a dizer, ou sabem que não conseguem dizer; e quando apontam outras razões que não essas, tentam tampar o sol com a peneira.⁸⁸

Esse tom, com certeza, é um dos elementos que tornaram a autobiografia collingwoodiana tão polêmica. Tendo sido escrita em 1938, torna-se veículo importante para as posições maduras de Collingwood. Mas em 1910, ainda aluno de graduação, não exibiu uma segurança tão exemplar. Mesmo por que, boa parte de sua cultura universitária foi construída sob a orientação de outro realista, E. F. Carritt.

Ao que tudo indica, Carritt exercera influência, mais uma vez, maior do que Collingwood reconhece em seus relatos autobiográficos e também em seus textos teóricos. Embora tenha pertencido a corrente que Collingwood aponta como realista, Carritt não deixou de explorar temas aos quais Idealistas, tradicionalmente, se ocupavam. Nesse sentido, os trabalhos de Carritt avançavam na área da Ética, da Filosofia Política, da Estética e da Filosofia da Arte.

Como Fred Inglis expõe, Carritt foi ainda o responsável pelo primeiro contato de Collingwood com o Idealismo italiano que, como vimos, foi central para o desenvolvimento das ideias de Collingwood:

O orientador [tutor] de Collingwood, E. F. Carritt, era um homem de gostos católicos na Filosofia, vivaz, combativo e generoso que se tornou também amigo e, ao lado de J. A. Smith, apresentou seu aluno à obra e, em 1923, à pessoa de Benedetto Croce.⁸⁹

⁸⁸ Op. Cit., pp. 19-20.

⁸⁹ Inglis, p. 78.

Importante, todavia, é perceber que Carritt, então apontado por Collingwood como um dos realistas de Oxford, torna-se figura central no que diz respeito à guinada idealista de sua carreira. Não só porque o apresenta à companhia de Croce e aos outros italianos que o inspiraram, mas porque, muito provavelmente, intensificou o interesse de seu aluno com relação aos problemas da Filosofia Política, da Ética e, sobretudo, com relação à Estética.

A relação acadêmica entre Carritt e Collingwood estreitou-se e o professor auxiliou o aluno quando de sua aceitação como professor no Pembroke College. Por meio de uma carta, reproduzida por Fred Inglis, Carritt recomenda seu aluno:

Outros professores seus me dizem que seus estudos e trabalhos práticos em arqueologia são brilhantes, mas seu principal interesse é para com a Filosofia, e quanto a esse assunto eu o considero o aluno mais promissor desde A. D. Lindsay. Leu consideravelmente, possui hábitos acadêmicos, grande habilidade para dominar um objeto de estudo e notável iniciativa. Sua clareza de raciocínio, pertinência ao discutir e compreensão simpática acerca dos pontos de vista de outros, devem o tornar um excelente professor, também tenho razões para crer que já seja reconhecido, proporcionalmente, por seus contemporâneos. Seus talentos musicais e artísticos o tornam companhia agradável para além das atividades acadêmicas, sendo assim, tenho orgulho em apresentá-lo não só como aluno, mas também como amigo.”⁹⁰

De algum modo, a amizade fraterna entre professor e aluno pode ser interpretada aqui como um indício marcante de que a presença e relevância de Carritt não foi assim tão discreta quanto Collingwood, valendo-se do não dizer, deixa transparecer. Por outro lado, o contato de Collingwood com Carritt também representa seu distanciamento progressivo no que diz respeito às doutrinas positivistas ou realistas que foram absorvidas enquanto aluno de graduação.

⁹⁰ Op. Cit., p. 79.

Passado o período de formação, outros autores, não só de Oxford, passaram a ser criticados. Em sua fase madura, após perceber a urgência de uma Teoria do Conhecimento que refletisse com responsabilidade filosófica sobre o conhecimento histórico, Collingwood ampliava o alcance de seu ataque crítico ao realismo atentando para os argumentos de Bertrand Russell, G. E. Moore e, principalmente, A. J. Ayer.

Obviamente que a motivação intelectual de Collingwood em se opor às diretrizes fundamentais neo positivistas perpassa toda sua produção textual, mas em alguns momentos a oposição é exposta com mais detalhes do que em outros. É o caso, por exemplo, do capítulo XVI de *An Essay on Metaphysics*. O título do capítulo fala por si: “o suicídio da metafísica positivista”. Sendo Ayer o principal alvo de Collingwood.

Para Collingwood, o afastamento de Ayer com relação principalmente à Metafísica ocorre progressivamente e tem por base o suposto estatuto epistemologicamente superior do conhecimento empírico. Citando diretamente Ayer, Collingwood ilustra a ideia da seguinte forma:

Qualquer proposição que não possa ser verificada segundo fatos observáveis é uma pseudo-proposição. Proposições metafísicas não podem ser verificadas de acordo com fatos. Portanto, proposições metafísicas são pseudo-proposições, não possuem, então, sentido algum.⁹¹

Em princípio, Collingwood está de acordo com a verdade das premissas de Ayer em *Truth, Language and Logic*. Isto é, o fato de uma proposição metafísica não ser verificável não é questionado. O ponto de Collingwood é com relação à vulnerabilidade do argumento de Ayer: se uma proposição não é verificável, ela é uma pseudo-proposição, portanto, algo que podemos tomar como uma não proposição. Em sendo uma não proposição, apesar da ausência de verificação, não podemos ainda buscar lhe um sentido?

De acordo com Collingwood, o critério de demarcação proposto por Ayer não consiste em uma novidade e pode ser identificada já no pensamento de J. S. Mill.

⁹¹ *An Essay on Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p.163.

Contudo, a principal fraqueza do argumento reside no fato de dizer o que uma proposição metafísica não é deixando de explorar, assim, outras possibilidades interpretativas para os significados daquele tipo de enunciado. Em outras palavras, Ayer e outros positivistas pensam poder abrir mão dos enunciados não verificáveis empiricamente e, para Collingwood, estes enunciados não são desprovidos de significados.

A maneira que Collingwood elege para explorar os significados de enunciados metafísicos está diretamente relacionada com o papel epistemológico do conhecimento histórico. A suspensão do juízo com relação não somente à Metafísica, mas com relação ao conhecimento histórico por não ser conhecimento amparado por observações empíricas, não indica um movimento racionalmente justificável, ela, essa suspensão positivista do juízo, está mais para um ressentimento:

A suspeita de que o ressentimento, e não a razão, representa o principal fundamento dos neo positivistas se confirma quando observamos a maneira com que relacionam Metafísica, conhecimento e ciência natural. Parecem acreditar na Metafísica como algo prejudicial à ciência e temem que, ao menos que se destrua a Metafísica, ela destituirá a ciência.⁹²

Portanto, a simplificação em excesso diagnosticada por Collingwood não só nos argumentos de Ayer, mas na tradição positivista de um modo geral, levando-se em conta aqui os nomes de A. Comte, J. S. Mill, C. Wilson e E. F. Carritt, B. Russell e G. E. Moore representa uma má compreensão de fatores humanísticos envolvidos no próprio conhecimento. Mais pontualmente, essa má compreensão resulta no abandono do conhecimento histórico, tanto no que diz respeito aos seus critérios metodológicos quanto a suas implicações práticas e morais.

A esta altura, torna-se, importante esclarecer que a terminologia de Collingwood, os termos ‘positivistas’, ‘neo positivistas’ e ‘realistas’ são utilizados como sinônimos. A principal característica coberta por esses nomes intercambiáveis é a tentativa de interpretar o conhecimento humano segundo critérios de observação empírica e formalização linguística. A convicção de Collingwood é a de que a produção do conhecimento histórico

⁹² *An Essay on Metaphysics*. Oxford, 2002, p. 168.

não é compatível com os modelos epistemológicos oferecidos pelas ciências naturais e as matemáticas. É neste ponto que sua atividade prática como arqueólogo se torna fundamental. Por meio das escavações e dos estudos sobre a Bretanha Romana, Collingwood consolida a noção de que, embora não se trate de conhecimento empírico, o conhecimento histórico não é destituído de significado. Dada a relevância de sua atuação como historiador e arqueólogo para o desenvolvimento de sua Filosofia da História é para ela que dedicamos atenção a partir de agora.

Cap. 2 Collingwood como Arqueólogo

Como Teresa Smith ressalta⁹³, Collingwood compartilhou, ainda criança, de um ambiente em que a presença da Arqueologia era sempre forte. Sua autobiografia enumera

⁹³ Smith, T. R. G. Collingwood: 'This Ring of Thought': Notes on Early Influencies. In.: *Collingwood Studies*. Vol.01, Llandybie: Dinefwr Press 1994, pp. 27-43.

e descreve a influência das escavações de seu pai em sua formação. As ilustrações, os mapas, os instrumentos e todos os aspectos que compunham a face real dos trabalhos práticos em Arqueologia determinaram o desenvolvimento intelectual de Collingwood. O treinamento como arqueólogo em Oxford, portanto, consistia na continuidade de curiosidades e lapidação de habilidades.

2.1 Arqueologia no período de formação

A aceitação por parte de Oxford, no caso de Collingwood pelo University College, só era possível após uma espécie de seleção em que o estudante demonstrava seu domínio da escrita, capacidade de articulação de idéias, e, sobretudo, sua intimidade com os temas clássicos. Assim, era preciso exibir conhecimento do Latim e do Grego Antigo. Durante as provas, comum era o requisito de traduções e ensaios “sobre Tácito, Lívio, e Heródoto”.⁹⁴ Em 1908 Collingwood passou por esta seleção ostentando muito mais os conhecimentos adquiridos por meio de seu pai, ele mesmo arqueólogo, do que do período da escola preparatória.

Como inferimos a partir da leitura de Inglis, ao entrar em Oxford, os estudantes dedicados às humanidades acompanhavam programas interdisciplinares, mas com o foco ajustado para o período clássico:

No primeiro ano de *Classical Moderations*, os exames demandavam traduções de Homero, Virgílio, Demóstenes, e Cícero, conhecimento pormenorizado sobre a história do teatro, redações em prosa e verso em latim e grego antigo (domínio das convenções e estranhas elisões que garantiam a métrica correta ao longo da linha de doze sílabas), e adequação na lógica dedutiva. No segundo e terceiro ano de *Literae Humaniores* ou *Greats* (a gíria de Oxford para Clássicos), o estudante desenvolvia seu caminho através dos historiadores gregos e romanos, no

⁹⁴ Inglis, F. *History Man. The Life of R. G. Collingwood*. Princeton: Princeton University Press, 2009, p.64.

caso de Collingwood com atenção particular à biografia do Governador Agrícola na História imponente de Tácito sobre o Império.⁹⁵

Até o início do século XX, percebe-se, não importava se o estudante pretendia direcionar seus estudos para a Literatura, para a Filosofia ou para a História, o peso das letras clássicas exercia papel determinante no currículo. Esta divisão, bem como programação do ensino em Oxford influenciou fundamentalmente as humanidades na Inglaterra. Segundo Robert Wokler⁹⁶, as características da *Literae Humaniores* (Greats) de Oxford têm suas origens na reorganização do ensino superior inglês após a revolução francesa. Wokler assume que durante o período revolucionário, as universidades tentaram se adaptar de modo a aceitar mais estudantes e, por outro lado, procurando evitar a intervenção política em suas pesquisas e práticas de ensino. No início do século XX, *Greats* passava por mudanças e intelectuais que haviam passado pelo processo tentavam apresentar alternativas. O escocês Sandie Lindsay⁹⁷, na década de 1920, obteve sucesso ao propor uma escola em humanidades sem o grego clássico. Surgiu assim, a *Modern Greats*, hoje chamada *School of Philosophy, Politics and Economics*, com ares mais democráticos abolindo as línguas clássicas como pré-requisito obrigatório.

Quando acompanhando *Greats*, Collingwood ainda experimentou sua ortodoxia, mas como Inglis aponta, isto favoreceu sua Arqueologia:

A esta altura, o programa (*syllabus*) e a vida de Collingwood se encontraram num daqueles abruptos e emocionantes momentos em que o coração de alguém se torna pequeno para tanto sangue e em que a pesquisa do acadêmico parece ser infinita. Durante as férias de 1913 ele assumiu, com auxílio de sua irmã Ursula, seu primeiro comando arqueológico no forte de Galava na presente margem de Ambleside. A terra e as rochas de Cumbria salpicavam as páginas de Tácito com a poeira viva de um império morto. A urgência com que o passado

⁹⁵ Op. Cit., p. 77.

⁹⁶ Wokler, R. The Professoriate of Political Thought in England since 1914: a tale of three chairs. In.: *The History of Political Thought in National Context*. Eds. Castiglione, D & Hampsher-Monk, I. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 134-158.

⁹⁷ Op. Cit., p. 139.

chegava ao presente torna-se vertiginosa e era sua tarefa filosófica organizar e atenuar o fluxo até que o movimento trôpego se tornasse inteligível.⁹⁸

2.2 Bretanha Romana e a Muralha de Adriano

Desde 1913, então, seus trabalhos práticos em Arqueologia exercem a dupla função de intensificar a curiosidade acerca da Epistemologia da História e abrandar o anonimato. Collingwood fora reconhecido como uma referência no que diz respeito ao estudo dos vestígios do Império Romano na Grã-Bretanha. *Roman Britain* foi o texto que mais se destacou e certificou o reconhecimento do como arqueólogo. Ao lado de Francis Haverfield, Frank Gerald Simpson e Eric Birley, Collingwood protagonizou e incentivou a investigação nos sítios arqueológicos na Inglaterra e, já na década de 1920, surgia como um dos principais cientistas desta área. A atitude que estes historiadores defendiam era a construção de um espírito baconiano na Arqueologia, o que significava a possibilidade de investigação cooperativa e criatividade metodológica e inquiridora nos procedimentos. Os resultados, principalmente em Collingwood, era, por consequência, a substituição de muitas conclusões inadequadas quanto ao processo histórico do desenvolvimento da Grã-Bretanha.

Um exemplo disto é a reavaliação sobre a natureza da relação dos Celtas com os invasores Romanos que *Roman Britain* permitia. Segundo Inglis⁹⁹, este fato não repercute isoladamente na Arqueologia, mas na maneira de interpretar a História da Cultura de modo geral. Assumir que as culturas dos povos já presentes no solo britânico quando da chegada dos Romanos, na verdade, assimilaram a nova cultura preservando elementos de seu próprio estilo de vida delimita um tipo de avaliação muito diferente daquela que, por exemplo, poderíamos perceber na História da Inglaterra de David Hume.¹⁰⁰ Este resultado pode representar, a uma só vez, uma reinterpretação do que era historicamente aceito, as

⁹⁸ Inglis, F. *History Man. The Life of R. G. Collingwood*. Princeton: Princeton University Press, 2009, p. 78.

⁹⁹ Op. Cit., p. 148.

¹⁰⁰ Op. Cit., p. 148.

evidências demonstravam algo diferente, e, também, apresentar a noção de que a compreensão de um embate entre culturas não se limita ao binômio dominador-subjugado. A partir de seu trabalho arqueológico, Collingwood colocava novas questões históricas ampliando o leque de possibilidades para a busca pela compreensão do passado. Podemos recorrer diretamente ao texto de Inglis observando a implicação desta característica:

Os Britânicos, portanto, não eram uma raça subjugada simplesmente pelos Romanos, não mais do que os Africanos ou os Mesopotâmios, ambos àquela época livres dos Árabes ou Otomanos, ambos intocados ainda pela chama do Islam: “Os Romanos, compostos de elementos Celtas e Mediterrâneos, podiam estabelecer relações generosas, física e espiritualmente, do Tyne ao Eufrates e do Saara ao Reno... Daí todas as tentativas de compreender o Império Romano por comparação, digamos, com a dominação Britânica na Índia ou com a dos Franceses na Argélia acabarem frustradas.”¹⁰¹

Esta característica, poderíamos dizer, uma característica etnológica e antropológica, foi percebida, por exemplo, na resenha de Evans Pritchard para a edição revisada de *Roman Britain* publicada em 1932. Pritchard recomendava o trabalho de Collingwood aqueles que ignoravam os métodos arqueológicos e as questões que este tipo de pesquisa pode revelar acerca das relações entre culturas e, também, sobre a natureza humana. O caráter que mais chamou a atenção de Pritchard em *Roman Britain* foi justamente aquele que comentamos acima, o de que a relação entre os britânicos e os romanos não foi constituída exclusivamente por meio da força:

A difusão da cultura romana nas culturas celtas ocorre principalmente de maneira indireta, ela exemplifica a difusão por contigüidade assim como por conquista, e ilustra o processo de difusão cultural como oposto ao processo de difusão mecânica de objetos. Por difusão indireta quero dizer

¹⁰¹ Op. Cit., p. 148.

que os romanos não despejaram simplesmente sua cultura nos britânicos. Nada ocorreu assim tão cruamente.¹⁰²

O que foi percebido pelos críticos da época, de fato, foi que os trabalhos de Collingwood como arqueólogo ofereciam novas perspectivas sobre a presença do Império Romano no território britânico. Suas descobertas substituíram algumas conclusões, mas o mais importante é notar que estas conclusões somente eram substituídas porque novas perguntas eram efetivamente formuladas. Ao se colocar estas novas questões, alguns temas pareciam se destacar. É o caso da Muralha de Adriano (*Hadrian's Wall*).¹⁰³

Em um artigo relativamente recente (1990), G. S. Couse tenta explorar os resultados do trabalho arqueológico de Collingwood sobre o Muro de Adriano explicitando algumas implicações epistemológicas. Para Couse, as escavações e pesquisas de Collingwood sobre o Muro exemplificam a analogia defendida em *The Idea of History* entre o trabalho investigativo do historiador e o de um detetive policial. Nesta analogia, percebe-se que assim como na atividade de um detetive ao desvendar um crime, o historiador estabelece suas inferências sobre o passado a partir de perguntas e respostas, não descartando a importância dos testemunhos, e, sobretudo, das evidências físicas. “Foi simplesmente através deste trabalho”, defende Couse, “que ele compreendeu o valor da formulação precisa de perguntas e correspondentemente da busca seletiva por evidências.”¹⁰⁴

A investigação sobre o Muro remonta, na verdade, a várias gerações e a um grande processo investigativo envolvendo a formulação de hipóteses, sempre ancoradas naquilo que as evidências apontavam. No relato de Couse, o trabalho de Haverfield e Simpson, e principalmente o de Collingwood, possibilitaram a conclusão de que o Muro fora construído por Adriano e não por outro Imperador. A busca pelas evidências físicas da

¹⁰² Evans-Pritchard, E. In.: *Man*. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland Vol. 32 (Sep., 1932), pp. 220-221

¹⁰³ Nos reportamos a definição de Collingwood: “O muro em si mesmo é uma estrutura de concreto, sendo as pedras da frente comumente cortadas em forma de funil e viradas para dentro até encontrarem o concreto despejado no interior. É construído por vezes em base de argila, por vezes sem fundação nenhuma, tendo sua estabilidade garantida pelo próprio peso. Sua extensão percorre 73 milhas de Wallsend até Bowness-on-Solway; tem geralmente 8 pés de espessura, a altura original, contando com o parapeito que o circunda, deve ter sido de 12 pés, não ultrapassando, provavelmente, 16 ou 18 pés. O espaço no topo não devia contar com mais do que 4 ou 5 pés.”

¹⁰⁴ Couse, G. S. Collingwood's Detective Image of the Historian and the Study of Hadrian's Wall. In.: *History and Theory*. Vol. 29, No. 04. Beiheft, 1990, pp. 57-77.

muralha também ofereceu aporte para outras conclusões, como a de que ela não servia para fins de combate, mas para fins de vigilância.

O objetivo do artigo de Couse é o de apresentar a arqueologia de Collingwood como uma autorização epistêmica para as provas circunstanciais e para as evidências físicas na investigação do passado. Segundo o comentador, Collingwood não abandona, em sua aproximação do trabalho do detetive para com a do historiador, o valor das evidências físicas na arqueologia do Muro de Adriano.

Se as evidências físicas falam mais do que testemunhos ou, até mesmo, mais do que uma possível regularidade de comportamento evocada em uma investigação histórica é uma questão que o artigo de Couse suscita e pede por discussão. Mas o importante aqui é perceber a importância da Arqueologia para a Epistemologia da História em Collingwood, bem como perceber que o trabalho desenvolvido por ele nesta área não foi apenas reconhecido, mas utilizado. Outro ponto a não se perder de vista é o de que, enquanto arqueólogo, desde a década de 1920, Collingwood participava ativamente e socialmente na produção do conhecimento histórico e arqueológico, ao contrário do limbo filosófico a que era condenado durante o mesmo período.

Em sua autobiografia, Collingwood afirma que a Arqueologia funcionava como seu laboratório epistemológico¹⁰⁵. Viagens e escavações permitiam o teste das teorias sobre o conhecimento, caso o teste revelasse incompatibilidade, a teoria em questão era descartada, ao menos quando o objeto em questão fosse o conhecimento histórico. Por meio do trabalho de campo, então, Collingwood erigiu sua oposição às teorias da verdade mais discutidas entre as décadas de 1920 e 1940. Era o caso da teoria da correspondência e, também, do pragmatismo. A teoria da verdade por correspondência defendia que uma sentença só pode ser considerada verdadeira se o significado dela fosse constatado, de fato, no mundo. Sendo assim, a ‘neve é branca’ é uma sentença verdadeira, se e somente se a neve for realmente branca. Já o pragmatismo, remontando às filosofias de Charles Sanders Pierce e de William James, a quem Collingwood criticara em *An Essay on Metaphysics*, defendia que a verdade das sentenças, em última instância, dependia dos resultados práticos delas. Neste sentido, poderíamos imaginar o exemplo, ‘o sinal está verde’ é verdadeiro, se e somente se o veículo, ao avançar, não cause nenhum acidente.

¹⁰⁵ Collingwood, R. G. *An Autobiography*. Oxford: Oxford University Press, 1978, p. 24.

Para Collingwood, o conhecimento arqueológico e, por consequência, o conhecimento histórico, não era compatível com estas teorias da verdade. O valor dos resultados arqueológicos sequer comportava uma análise segundo proposições ou sentenças. Seria mais adequada uma avaliação que considerasse não sentenças isoladas, mas sentenças que tivessem seus significados garantidos pelas perguntas a que querem responder. A lógica de pergunta e resposta, como Collingwood nomeou a idéia em sua autobiografia, na verdade, opera como alternativa ao positivismo e surge como a origem para sua metafísica que, discutiremos em capítulo específico.

O simples fato de que Collingwood tentara expor a lógica implícita de sua atividade prática como arqueólogo buscando por implicações epistemológicas o destacava. Seus colegas e antecessores mais próximos estavam preocupados com a resolução dos problemas e não com a natureza epistemológica deles. Segundo Collingwood, Haverfield, por exemplo, não estava consciente da revolução teórica pela qual passava a Arqueologia desde o século XIX. Aqui, mais um indício das origens das ideias de *An Essay on Metaphysics*, ideias estas que defendem que o trabalho do historiador é descobrir as pressuposições absolutas e relativas de sistemas cognitivos e culturas por meio das perguntas e respostas.

Outra função epistemológica exercida pela Arqueologia, segundo Collingwood, é a concretização demarcatória entre História propriamente e História ‘tesoura e cola’. Esta demarcação estabelece uma distinção entre a simples repetição de autoridades sobre algum problema histórico e o trabalho genuíno e criativo do historiador ao buscar respostas e, também, colocar novas questões. Em *The Principles of History*, a principal característica da história tesoura e cola é exposta da seguinte maneira:

É característico da história tesoura e cola, desde sua forma menos crítica até a mais crítica, que ela tem a ver com sentenças prontas e acabadas, e que o problema do historiador sobre qualquer uma destas sentenças é se ele deve aceitá-las ou não: aceitar significa repeti-las como parte de seu próprio conhecimento histórico. Essencialmente, história, para o historiador recorta e cola significa repetir proposições que outros fizeram antes dele. Daí, ele apenas iniciar seu trabalho quando estiver bem

abastecido com sentenças prontas sobre os problemas sobre os quais quer pensar, escrever e daí por diante.¹⁰⁶

Já a História propriamente, de acordo com as diretrizes de Collingwood, ganha as seguintes cores:

Segue que a história científica não possui, de fato, sentenças prontas. A incorporação de sentenças prontas ao corpo de seu próprio conhecimento histórico, para o historiador cientista, é um ato impossível. Confrontado com uma sentença pronta sobre o assunto a que se dedica o historiador cientista nunca pergunta a si mesmo: esta sentença é verdadeira ou falsa? Em outras palavras ‘eu deveria incorporá-las ao meu estudo sobre este problema? A pergunta que ele se faz é ‘o que isto significa?’¹⁰⁷

Há uma diferença, portanto, entre o historiador que se limita ao cotejar o que foi dito anteriormente e o historiador que escava ele mesmo por significados tratando as próprias sentenças sobre os problemas, elas mesmas, como parte do problema histórico investigado. Esta distinção, com tudo, somente faz sentido quando ancorada pelas evidências. O trânsito do historiador por entre os complexos de perguntas e respostas só faz sentido quando não se afasta das evidências. A história científica, segundo Collingwood é representada pela nova arqueologia, não é uma história construída por meio de invenções ou repetições, mas uma história de buscas e indagações.

Neste sentido, as próprias sentenças e proposições, para o historiador científico, são tratadas como evidências. Sendo assim, até mesmo sentenças não ditas ou escritas podem dizer algo sobre um problema histórico, tornando possível uma espécie de arqueologia do silêncio.¹⁰⁸ Além disto, a arqueologia também personificava o principal objetivo do historiador, segundo Collingwood, a história do pensamento. Deste modo, a história de um povo que tinha por atividade a tapeçaria, a partir de evidências arqueológicas, não é a

¹⁰⁶ Collingwood, R. G. *The Principles of History*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 30.

¹⁰⁷ Op. Cit., p. 30.

¹⁰⁸ Op. Cit., p. 31.

história de uma atividade mecânica, mas uma atividade planejada, possuindo métodos e objetivos.¹⁰⁹ Podemos reconhecer Collingwood, portanto, como um dos principais precursores da *problem oriented Archeology* em oposição à *sponge-oriented Archeology*¹¹⁰.

2.3 Arqueologia orientada

Ao invés de escavar a esmo, o arqueólogo teria seus trabalhos direcionados pelas perguntas que formula e tenta responder. Neste despertar da Arqueologia científica a máxima de Lord Acton obtém seu impacto: estudem-se problemas, não períodos¹¹¹. Collingwood dedica um capítulo em sua autobiografia para expor esta mudança de atitude na Arqueologia pretendendo situar seus esforços naquele contexto. De fato, suas palavras são as de quem acredita ter antecipado alguns movimentos na revolução arqueológica:

As coisas mudaram desde então e não vou dizer que mudaram por causa de meus esforços. Mas acredito, porque durante quase vinte anos estive defendendo perante meus colegas arqueólogos o dever de jamais escavar, nem mesmo um sítio muito pequeno ou uma ínfima trincheira, sem estar certo de que pode satisfazer um investigador perguntando a você ‘por que você esta fazendo este trabalho?’ Também diria que no início esta idéia foi ridicularizada pelos puristas, embora alguns espíritos aventureiros, como R. E. M. Wheeler tenham a avaliado positivamente; gradativamente, ridículo e oposição desapareceram; e em 1930 o Congresso das Sociedades Arqueológicas, por meio de um Comitê de pesquisa, apresentou um relatório cobrindo todos os departamentos de trabalho de campo arqueológico na Grã-Bretonha oferecendo a arqueólogos de todo o país conselhos com relação à necessidade de se saber quais eram os problemas, também o período, sobre os quais especialistas reunidos no congresso decidiram concentrar-se. O princípio

¹⁰⁹ Op. Cit., p. 63.

¹¹⁰ Distinção ilustrada por Ulpiano Meneses em *Natureza da Arqueologia e do Documento Arqueológico*. São Paulo: FAU-USP.

¹¹¹ Collingwood, R. G. *An Autobiography*. Oxford: Oxford University Press, 1978, p. 125.

de pergunta e resposta havia sido aceito oficialmente pela Arqueologia britânica.¹¹²

Evidentemente que a Arqueologia na Inglaterra e na Europa, de maneira geral, desde o século XIX exibiu uma movimentação intensa. Os novos métodos de datação propostos pela arqueologia escandinava e também o furor das descobertas geológicas de Charles Lyell somado à teoria da evolução por seleção natural de Darwin ofereceram elementos capazes de refletir na metodologia da Arqueologia¹¹³.

Contudo, nas primeiras décadas do século XX, a Arqueologia carecia ainda de organização, o que Collingwood acreditava ter impulsionado. Acreditava ter auxiliado não somente com a observação metodológica de que o arqueólogo deve se dirigir aos sítios como inquiridor, mas também com a noção de que o objeto do historiador, na verdade, é o pensamento humano.

Cada objeto encontrado numa escavação deveria ser tratado como resposta a um problema e seu significado depende do propósito engendrado por ele. A cultura material, desde a perspectiva collingwoodiana, preconiza a interpretação do objeto segundo a demanda prática a que respondia e somente respondia por que alguém pensou que responderia. O objeto, portanto, é uma evidência para o pensamento que o elaborou. Sendo assim, ao estudar os materiais de outras épocas, o arqueólogo propõe uma história das idéias por trás dos objetos. Em *An Autobiography* esta idéia é explorada da seguinte maneira:

Para o arqueólogo isto significa que qualquer objeto deve ser interpretado em termos de propósito. Sempre que um objeto é encontrado deve-se perguntar ‘para que serve isso?’ e surgindo desta pergunta, ‘era bom ou ruim para isso?’ isto é, o objeto respondia ao propósito satisfatoriamente ou não? Estas questões, sendo questões históricas, não devem ser respondidas por adivinhação, mas por evidências históricas;

¹¹² Op. Cit., p. 126.

¹¹³ Ver, por exemplo, Trigger, G. B. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odisseus, 2004.

qualquer um que as responda deve ser capaz de demonstrar que sua resposta é a resposta que a evidência demanda.¹¹⁴

O Muro de Adriano, mais uma vez, é o exemplo que Collingwood oferece para ilustrar a questão. Segundo o autor, por mais que parecesse óbvio que as perguntas deveriam ser feitas às estruturas e artefatos, ninguém havia feito a pergunta específica sobre a função daquele muro dividindo a Inglaterra, leste a oeste. Em outras palavras, a Arqueologia, movida por questionamentos, perguntaria: para que serve este muro? Como defendido por Collingwood, uma vez silenciada a pergunta específica, falhou-se em reconhecer o muro como uma estrutura sentinela, muito mais do que de combate.

Porém, se o muro representa em boa medida as virtudes da Arqueologia e do trabalho prático historiográfico de Collingwood, por outro lado, ele pode representar também as fraquezas e insuficiências. Um exemplo deste aspecto é a interpretação inadequada que Collingwood oferece sobre a vala que acompanha toda a extensão do muro. Para ele, a vala representava um sintoma da falta de coordenação romana entre as instituições militares e as instituições comerciais. Segundo Collingwood, a vala era administrada por comerciantes e servia como depósito de mercadorias e espaço para bivaques e acampamentos. Trabalhos subseqüentes demonstraram a insuficiência desta hipótese.

Em um artigo publicado em 1987, Charles Salas¹¹⁵ tenta sintetizar as principais críticas feitas ao arqueólogo Collingwood. Dois dos principais críticos, I. A. Richmond e Eric Birley, não aprovam a diretriz collingwoodiana de que o arqueólogo deve ter em mente, exatamente, o que quer encontrar. Para Richmond, a prerrogativa soa muito mais como limitação, pois o arqueólogo, seguindo-a estritamente, somente encontrará aquilo que quer encontrar.

Uma das idéias salientadas por Salas é a de que, para outros arqueólogos, Collingwood pode ter levado o princípio da escavação seletiva (ou a *problem oriented Archeology*) ao extremo, distorcendo evidências para que elas oferecessem as respostas esperadas. Mas o objetivo geral do texto de Salas é o de analisar os resultados práticos de

¹¹⁴ Collingwood, R. G. *An Autobiography*. Oxford: Oxford University Press, 1978, p. 128.

¹¹⁵ Salas, C. *History and Theory*, Vol. 26, No. 1 (Feb., 1987), pp. 53-7.

Collingwood, especialmente no que concerne *Roman Britain and The English Settlements*, sob a luz dos próprios princípios collingwoodianos.

A partir de vários momentos do texto desse especialista, inferimos que a Arqueologia e a Historiografia de Collingwood não estavam isentas de problemas. Além do exemplo da vala no Muro de Adriano, Salas ressalta que, por muitas vezes, Collingwood não fez as perguntas que deveria ter feito e, por consequência, não buscou e, tampouco, chegou a respostas adequadas para alguns problemas.

Além disto, segundo Salas, nem sempre Collingwood utilizou seus princípios epistemológicos em sua prática historiográfica. Contudo, as críticas de Salas e de outros como Richmond e até mesmo Wheeler, este último lembrado na autobiografia como um “espírito aventureiro”, demonstram que algumas hipóteses de Collingwood não poderiam oferecer resultados satisfatórios, mas elas, entretanto, não conseguem demonstrar as inconsistências dos princípios epistemológicos de sua teoria. Neste tom, Salas conclui seu artigo:

Algumas coisas Collingwood opta por não dizer, em outras ocasiões ele diz mais do que deveria, mas o que diz sempre faz sentido e é por isso que seu trabalho é tão poderoso. Participamos no processo de pensamento com romanos e britons – e também com Collingwood, na medida em que ele faz perguntas e oferece as respostas corretas; fazemos de fato mais do que participar: enxergamos as conexões. Collingwood torna a realidade racional, e nenhum historiador da Bretanha Romana o fez de melhor maneira.¹¹⁶

A Arqueologia é determinante na formação das idéias de Collingwood. Para ele, este domínio cognitivo não era apenas uma sub-área da História. A Arqueologia, muito mais do que isso, era a identidade viva do conhecimento histórico. Isto o levou a uma atuação intensa e à crença de que os princípios metodológicos observados na Arqueologia eram válidos para o conhecimento histórico de maneira geral. Jan Van der Dussen ressalta a

¹¹⁶ Op. Cit., p. 71.

articulação social de Collingwood na Arqueologia e na Historiografia lembrando uma carta de 1927 dele a de Ruggiero:

Tenho escrito intensamente. Por quatro meses tenho estado imerso ao trabalho histórico, e lá me encontro entre amigos e colaboradores prestativos; o retorno à Filosofia significa um retorno a um trabalho em que cada vez mais me torno um fora da lei.¹¹⁷

Engendrando problemas ou não, a atuação intensa em seu trabalho prático o projetou em um círculo de cooperação científica em que seus resultados foram avaliados, criticados e utilizados. Já a concatenação epistemológica foi percebida, de fato, apenas na década de 1960, quase duas décadas após sua morte. E foi a partir do final dos anos 1960 que o pensamento collingwoodiano passa a ser percebido com mais clareza, e para além de Oxford e Cambridge, quando se propõem novos olhares e discussões sobre o conhecimento histórico.

¹¹⁷ *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1994, p. xxxi.

Cap. 3 - Fortuna Crítica e Relevância de Collingwood para a Historiografia Contemporânea

A discussão atual sobre a recepção e sobre a contextualização na história das idéias constitui um indicativo claro das preocupações teóricas contemporâneas. Historiadores da literatura como J. R. Jauss oferecem diagnósticos importantes acerca dos fenômenos interpretativos que envolvem a compreensão de um texto.¹¹⁸ Por outro lado, podemos também nos aproximar das idéias fundamentais dos historiadores das idéias políticas que buscam as intenções dos autores por meio da elucidação do contexto lingüístico em que se inserem. Cabe, neste momento, responder sobre a relação das idéias de Collingwood e estas inquietações metodológicas mais recentes.

O trabalho de Collingwood, como queremos demonstrar, alimenta o poder argumentativo tanto do viés ligado à história da literatura quanto dos historiadores da escola de Cambridge. Contudo, é possível admitir que Collingwood pode estar mais próximo de Pocock e Skinner do que de Jauss ou Iser.

3.1 Collingwood para os teóricos da Recepção

Na aula inaugural de H. R. Jauss, que ilustra de maneira consistente o ponto de vista da estética da recepção, Collingwood é citado duas vezes. O principal combustível collingwoodiano para Jauss, a exemplo da atitude de Gadamer, é a lógica de pergunta e resposta.¹¹⁹ O trabalho do historiador, nesse sentido, é o de reconstruir as perguntas a que o texto se coloca previamente e tenta responder. Para realizar esta tarefa o historiador deve levar em conta a maneira com que o texto foi lido por diferentes estratos de leitores. A

¹¹⁸ A metodologia da Estética da Recepção, defendida por Jauss, se constitui a partir de três elementos fundamentais: a) o autor como produtor; b) leitores como receptores-produtores; e c) a reflexão crítica. Sendo que, inevitavelmente, a análise das tensões entre autor e leitor converge para a reflexão crítica ou abordagem dos efeitos estéticos. Neste sentido, a apreensão do sentido da obra literária se concretiza por meio das relações que a obra estabelece, a partir de sua publicação, com seu público. É a recepção que transforma o texto em objeto de compreensão.

¹¹⁹ Também para Wolfgang Iser, a idéia de uma lógica de pergunta e resposta é relevante para a reconstrução histórico-estética dos sentidos de um texto. Ver deste autor, *The Act of Reading. A Theory of Aesthetic Response*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981, p. 72.

reconstrução deste complexo de perguntas e respostas está contida no projeto de reconstrução do horizonte de expectativas dos leitores. E como estes horizontes podem ser muito heterogêneos as questões colocadas por diferentes leitores, assim como os significados construídos por eles, tornam-se múltiplos.¹²⁰

Se na Alemanha percebemos a tentativa de aproximação em direção a Collingwood por parte da estética da recepção, na Inglaterra, os teóricos da Literatura instauram uma oposição. Na introdução de David Boucher para *The Philosophy of Enchantment*, coletânea de manuscritos inéditos de Collingwood sobre Folclore e sobre Crítica Cultural, a então chamada “vingança da Literatura” é apresentada como antagonista às propostas de Collingwood.

O que Boucher chama de “vingança da Literatura” abriga as linhas de raciocínio mais próximas do que apontaríamos como pensamento pós-moderno ou pós-estruturalista. Aqui o objetivo é distanciar-se de Collingwood a partir de uma característica da proposta de Collingwood não esmiuçada por Jauss ou Iser¹²¹, qual seja, a de que a lógica de pergunta e resposta requer respostas específicas para perguntas não menos específicas. A idéia apresentada por Collingwood com mais detalhes em sua autobiografia confere à atividade do historiador, ao menos em uma primeira análise, limites interpretativos. O viés da Crítica Literária, ao contrário, reivindica uma ausência de obstáculos para interpretações distintas ou opostas.

Segundo Boucher, os pontos levantados por autores como David Harlam e Linda Orr, alinhados também à perspectiva hermenêutica de Gadamer, ao pensamento de Foucault e Jacques Derrida, consistem em um ataque frontal a proposta collingwoodiana de se buscar as intenções específicas não só de autores de textos filosóficos ou historiográficos, mas de agentes históricos em geral. Assim como Jauss, Harlam e Orr parecem reconhecer que a investigação sobre o passado carrega consigo o caráter estético e literário, tão somente. O seguinte parágrafo de Boucher apresenta a questão:

¹²⁰ Luiz Costa Lima resume esse ponto da estética da recepção da seguinte maneira: “Seu interesse se desloca da tentativa de constituir uma significação precedente para o esforço de compreender a diferença das diferentes exegeses de um texto”. Ver *A Literatura e o Leitor*, Luiz Costa Lima (org.) São Paulo: Paz e Terra, 1979, p. 12.

¹²¹ Ainda assim, é preciso notar que Jauss leva em conta a lógica de pergunta resposta de Collingwood. Para Jauss, o método de Collingwood abre caminho para a crítica de Gadamer ao objetivismo histórico. O complexo de pergunta e respostas constituído pelo texto e sua recepção compõem, em boa medida, a compreensão da obra literária. Reconstruir este complexo de perguntas e respostas, segundo Jauss, equivale a compreender um romance, por exemplo, em sua historicidade própria ou ainda o que aquele texto representou no contexto experiencial do qual e para o qual emergiu.

Linda Orr sugere que a História moderna, ao separar-se da Literatura, tenta imitar as ciências sociais, especialmente no que diz respeito aos aspectos quantitativos. Keith Jenkins defende que respostas adequadas à pergunta ‘o que é história’ não são mais encontradas nos padrões dos textos de G. R. Elton e E. H. Carr. Eles são datados e modernistas em uma era pós-moderna em que o texto se apresenta com incontáveis possíveis significados. A hermenêutica e os teóricos pós-modernos nos mostram que os textos se divorciam de seus autores e seus contextos, um processo que Gadamer e Ricouer chamaram de distanciamento”¹²²

Até mesmo a tarefa prescrita por Collingwood de se buscar o contexto apropriado em que textos e ações emergem torna-se impossível quando o teor do desconstrucionismo se revela, “a morte do autor, o texto desaparecido, o desaparecimento do objeto de conhecimento, a ausência do autor, a ilusão de um agente histórico”¹²³, todos estes fatores concorrendo para a suspensão do juízo na historiografia, resultando, assim, numa *ataraxia*¹²⁴ tão perniciosa quanto falsamente atual ou original.

Para uma autora como Orr, a visão collingwoodiana consiste inevitavelmente em um assassinato do passado. Quando Collingwood evoca a imagem baconiana que associa o sujeito cognoscente a de um torturador, Orr lembra que o torturador obtém a resposta que quiser, qualquer uma. “O historiador mata o passado a que deseja ressuscitar, ele é o detetive do crime que ele mesmo comete”¹²⁵ Uma das maneiras que Boucher utiliza para defender Collingwood desta crítica é lembrar da perspectiva intencional de que se vale o arqueólogo. Por trás das feições estranhas dos objetos encontrados, o arqueólogo põe em prática uma leitura destas evidências, uma hermenêutica (por que não?) da muralha ou da porcelana escavada, mas seu objetivo é recuperar a intenção para a qual o objeto representa uma expressão. Isso, para Boucher em defesa de Collingwood, não implica em um crime contra o passado. O que Boucher parece defender é a idéia de que, em Collingwood, o passado não perde sua vida. O que passa a existir é uma adequação da liberdade

¹²² *The Philosophy of Enchantment*. p. xcvi.

¹²³ Op. Cit., p. xcvi.

¹²⁴ Do Grego, quietude da alma, termo relacionado ao ceticismo antigo.

¹²⁵ Op. Cit., p. xcvi.

metodológica à peculiaridade do próprio passado. Neste caso, o método é o caminho para a compreensão do passado, e não para sua fabricação ou invenção.

3.2 Collingwood e a Escola de Cambridge

Contudo, as marcas do pensamento de Collingwood são ainda mais perceptíveis em historiadores como Pocock e Skinner.¹²⁶ Boucher lembra que Skinner aponta as diretrizes e os princípios fundamentais da escola de Cambridge como essencialmente collingwoodianos. Pode-se dizer que as idéias de Collingwood figuram como a principal fonte idealista que forma a nova história das idéias políticas proposta a partir do final da década de 1960. Esta proposta metodológica absorve de Collingwood a preocupação com relação ao contexto específico dos problemas; a atitude de interpretação do trabalho historiográfico como essencialmente interrogativo; e, por último, a busca pelas intenções dos agentes históricos em suas ações.

O idealismo de Collingwood, que fornece a matéria prima metodológica para as propostas da escola de Cambridge¹²⁷, compartilha, por sua vez, dos princípios que o

¹²⁶ A nova história política proposta aos moldes de autores como Quentin Skinner e J. Pocock defende um destaque maior para as intenções de significado do autor de um texto. Neste sentido, o que o autor quis dizer com determinado texto acaba sendo mais relevante do que o leque infinito de possibilidades interpretativas. Isto não significa, porém, que a nova história política inglesa desconsidere o contexto no qual e para o qual a obra emerge. Ao contrário, o sentido histórico de um texto político só é apreendido quando se considera o contexto lingüístico que o torna possível. As intenções do autor e as leituras que fizeram dele consistem no diálogo que o historiador deve reconstruir. Mais ênfase deve ser colocada no fato de que o contexto mais relevante para o desvelar do significado de um texto, para os ingleses de que aqui falamos, é o contexto lingüístico. O contexto social pode ajudar na compreensão dos termos de um discurso específico, mas esse conhecimento é um conhecimento acessório e não determina significado algum. Por exemplo, não se pode compreender o que Aristóteles quis dizer sobre a escravidão natural recorrendo ao fato de que para os gregos da mesma camada social de Aristóteles, em geral, a escravidão era natural.

¹²⁷ Vale lembrar, todavia, que outra influência considerável para a escola de Cambridge, o pensamento de J. L. Austin, em pouco ou quase nada se aproxima do pensamento Idealista britânico do século XIX. Em *How to do Things with Words*, Austin tem como ponto de partida a noção de que, muitas vezes, dizer algo implica numa ação. Em outras palavras, Austin tenta abordar filosoficamente a linguagem a partir de sentenças cujos significados coordenam uma alteração em um estado de coisas específico. Neste caso, dizer algo é fazer algo. Como exemplos desta situação, Austin oferece o “sim, eu aceito” de um casamento; o “eu batizo este navio de Rainha Elizabeth” da inauguração de uma embarcação; o “deixo meu relógio para meu irmão” no caso de um testamento; ou ainda, o “aposto seis Libras que chove amanhã” no caso de uma

Idealismo britânico importa do ambiente intelectual germânico. A principal consequência deste intercâmbio é a consciência de que a história não deve copiar os modelos explicativos das ciências naturais e, nem por isso, deve ser interpretada como um domínio cognitivo menor. Sendo esta característica um resultado da oposição de pensadores como Bradley, Green e Joachim a princípios empiristas que remontam a Locke e Hume. Esta oposição tem como ponto de partida a idéia de que não existe uma realidade de fatos independente das operações mentais. Assim, a mente torna-se mais um agente interpretativo do que um simples receptáculo de informações sensoriais.

As ambições de autores como Pocock e Skinner não são modestas; pretendem ter oferecido bases sólidas para uma investigação realmente capaz de apreender e compreender o passado. Elementos collingwoodianos constituem a sustentação para a proposta de descoberta de linguagens, discursos significativos e as intenções formadoras destes discursos.

3.3 Quentin Skinner e a abordagem collingwoodiana

Em um artigo publicado no ano de 2001, Quentin Skinner coloca-se em defesa da “abordagem collingwoodiana” em História das Idéias ou, caso prefira-se, em História Intelectual, de maneira mais enfática. No texto em questão, Skinner procura rastrear indícios da formação desta abordagem e busca, também, explicitar sua natureza epistêmica. O autor aponta como clara a influência das idéias do historiador de Collingwood nas diretrizes fundamentais de método da escola de Cambridge e de outros pensadores de língua inglesa dedicados à reconstrução do passado das idéias.

Skinner enumera da seguinte maneira algumas das contribuições em que esta influência seja predominante:

simples aposta. Segundo Austin sentenças como estas não descrevem um estado de coisas, elas os fazem acontecer. São as chamadas sentenças performativas.

Alguns dos primeiros sinais deste interesse [em Collingwood] vieram da Australasia, onde John Passmore e John Pocock publicaram trabalhos clássicos sobre História Intelectual no início dos anos 1960 usando, em parte, o tom collingwoodiano. Logo em seguida, uma abordagem passou a ser extensivamente discutida e praticada na Inglaterra, particularmente na Universidade de Cambridge, onde o novo ímpeto derivava, principalmente, dos trabalhos de Peter Laslett e John Dunn, mais seguidores e associados dentre os quais gostaria de me incluir.¹²⁸

Estes autores e a abordagem de que fala Skinner estão unidos por algumas idéias fundamentais, são elas: a) a historicidade dos problemas da Teoria Política e da História Intelectual; b) a necessidade de descobrir as questões precisas para as quais os textos se apresentam como respostas; e c) a importância de descobrir as intenções e propósitos dos autores. Skinner, a partir destas idéias fundamentais, tenta levar a abordagem collingwoodiana a teste e, para isto, evoca alguns argumentos de autores que compõem o que os especialistas chamam corrente pós-moderna da Historiografia. Tendo no horizonte o ceticismo pós moderno, a questão passa a ser: “até que ponto podemos defender a crença de que podemos falar utilmente da descoberta de projetos e intenções de autores, atribuir a suas sentenças significados particulares, distinguir interpretações corretas de interpretações erradas de textos filosóficos complexos?”¹²⁹

Durante as décadas de 1970 e 1980, como defende Skinner, o ceticismo com relação à tarefa hermenêutica, de modo geral, tornou-se mais intenso. De acordo com este ceticismo, a linguagem oferece uma complexidade infinita tornando mais intrincada a tentativa de interpretação e também qualquer tentativa de se estabelecer nexos compreensivos entre a linguagem e o mundo. Esta característica da dúvida pós-moderna é salientada por Skinner através do nominalismo de Jacques Derrida:

São bastante claras, ao menos nos primeiros escritos de Derrida, as razões pelas quais ele rejeita a hermenêutica tradicional. Ele associa o projeto de interpretação com o que chama de logocentrismo, que significa

¹²⁸ Skinner, Q. In.: Castiglione, D. & Hampsher-Monk, I. Eds. *The History of Political Thought in National Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 176.

¹²⁹ Op. Cit., 177

(basicamente) a crença de que os significados se originam no mundo e chegam até nós por meio da capacidade das palavras de referirem-se às coisas. Esta crença origina, segundo a frase heideggeriana de Derrida, a metafísica da presença, a ilusão de que a verdade sobre mundo pode se fazer presente por meio da linguagem denotativa.”¹³⁰

A rigor, como apresentado por Skinner, o argumento de Derrida se movimenta em direção à dúvida radical quanto à possibilidade de conhecimento verdadeiro sobre quaisquer aspectos do mundo tendo por instrumento a linguagem. O exemplo sugerido por Skinner, seguindo sua ilustração do ceticismo de Derrida, é retirado de *Eperons*. Imagine-se, então, o seguinte fragmento em meio aos escritos e papéis de Nietzsche: ‘esqueci meu guarda chuva!’ Para Derrida, como defende Skinner, todos são capazes de compreender o significado imediato destas palavras, mas ninguém será capaz, jamais, de saber *ao certo* o que Nietzsche quis dizer com elas.¹³¹ Skinner lembra, ainda, que o ceticismo hermenêutico de Derrida leva em conta, entre outros fatores, a polissemia lingüística. Dada a infinidade de possibilidades de significado das palavras, o projeto de atribuição de significados particulares se torna uma impossibilidade não meramente lingüística, mas epistêmica.

A exposição do ceticismo de Derrida não deixa de engendrar algumas críticas por parte de Skinner. Um dos pontos mais atacados é a suposta falta de originalidade na proposta. Segundo Skinner, o problema da polissemia lingüística e o nominalismo, de maneira geral, é um tema discutido já na Idade Moderna em Hobbes, por exemplo. Diz Skinner:

Esta posição foi abordada muito antes de Derrida tê-la questionado. A preocupação acerca da tendência do significante se equivocar, e portanto acerca da simples idéia de denotação, figurou em muitas filosofias nominalistas do início da Idade Moderna, mais notavelmente em Hobbes. A sugestão de que os significados se referem a nada mais do que a usos convencionais circulando em um meio particular foi também um

¹³⁰ Op. Cit., 178

¹³¹ Op. Cit., 179

elemento importante nas filosofias holísticas da linguagem da primeira metade do século XX, mais claramente em Quine e Wittgenstein.¹³²

Muito embora Skinner faça questão de ressaltar que Derrida tenha levado a discussão um passo a frente, é claro o tom crítico de Skinner com relação à falta de menção, em Derrida, a discussões passadas sobre problemas similares. A crítica pode ainda ser caracterizada com mais clareza quando ressaltamos a seguinte passagem:

Existe sim alguma dificuldade em interrogar críticos desconstrucionistas sobre as razões para suas conclusões. É normal que argumentem não estarem disponíveis para responder tais questões humanísticas tradicionais, uma vez que isto seria cooptar um estilo de discurso que repudiam. Não está claro o suficiente, entretanto, que repudiem consistentemente. Derrida, por exemplo, se sentiu a vontade para reclamar que Searle o tenha lido mal, enquanto Harlan não tenha hesitado em atacar meus próprios argumentos sobre interpretação para imputar a mim um conjunto identificável de intenções as quais aponta com veia humanística como inadequadas para a realização de meus propósitos.¹³³

Outros dois autores importantes figuram na apresentação de Skinner do ceticismo hermenêutico, Paul Ricoeur e Hans-Georg Gadamer. O elemento em Ricoeur que o aproxima de Derrida é seu ataque à equação das intenções autorais ao significado verdadeiro do texto.¹³⁴ Desta maneira, o que um autor quis dizer com determinado texto se torna menos importante do que os significados que diferentes gerações de leitores podem vir a oferecer. Em Gadamer, Skinner resalta a impossibilidade radical de reconstrução do pensamento dos outros. “Gadamer”, diz Skinner, “interpreta este desejo como um absurdo porque pressupõe que podemos deixar de lado nossas próprias posições em nossas tradições de pensamento e também os preconceitos – no sentido de pré-julgamento

¹³² Op. Cit., 178

¹³³ Op. Cit., 178

¹³⁴ Op. Cit., 179

inevitável sobre o significado – que inescapavelmente resultam”.¹³⁵ Frente a este tipo de questionamento, é possível defender a busca por intenções autorais ou de significado?

A resposta de Skinner é sim. Para ele, os argumentos dos autores mencionados não possuem força o bastante para que se coloque de lado a metodologia collingwoodiana. Em primeiro lugar, no caso da defesa contra Derrida, Skinner lembra que dificilmente especialistas em História do Pensamento Político ou em História das Idéias desconsiderariam o caráter polissêmico da linguagem e a possibilidade de interpretações divergirem. A ideia é apresentada assim por Skinner

Historiadores da Filosofia têm geralmente sido prudentes para conceder este ponto, e salientar que qualquer interpretação possui o status de mera interpretações, podendo ser instantaneamente descartada com base em novas informações ou novas leituras. Obcecado como ele parece estar pela equação de Descartes, conhecimento e certeza, Derrida parece não perceber que essa é uma concessão que quase toda teoria tradicional da interpretação está preparada para aceitar.¹³⁶

Quase toda teoria do significado estaria pronta para conceder que interpretações exibem inevitavelmente caráter hipotético. Seguindo novos elementos, novos questionamentos e até mesmo novos dados empíricos sobre o texto, interpretações quase sempre podem ser substituídas. Nesse sentido, como defende Skinner, “as interpretações que oferecemos podem estar sempre erradas, e este é um risco que sempre devemos aceitar.”¹³⁷ Esta seria uma posição absorvida pela abordagem collingwoodiana.

Tampouco a abordagem que Skinner defende perde sua eficácia frente à distinção entre significado público e intenção autoral privada de significado. Segundo Skinner, Collingwood e seus seguidores não abririam mão da possibilidade de se compreender o texto de um autor de maneira bem distinta da vontade do autor. Colocando em prática a busca por descobertas de significados e intenções, um dos objetivos mais frequentes é o de ultrapassar a compreensão que os autores tinham de suas próprias obras. Contudo, segundo

¹³⁵ Op. Cit., 180

¹³⁶ Op. Cit., p. 181

¹³⁷ Op. Cit., p. 180

Skinner, o fato de aceitarmos a possibilidade de ultrapassarmos a compreensão que os autores tiveram de si não exclui o valor interpretativo da descoberta das intenções autorais.

Na visão de Skinner, as teorias de Derrida, Ricouer e Gadamer geralmente são representadas como refutações da busca por intenções autorais quando não se leva em conta os diferentes níveis de significado a que um interprete pode se referir. São, basicamente, dois estes níveis: o primeiro diz respeito ao significado filológico ou estritamente lingüístico das sentenças, proposições e textos inteiros; o segundo nível se refere ao significado das sentenças enquanto ações:

Podemos estar interessados na dimensão lingüística do significado, no sentido e referência convencionalmente atribuídos a palavras e sentenças. Ou podemos nos interessar na dimensão da ação lingüística, no tipo de coisa que autores e narradores podem ser capazes de fazer ao usar tais palavras e sentenças.¹³⁸

Estes níveis significativos, segundo Skinner, são destacáveis, isto é, são independentes, mas a compreensão adequada das idéias de um autor depende tanto da leitura correta da linguagem empregada para a produção textual quanto da avaliação razoável daquilo que o autor quis fazer ao dizer algo. Mais uma vez, o exemplo de Derrida vem à baila: compreendemos filologicamente o que Nietzsche quis dizer com ‘esqueci meu guarda chuva!’, mas nos faltam elementos para compreender a sentença enquanto ação. Quis Nietzsche se desculpar, lembrar ou advertir? Algo mais é preciso para que se compreenda a frase:

Podemos tentar compreender o que Nietzsche quis dizer. Mas assim como o próprio Derrida aceita, neste caso isto dificilmente seria um problema. De maneira alternativa, poderíamos querer saber sobre o que Nietzsche quis dizer (ou teve intenção) ao escrever aquelas palavras. Poderíamos desejar saber, isto é, o que estava fazendo ao escrevê-las, que ato lingüístico ele estava praticando. Ele estava simplesmente contando

¹³⁸ Op. Cit., p. 182.

algo a alguém? Ou talvez estivesse lembrando a alguém, avisando, ou assegurando? Ou estava ele a explicar algo, se desculpando, criticando a si mesmo, ou ainda lamentando simplesmente seu lapso de memória, ou o quê? Talvez, como defende Derrida, não quis mesmo dizer nada.¹³⁹

Segundo Skinner, é necessário investigar o contexto intelectual em que se dá a sentença sob pena de jamais compreendermos qualquer discurso. O que Skinner recupera com o objetivo de defender esta idéia é, principalmente, a lógica de pergunta e resposta que Collingwood defende como metodologia para a História de modo geral em sua autobiografia. Em oposição a Filosofia Analítica de Russell e Ayer, das décadas de 1920 e 30, Collingwood defende que a História não pode avançar de acordo exclusivamente com a análise formal de sentenças e proposições isoladas, ao contrário, o historiador deve reconstruir os problemas que os autores tinham em mente ao escrever seus textos. Por meio do questionamento contínuo e criativo e da busca por respostas o historiador se torna capaz de se aproximar do significado das idéias de um autor. É a esta idéia em Collingwood que Skinner reconhece como central.

Pode-se dizer que a busca pelas intenções autorais constitua o fio condutor do pensamento metodológico de Quentin Skinner. Em 1969, quando da publicação de seu artigo *Meaning and Understanding in the History of Ideas*, a meta cognitiva de descoberta dos significados por meio da sondagem dos contextos intelectuais já aparecia em primeiro plano. Mais detalhadamente, o conteúdo do artigo apontava para o abandono de duas ortodoxias quanto ao método, a saber, a busca pelo significado tendo por horizonte o texto e apenas o texto; e, por outro lado, a interpretação textual escorada na análise do contexto social da obra e do autor.

Skinner procura substituir a exclusividade da economia interna do texto e o contexto social como determinantes na busca das intenções complexas dos autores. Por intenções complexas, Skinner entende não apenas aquilo que o autor quis dizer com o texto, mas que o autor quis ser compreendido daquela maneira. Estas intenções, por seus turnos, só podem ser compreendidas uma vez contrapostas ao pano de fundo essencial, o contexto

¹³⁹ Op. Cit., 183.

lingüístico. Também já em 1969, Skinner lembra o quinto capítulo da autobiografia de Collingwood como princípio teórico para esta escolha metodológica.¹⁴⁰

Retornando ao texto de 2001 de Skinner temos um exemplo da metodologia proposta por ele. Segundo o autor, o exemplo ilustra como a exploração dos textos ganha em profundidade quando os diálogos entre os intelectuais são reconstruídos. É o caso dos avanços interpretativos de Richard Popkin e Curley sobre o ceticismo em Descartes. Estes historiadores das idéias foram capazes de apontar a forma específica de ceticismo a que Descartes procurava refutar. Descartes lutava contra um ceticismo derivado da redescoberta dos textos de Sexto Empírico ao final do século XVII e não contra o ceticismo de maneira ampla e geral.

Outro caso exemplar deste tipo de abordagem, segundo Skinner, é o trabalho de Passmore sobre Hume. Em *Hume's Intentions* o autor explora os possíveis diálogos de Hume com outros pensadores e, ao longo da argumentação, conclui que, embora o ceticismo antigo e o pensamento de Locke e Berkeley exercessem influência na obra de Hume, em boa parte, seus argumentos se dirigem especificamente a Bayle e a Malebranche. O comentário de Skinner acerca do texto de Passmore surge assim:

Isto é particularmente evidente em seu livro de título *Hume's Intentions*. Deste texto aprendemos que, mesmo sendo consideravelmente cético e ainda assim reconhecidamente um seguidor de Locke e Berkeley – como especialistas na época geralmente defendiam – o *Tratado* de Hume foi muito mais influenciado por seu debate crítico principalmente com Bayle e Malebranche. Embora esses autores apareçam raramente no texto de Hume, o progresso de Passmore foi descobrir a extensão em que o *Tratado* de Hume representa uma crítica a eles.¹⁴¹

Mesmo assim, Skinner prefere se afastar de Collingwood em um ponto crucial de sua Filosofia da História, o conceito de re-enactment. Skinner afirma que o objetivo de

¹⁴⁰ Skinner, Q. Meaning and Understanding in the History of Ideas. In.: *History and Theory* 1969, p. 38.

¹⁴¹ Castiglione, D. & Hampsher-Monk, I. Eds. *The History of Political Thought in National Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 185.

repensar ou reviver o pensamento de outros implica em um compromisso metafísico excessivamente dispendioso:

Estas são vulneráveis *façon de parler*, mas minha defesa da abordagem collingwoodiana seria dizer que não precisam ser evocadas, tampouco se comprometer com a doutrina dúbia das outras mentes que parecem depender. É claro que não podemos penetrar na mente de personagens históricas. Mas para descobrir o tipo de intenções em que estamos interessados não nos comprometemos com nenhum tipo de prestidigitação.¹⁴²

Como defendido na linguagem de Collingwood, o argumento não possui uma justificativa lógica forte. Skinner, neste ponto, é incisivo: “é claro que não podemos penetrar nas mentes dos agentes históricos”.¹⁴³ A esta altura, Skinner admite a pertinência da crítica anti-intencionalista bastante clara no pensamento de Gadamer.

Contudo, Skinner esboça uma possível defesa de Collingwood afirmando que se a linguagem do argumento for aprimorada, sua consistência não sofre abalos significativos. É possível falar em reconstrução de intenções tendo por ferramentas apenas indícios publicamente reconhecidos, dentre eles, principalmente, a linguagem.

Talvez, aqui faça sentido lembrar o comentário de David Boucher sobre o texto de Skinner: pode ser razoável imaginarmos a defesa de Collingwood contra seus inimigos, mas também contra seus aliados. Para Boucher, a interpretação de Skinner sobre o conceito de *re-enactment* e a empatia de Collingwood remonta a leituras inadequadas como as de Patrick Gradiner, Walsh e Barraclough. A falha destes intelectuais é a de associar o conceito de *re-enactment* a uma visão intuicionista sobre o conhecimento histórico, algo como uma capacidade quase mística do historiador em apreender o pensamento dos agentes históricos. O próprio método de pergunta e resposta pode ser evocado para atenuar esta posição.

¹⁴² Op. Cit., p. 185.

¹⁴³ Op. Cit., p. 185.

Entretanto, podemos insistir em tal leitura, Boucher, assim como Skinner, falha ao deixar de perceber que em *The Idea of History* o próprio Collingwood oferece material para a readequação na defesa de seu argumento. No texto, Collingwood fala da reconstrução do pensamento dos agentes históricos por meio da linguagem. Não por acaso, todos os exemplos escolhidos para ilustrar o conceito falam da leitura de textos. Seja a leitura de um decreto de um imperador romano ou a leitura de um texto filosófico.¹⁴⁴

A tarefa do historiador, para Collingwood, é adentrar ao mundo dos significados. Esta tarefa, por sua vez, se nos apresenta essencialmente sob o signo da interpretação lingüística. Ocorre com os textos filosóficos, com as obras de arte ou com utensílios arqueológicos. Sendo assim, não parece se sustentar, salvo análise mais minuciosa, a crítica de Skinner ao *re-enactment* de Collingwood.

Pareceu-nos pertinente ressaltar a relevância de Collingwood para o atual cenário de discussões sobre o método em História das Ideias, tanto no que diz respeito ao ceticismo da escola alemã, quanto à arqueologia lingüística dos ingleses de Cambridge. Desta maneira, fica claro que explorar o pensamento de Collingwood sobre o conhecimento histórico representa mais do que um sobrevôo em uma paisagem desertificada. Ao contrário, as virtudes e possíveis inconsistências de seus argumentos constituem um cenário de vida intensa para a Filosofia da História.

¹⁴⁴ Collingwood, R. G. *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1994, p.283.

Cap.4 - A Lógica de Pergunta e Resposta: A hermenêutica collingwoodiana.

Uma das principais conseqüências da atuação prática de Collingwood como arqueólogo foi a organização e formulação da lógica de pergunta e resposta. A ideia é sistematicamente apresentada no quinto capítulo da autobiografia de Collingwood e antecipa consideravelmente o principal argumento de *An Essay on Metaphysics*, escrito um ano mais tarde.¹⁴⁵

A apresentação deste método por parte de Collingwood está de acordo, em primeiro lugar, com seu distanciamento para com espírito geral positivista, isto é, para com a Teoria do Conhecimento positivista. A atitude a ser evitada, segundo a prescrição collingwoodiana, é a que tenta analisar os processos cognitivos tomando por base proposições isoladas. A complexidade dos atos assertivos de conhecimento, segundo Collingwood, exige uma estratégia interpretativa que tenha por horizonte a atividade de questionamento e não a dissecação linguística de cunho formal defendida por lógicos e matemáticos.

No entanto, a linha de interpretação predominante, a do neo-positivismo lógico influenciada por Frege e Russell¹⁴⁶, derivava seus principais resultados tomando como ponto de partida sentenças e proposições isoladas. Para os lógicos, ainda segundo Collingwood, o conhecimento só pode ser analisado desde o ponto de vista de sentenças para as quais possamos atribuir valor de verdade ou falsidade.

¹⁴⁵ Também Louis Mink identifica a lógica de pergunta e resposta com a teoria das pressuposições: “A teoria das pressuposições é, por seu turno, uma extensão daquilo que Collingwood chamou de lógica de pergunta e resposta; lá ele diz que a ideia original foi defendida em um manuscrito de 1917, mais tarde destruído.” Collingwood's Dialectic of History. In.: *History and Theory*, Vol. 7, No. 1, (1968), p. 23.

¹⁴⁶ Como expõe Claudio Costa, o próprio surgimento de uma Filosofia da Linguagem cuja abordagem se apóia principalmente na Matemática remonta a Frege: “É possível dizer que a Filosofia da Linguagem teve seu grande impulso no início do século XX, por força da obra de lógico e filósofo alemão Gottlob Frege (1848-1925). Frege foi o criador da moderna lógica matemática, a primeira pessoa a investigar formalmente os fundamentos da aritmética e a tentar reduzi-la à lógica, e ainda, pelos seus escritos sobre a natureza do significado das expressões, o indicador das discussões contemporâneas em Filosofia da linguagem ideal.” *Filosofia da Linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 10.

Um dos fatores apontados por Collingwood para compreensão do equívoco positivista é o parentesco entre o que os gramáticos chamavam de sentenças indicativas e a proposição dos lógicos:

A doutrina me parecia um erro por causa do parentesco anterior entre lógica e gramática. A proposição surgia como uma espécie de alma da sentença do gramático, tal como em especulações primitivas alguns imaginam mentes como fantasmas dos corpos. A gramática reconhece uma forma de discurso chamada sentenças, e dentre as sentenças, assim como outros tipos que servem como expressões verbais de perguntas, ordens, etc., um tipo que expressa enunciados. Na fraseologia da gramática, elas são sentenças indicativas; e os lógicos quase sempre tentaram identificar uma unidade de pensamento, ou aquilo que se pode apontar como falso ou verdadeiro, como um tipo de alma do corpo lingüístico da sentença indicativa.¹⁴⁷

Dentre os principais resultados da estratégia dos lógicos estavam as teorias da verdade em voga. Todas estas teorias tinham por objeto de avaliação sentenças lingüísticas isoladas e cujos valores de verdade dependiam em última instância da verificação empírica, por exemplo. Nesse sentido, as teorias da verdade por correspondência, por coerência e o pragmatismo se tornam casos exemplares da Teoria do Conhecimento orientada, principalmente, pela lógica proposicional. A todas elas, como o texto expressa, Collingwood se opôs:

Recusei a todas estas teorias da verdade. E isso não era lá muito original de minha parte; qualquer um poderia constatar após a leitura de *The Nature of Truth* de Joachim, que estavam todas abertas a objeções fatais. Minha razão para recusá-las, todavia, não residia no fato de estarem radicalmente abertas a objeções, mas sim no fato de que todas

¹⁴⁷ *An Autobiography*. Oxford: Oxford University Press, 1978 [1939], p. 34.

pressupunham o que chamei de princípio da lógica proposicional; e este princípio eu havia negado por completo.¹⁴⁸

Ainda sobre a oposição de Collingwood a estas teorias da verdade é possível apurar de Peter Johnson:

Ao desenvolver sua nova lógica, Collingwood não deixa de ser ambicioso. Perguntas e respostas supostamente varrem todas as teorias da verdade em que a proposição represente o elemento central. Proposições não são falsas ou verdadeiras por elas mesmas, ou porque correspondam a algum estado de coisas, ou porque são ou não são coerentes com outras proposições, ou porque suas verdades residam na vantagem produzida por se acreditar nelas. Toda argumentação, como ele expressa em a *Idéia de História*, ‘depende em se fazer uma pergunta’ (IH, p. 273). Os termos da lógica moderna – sentença, julgamento, inferência – de fato bloqueiam nossa noção disto, mas, para Collingwood, a história da filosofia nos mostra outra coisa. Descartes, Bacon e Sócrates são, segundo Collingwood, ‘os três grandes mestres da lógica de se fazer perguntas’ (IH, p. 273) – a este respeito, ele defende, ‘até onde os trabalhos da lógica moderna se preocupam, Descartes não deveria ter existido’ (IH, p. 273).

Todas estas teorias da verdade estabeleciam um elo entre os estudos sobre os fenômenos de linguagem e a lógica formal. Muito provavelmente, a motivação de filósofos dispostos a aderirem tal viés era a de apresentar uma base sólida para a resposta aos grandes problemas da tradição humanística. Esta aspiração cartesiana de buscar o conhecimento certo e verdadeiro por meio da matemática foi responsável pelo surgimento de importantes capítulos da cena intelectual do ocidente, tal como a Filosofia Analítica.

¹⁴⁸ Op. Cit., p. 36.

Autores como Russell e Moore, por exemplo, alvos críticos de Collingwood, foram representativos no que concerne à defesa da teoria da verdade por correspondência. Assim podemos apurar de Michael Glenzberg:

A ideia básica de uma teoria da verdade por correspondência é a de que o que dissemos ou acreditamos é verdadeiro se corresponde à maneira com que as coisas são na realidade. Tal ideia pode ser observada sob muitos aspectos em vários momentos distintos da tradição ocidental. Sua história recente toma lugar com o início da Filosofia Analítica na virada do século XX principalmente com os trabalhos de G. E. Moore e Bertrand Russell.¹⁴⁹

Pode-se afirmar com segurança que ambos, Moore e Russell, estiveram comprometidos com o conceito que animou de alguma maneira as teorias lógicas da verdade, a saber, o conceito de proposição. No entanto, ambos perceberam mais tarde que este conceito, mesmo quando analisado sob o prisma da lógica formal, engendrava um compromisso metafísico a que não achavam necessário honrar. Russell e Moore, de acordo com o relato de Glenzberg, se afastaram da ideia de proposição para reformular a teoria da verdade por correspondência. Contudo, o que deve ser ressaltado aqui é que a crítica de Collingwood quanto às proposições enquanto veículo para verdade não esteve desprovida de significado. Antes mesmo de Russell e Moore perceberem problemas na defesa das proposições, Collingwood apontou a inconsistência das proposições como princípios epistemológicos.

Pois bem, se o princípio da lógica proposicional havia sido negado, qual princípio epistemológico deveria apresentar-se como alternativo? Em poucas palavras, o princípio do questionamento. Quando o objetivo é compreender o conhecimento histórico e humanístico de maneira geral, para Collingwood, análises estritamente formais ou simbólicas não fazem sentido. O historiador, na verdade, ao encontrar-se com seu objeto de estudo não tenta decompor as partes até que um elemento indivisível seja apontado e

¹⁴⁹ *Truth*. In.: Stanford Encyclopedia of Philosophy: 2006.

verificado empiricamente. Para Collingwood, ao contrário, o historiador não busca verificações ou valorações, e sim significados.

Para atingir a estes significados o historiador lança mão da estratégia questionadora. O principal objetivo desta estratégia é o de descobrir as perguntas para as quais sentenças ou proposições representem respostas. Tendo por exemplo textos históricos, o interprete não deve ocupar-se meramente da compreensão filológica, mesmo que esta seja pressuposto básico para a interpretação, ele deve tentar reconstruir o sentido das perguntas a que os autores dos textos se fizeram ao escreverem. “Uma lógica que se ocupa das respostas sem dar conta das perguntas”, diz Collingwood, “é uma lógica falsa.”¹⁵⁰

Nesse sentido, podemos perceber que a tarefa do historiador não é meramente explicativa com base em procedimentos indutivos e com foco voltado para os nexos entre causa e efeito, e sim interpretativa. De posse de um texto, o historiador não deve instaurar uma ordem superficial de controle de símbolos, e sim um diálogo interpretativo. A seguinte passagem exemplifica bem a ideia:

Observe que não se compreende o que alguém diz ao estudarmos simplesmente seu discurso escrito e falado, mesmo que tenha falado ou escrito com perfeito comando da linguagem e intenção verdadeira. Se o objetivo é compreendê-lo, devemos também encontrar a pergunta (a pergunta que o autor tem em mente, e que está, presumidamente, na mente do leitor) para a qual o que tenha dito ou falado represente uma resposta.¹⁵¹

Outro exemplo da insistência de Collingwood na importância de uma leitura investigativa, portanto não submissa, situa-se ao capítulo XI de sua autobiografia. Quando discorre sobre como se deu sua própria atuação no campo da Arqueologia e os efeitos dessa atuação, Collingwood admite que, na verdade, a Arqueologia, ao extrair significados de objetos aparentemente mudos, propõe uma lição a qualquer tipo de História:

¹⁵⁰ *An Autobiography*. Oxford: Oxford University Press, 1978 [1939], p.30.

¹⁵¹ Op. Cit., p. 31.

O princípio não se aplica somente à Arqueologia, mas a todo tipo de História. Quando fontes escritas são utilizadas, implica que qualquer ação atribuída ao personagem pelas fontes devem ser compreendidas da mesma maneira. Julio César, dizem, invadiu a Bretanha por dois anos consecutivos. Por que o fez? A pergunta raramente é feita pelos historiadores; e não me lembro de ninguém que tenha tentado responder cientificamente, isto é, por meio de evidências. Não há, obviamente, nenhuma evidência a ser tomada, exceto a narrativa do próprio Julio César. Neste texto, ele jamais explica o que quis fazer invadindo a Britânia. Assim, seu silêncio constitui nossa melhor evidência para a descoberta de suas razões. Seja lá o que tenha ocorrido, resolveu ocultar sua verdadeira intenção de seus leitores. À luz de seus Comentários, a explicação mais provável para essa omissão é a de que qualquer que tenha sido seu propósito, não foi alcançado.¹⁵²

Esta recuperação do significado da fonte escrita, entretanto, é uma tarefa essencialmente histórica. Qualquer um que busque o significado de algum texto, fenômeno social ou objeto arqueológico tendo por objetivo a descoberta das perguntas autorais coloca em prática um procedimento que não pode prescindir de métodos históricos. É neste ponto que a autobiografia collingwoodiana antecipa a principal tese de *An Essay on Metaphysics*, a tese de que a Metafísica somente faz sentido como uma subárea histórica.

Segundo esta ideia, filósofos, ao investigarem textos, deveriam estar conscientes de que estão recuperando historicamente o sentido de seus objetos de estudo. Sendo assim, e boa parte da polêmica reside neste ponto, metafísicos não buscam pelo ser das coisas, buscam sim pelo significado daquilo que os filósofos tradicionalmente entendem por ser. De uma vez só, Collingwood desagrada aos lógicos, por falar de assuntos irrelevantes como a História e a Metafísica, e aos filósofos que se dedicavam à Metafísica de maneira mais tradicional se ocupando da antiquíssima pergunta sobre o que é o ser.

Para Collingwood, portanto, compreender um texto filosófico complexo e compreender um Forte Romano envolve procedimentos cognitivos idênticos. O que ele parece ressaltar, é que os mesmos princípios de investigação arqueológica de um Forte

¹⁵² Op. Cit., p. 131.

Romano estão envolvidos na compreensão, digamos, de um diálogo de Platão. Daí a hermenêutica linguística em Collingwood. Esta ideia, por mais problemática que pareça sua defesa, é o principal elemento collingwoodiano da História das Ideias proposta por pensadores como Quentin Skinner e John Pocock.¹⁵³ Muitos discordariam tanto de Collingwood quanto desses autores contemporâneos. Mas, de fato, o método de pergunta e resposta de Collingwood parece ser mais adequado às investigações historiográficas do que qualquer tipo de verificacionismo ou formalismo.

Podemos resumir esquematicamente o método de pergunta e resposta de acordo com os seguintes elementos: proposições e sentenças, na verdade, pertencem a complexos de pergunta e resposta, elas não são significativas se tomadas isoladamente; neste complexo de perguntas e respostas, elas (sentenças e proposições) representam respostas para perguntas específicas; a pergunta é uma pergunta sensível; a proposição ou sentença é a resposta correta para aquela pergunta. Podemos ainda apoiar esse resumo na própria argumentação de Collingwood:

O que se queria dizer ordinariamente quando uma proposição é chamada verdadeira, eu interpretava assim: (a) a proposição pertence a um complexo de perguntas e respostas que, como um todo, é verdadeiro no sentido próprio da palavra; (b) este complexo é uma resposta para uma questão; (c) a pergunta é o que ordinariamente chamamos uma pergunta sensível ou inteligente, não uma pergunta tola, ou ainda, em minha terminologia, ela deve emergir; (d) a proposição é a resposta correta para aquela questão.¹⁵⁴

Os itens c e d do esquema acima constituem uma característica relevante do método de pergunta e resposta, qual seja, a maneira com que perguntas e respostas, dentro de um dado complexo, se relacionam. Compreender de que maneira perguntas se relacionam com respostas em um complexo é o pressuposto para a compreensão sobre os limites interpretativos, em Collingwood, para o conhecimento histórico.

¹⁵³ Ver, por exemplo, Diggins, J. P. *The Oyster and the Pearl: The Problem of Contextualism in Intellectual History*. In.: *History and Theory*, Vol. 23, No. 2 (May, 1984), p. 156.

¹⁵⁴ *An Autobiography*. Oxford: Oxford University Press, p. 38.

Embora fale de objetos arqueológicos como complexos de perguntas e respostas, Collingwood jamais deixa de mencionar que os textos escritos são casos exemplares. Em várias outras passagens, mesmo de *The Idea of History*, livro em que o objetivo é mais o de explicitar o conceito de *re-enactment*, os exemplos sugeridos para ilustração de como se dá a compreensão histórica é invariavelmente um texto. Segundo Collingwood, os textos passam a existir como tentativas de respostas para perguntas bem específicas. E compreender historicamente o significado destes textos ou complexos de perguntas e respostas exige o reconhecimento da reciprocidade elementar entre pergunta e resposta.

A relação entre pergunta e resposta é, poderíamos dizer, uma relação de ajuste estrito, isto é, autores oferecem respostas específicas para perguntas não menos específicas; por outro lado, os interpretes destes textos devem adotar a mesma estratégia para atingir ao real significado de um texto:

A estrutura deste complexo, jamais, obviamente, foi abordada pela lógica proposicional; mas com o auxílio de Bacon, Descartes e outros, eu poderia arriscar algumas observações. Cada pergunta e cada resposta em um determinado complexo de pergunta e resposta deve ser relevante ou apropriada, deve pertencer tanto à parte que ocupa quanto ao todo. Cada pergunta deve emergir; ela deve possuir sentido de tal maneira que, se assim não for, nos recusamos a responder alegando a ausência de fundamento. Cada resposta deve ser a resposta correta para a pergunta a que tenta responder.¹⁵⁵

Contudo, mesmo que imponha limites ao ceticismo, o método proposto por Collingwood tenta destituir a lógica proposicional enquanto fator esclarecedor último dos processos cognitivos. O método proposto por ele assume que o conhecimento histórico exige o critério do questionamento racional e não a análise estritamente formal ou simbólica. O método de pergunta e resposta, portanto, se apresenta como crítica acirrada¹⁵⁶ ao espírito intelectual preponderante nas primeiras décadas do século XX.

¹⁵⁵ Op. Cit., p. 37.

¹⁵⁶ Hans-Georg Gadamer que, embora crítico de Collingwood, se refere à crítica do autor inglês ao positivismo nestes termos: “Também a acirrada crítica de R. G. Collingwood à consciência metodológica

É preciso salientar outra característica do método de pergunta e resposta, a saber, a de que a ideia mesma de contradição lógica é posta em cheque quando o problema passa a ser o significado dos processos históricos e não seus valores de verdade. Sendo esta uma consequência da oposição de Collingwood às principais teorias da verdade mais conhecidas no início do século XX.

De acordo com Collingwood, uma contradição entre duas proposições ou sentenças contrárias só é possível quando elas tentam responder a mesma questão. Sendo assim, para determinar a contradição entre “o mundo é um” e “o mundo são vários” é necessário ter como ponto de referência a questão a que ambas tentam responder. Se tentarem responder a questões diferentes, a contradição não é caracterizada. Collingwood faz questão de alertar sobre esse ponto porque muitas das críticas a temas próprios das humanidades tinham como base de sustentação a ideia de contradição. Textualmente o ataque de Collingwood à noção de contradição se nos apresenta desta forma:

Segue, também, e isto era o que especialmente me chamava atenção à época, uma vez que duas proposições nelas mesmas não possam ser mutuamente contraditórias, há muitos casos em que, levando-se em conta um par de proposições contrárias, é possível tomar ambas como significativas, de acordo com a maneira com que as perguntas a que tentam responder são reconstruídas. Por exemplo, metafísicos já disseram “o mundo é, ao mesmo tempo, um e vários”; e não foram poucos os críticos estúpidos o bastante os acusando de contradição, tendo por base o fundamento lógico abstrato de que “o mundo é uno” e “o mundo são vários” são proposições mutuamente contraditórias.¹⁵⁷

Como veremos mais adiante, ao explorarmos as críticas à lógica de pergunta e resposta, Collingwood se expõe de modo quase temerário.

positivista permanece presa à estreiteza subjetivista do problema, à medida que, lançando mão do instrumental dialético do hegelianismo de Croce com sua teoria do *re-enactment*, fundamenta como caso modelar para a compreensão histórica a execução posterior de planos elaborados.” *Verdade e Método II*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, p. 127.

¹⁵⁷ *An Autobiography*. Oxford: Oxford University Press, 1978 [1939] p. 40.

Na verdade, Collingwood abstrai de sua atividade como arqueólogo alguns princípios dos quais, segundo o autor, a História em geral não pode deixar de lado. Obviamente uma razão de peso, para ele, é fornecer uma alternativa aos princípios da lógica formal enquanto chave interpretativa para o conhecimento humanístico. Contudo, poderíamos dizer, sua motivação específica é passar a abordar o objeto de estudo da História a partir da atitude intencional.

Esta atitude significa interpretar os processos históricos elegendo como prioridade as razões dos personagens históricos para agir tal como agiram. Assim como o arqueólogo deve ir a campo com uma pergunta em mente - ‘para que serve isto?’ ou ‘que problema da vida prática, social, econômica ou religiosa este objeto tenta resolver?’ – o historiador das ideias políticas e da Literatura, da Ciência e da Filosofia deve ter em mente a seguinte pergunta: a que pergunta o texto que estudo tenta responder? Descobrimo a pergunta autoral, deve também especular criticamente sobre a pertinência da resposta oferecida.

Com sua hermenêutica, Collingwood pretende ultrapassar em alguns aspectos a Historiografia do século XIX. Para ele, a crítica de fontes e autoridades consiste numa parte fundamental do trabalho investigativo do historiador, mas de maneira alguma representa o fim da tarefa. O historiador deve assimilar as questões já propostas por pesquisadores anteriores, mas se quiser contribuir para o progresso de seu domínio de pesquisa deve propor questões que outros pesquisadores possam também julgar relevantes. Se estiver amarrado ao que já foi dito sobre um assunto, o historiador não consegue dar voz a seu objeto. A investigação histórica criativa, em Collingwood, exige sagacidade crítica e liberdade metodológica. Liberdade esta amparada pela razão e pela pertinência reconhecida das questões colocadas, bem como das tentativas de resposta.

A ideia parece ser demasiada intuitiva. Críticos poderiam objetar afirmando que defender a relevância do questionamento no âmbito da Historiografia é apenas ressaltar o óbvio. Outros poderiam objetar apontando a falta de eficácia da crítica de Collingwood aos princípios da lógica formal e simbólica. Tentaremos dar vazão a estas críticas a partir deste momento.

4.1 Críticas e objeções à lógica de pergunta e resposta

“Se o objetivo de Collingwood era o de se apresentar como um revolucionário na lógica, então ele esteve exposto a sérias dificuldades.” É o que lembra Peter Johnson em sua introdução ao pensamento de Collingwood:

Na lógica, Collingwood se considerava um revolucionário (A, p. 52). Para muitos lógicos modernos, entretanto, muitas das propostas de Collingwood são como uma tempestade em copo d'água; não estavam, por isso, interessados em estudar com vigor seu conteúdo. Se as ideias de Collingwood são discutidas, usualmente por comentadores interessados em sua história intelectual, ainda assim, suas discussões sobre lógica são interpretadas como não convincentes. Três assuntos dominam o pensamento de Collingwood sobre a lógica – suas críticas à lógica proposicional, a lógica da pergunta e resposta e a lógica das pressuposições.¹⁵⁸

Destes três pontos, provavelmente o primeiro deles seja o mais vulnerável. A crítica ao conhecimento proposicional é relevante, e nisto realmente Collingwood deve ser reconhecido como um pioneiro, no entanto, o problema foi ter acreditado que sua lógica de pergunta e resposta substituísse a lógica formal ou a refutasse definitivamente.

Para Collingwood, a análise proposicional prova-se inadequada porque negligenciava o pensamento histórico. Mas mesmo os filósofos mais representativos do viés positivista apontaram problemas com respeito à noção de proposição e nem por isso abandonaram em definitivo seus anseios de aproximar a filosofia da matemática. Como vimos acima, as críticas de Russel e Moore foram decisivas para o aprimoramento da teoria da verdade por correspondência, mas elas não provam a inconsistência das análises formais ou simbólicas. Mesmo Wittgenstein esteve consciente da vulnerabilidade das

¹⁵⁸ R. G. Collingwood. *An Introduction*. South Hampton: Thoemmes Press, 1998, p. 65.

proposições enquanto ferramentas epistemológicas.¹⁵⁹ Com relação a esta semelhança crítica entre Collingwood e Wittgenstein, Johnson relata:

A crítica de Collingwood à lógica proposicional é notável, não somente por sua brevidade, mas também pela antecipação das maneiras com as quais o segundo Wittgenstein reinterpreta a ideia geral do *Tractatus* sobre como regras da lógica nos mostram como pensar ou determinam como nossas interpretações devem ocorrer. A este respeito, vale a pena notar que em sua autobiografia (publicada em 1939) Collingwood diz (A, p. 42) ter desenvolvido a crítica, e também alternativa, à lógica proposicional em 1917 (somente quatro anos antes da publicação do *Tractatus* de Wittgenstein), em um trabalho (mais tarde parcialmente destruído) chamado *Truth and Contradiction*.¹⁶⁰

Muito claramente, o ataque de Collingwood à lógica proposicional possui três pontos fundamentais. São eles, a) proposições não são indicativas da natureza dos atos de conhecimento; b) qualquer teoria da verdade tendo por base exclusivamente proposições não é válida; e, c) a noção de contradição não é adequada para a Historiografia, salvo se duas sentenças contrárias indicam respostas para a mesma pergunta. Falar sobre as implicações destas críticas significa, de fato, explorar questões centrais para a Teoria da História de Collingwood. Questões, por exemplo, sobre como Collingwood reflete sobre o problema da verdade em História. As objeções, sem dúvida se apresentam como testes.

Ao que tudo indica, a principal fraqueza da proposta está em sua crítica à noção de verdade. Ele parece incorrer naquilo que deseja abandonar quando abre mão do conceito de verdade substituindo-o pela relevância e força lógica do questionamento. É que para fazer sentido, um complexo de perguntas e respostas precisa ser verdadeiro, mas Collingwood não consegue explicar em que sentido ele possa ser verdadeiro, uma vez que seu objeto de crítica aqui é a própria noção de verdade. Vejamos como Johnson apresenta o problema:

¹⁵⁹ Op. Cit., p. 65.

¹⁶⁰ Op. Cit., p. 66.

Eles [os críticos] defenderam, ainda, que Collingwood trabalha despreocupado e desatento com a noção de verdade. Ao negar que verdade/falsidade são propriedades das proposições, Collingwood defende que somente o que ele chama de ‘um complexo de perguntas e respostas’(A, p. 38) pode ser considerado ‘verdadeiro’, mas se for assim ele pode ser ‘falso’, e, então, torna-se difícil perceber em que sentido pode ser ‘falso’. É difícil para Collingwood sustentar sua posição aqui sem cair novamente na própria posição da lógica proposicional que ele quer descartar. Tal concessão pode ser inevitável dado o problema de mostrar como os termos padrões da lógica proposicional – verdade, falsidade, contradição – podem ser banidos da lógica da pergunta e resposta.¹⁶¹

De fato, ao percorrer a produção textual de Collingwood sobre o conhecimento histórico, podemos concluir que não é raro Collingwood se referir a algo como verdadeiro ou falso, seu próprio cuidado com relação às evidências parece indicar uma espécie de teoria da verdade histórica por correspondência. Os indícios são fortes para a conclusão de que mesmo querendo se afastar da noção de verdade Collingwood a utiliza quase como um pressuposto tácito. Contudo, poderíamos ainda esboçar uma defesa do ponto de vista de Collingwood.

Poderíamos dizer, por exemplo, que Collingwood, na verdade, é mais um crítico da noção de verdade enquanto atributo exclusivo do conhecimento empírico do que um crítico da verdade em geral. O que ele parece defender ao abdicar das teorias da verdade positivistas, é que estas teorias dependem, em última instância da verificação empírica e a relevância do conhecimento histórico não depende somente da verificação. A pertinência da investigação histórica, mesmo que mediada pelas evidências de ordem física, depende em boa medida da compreensão empática. Collingwood não quer dizer que a compreensão histórica não possa ser verdadeira ou falsa, ele defende, isto sim, que a verdade da história não depende unicamente de critérios empíricos. Acreditamos que seus argumentos elegem a verdade histórica mais como verdade da razão do que de simples reconhecimento imediato e empírico, o que confere à História um estatuto epistemológico distinto das ciências empíricas, mas jamais inferior.

¹⁶¹ Op. Cit., p. 47.

Talvez seja possível assegurar a validade de nossas observações com o apoio do relato de David Naugle. Esse autor lembra que já Louis Mink havia defendido que o método proposto por Collingwood deve ser interpretado mais como uma dialética e não como uma lógica alternativa à lógica formal. O relato de Naugle é assim apresentado:

Em primeiro lugar, mesmo que aparentemente a hipótese de Collingwood tenha a intenção de substituir a lógica formal, é mais provável que a apresentasse como uma teoria da investigação: “ela se situa, digamos, não na lógica, mas na reflexão sobre a lógica” (Mink, 1969, p. 131). Como tal, e este é meu segundo ponto, a dialética de pergunta e resposta de Collingwood é intensamente hermenêutica. “A lógica de pergunta e resposta, em qualquer sentido comum do termo, não é de fato uma lógica, tampouco é uma teoria semântica; ela é uma hermenêutica” (Mink, 1969, p. 131).

Entretanto, podemos ainda recuperar duas críticas importantes à Collingwood, as de Ayer e Gadamer. Ambos têm como ponto de partida para suas críticas a Collingwood a lógica de pergunta e resposta. Ayer como um dos principais representantes da Filosofia Analítica reconheceu a importância do trabalho de Collingwood, mas não deixou passar por alto algumas características a que julgava vulnerabilidades filosóficas. Já Gadamer, reconhece Collingwood como um dos seus; um autor cujo teor do trabalho poderia ser apontado como se fosse o de um filósofo continental preocupado com a hermenêutica. Mesmo assim, se aparta da lógica collingwoodiana levando em conta uma diferença, segundo Gadamer, crucial.

Em *Philosophy in the Twentieth Century*, Ayer dedica um capítulo específico a Collingwood. No entanto, neste relato sobre a Filosofia contemporânea, o autor faz questão de salientar os pontos em que discorda de Collingwood, apontando, também, como outros filósofos reagiram negativamente a Collingwood no ambiente intelectual britânico. Como no caso de Gilbert Ryle quando discorda veementemente de Collingwood no que diz respeito à interpretação do argumento ontológico. O texto traz ainda uma crítica a *An Essay on Philosophical Method*, que para Ayer é muito mais uma contribuição as *belle lettres* do que à Filosofia propriamente. Outro ponto explorado no trabalho e Ayer é a

estética de Collingwood. Ayer discorda fundamentalmente do caráter expressionista da Filosofia da Arte collingwoodiana e se opõe à interpretação da obra de arte como uma ideia na mente do artista.

Contudo, a crítica de maior fôlego se dirige à noção de pressuposições absolutas, isto é, a metafísica de Collingwood e seu pressuposto básico: a lógica de pergunta e resposta. Na verdade, o texto de Ayer, escrito em 1982, pode ser compreendido como uma resposta tardia ao *Essay On Metaphysics* de 1940. Ayer mesmo, ao iniciar o texto, adverte:

Acredito ter alguma responsabilidade pelo surgimento do conteúdo da Metafísica de Collingwood. Ele contém diversas referências ao meu *Language, Truth and Logic* e muitas críticas aos positivistas lógicos por terem como suporte para seus ataques à metafísica um mal entendido sobre o assunto, e por serem irracionais. Houve, na verdade, um intervalo com pouco mais de três anos entre a publicação dos dois livros, mas Collingwood respondeu a mim em suas aulas em Oxford durante aquele período, de qualquer modo, não sugiro que sua metafísica seja apenas uma refutação de meu *Language, Truth and Logic*.¹⁶²

Fica claro neste texto que Ayer não está de acordo como o ponto de partida constituído pela lógica de pergunta e resposta. E Ayer não compartilha do ponto de vista por dois pontos essenciais. O primeiro deles diz respeito ao fato de que todo e qualquer enunciado, sob pena de perder seu significado, deve ser analisado como uma resposta a uma pergunta específica. O ponto seguinte salientado por Ayer é o fato de que, para Collingwood, toda pergunta está diretamente relacionada a uma pressuposição. Com relação à primeira ideia Ayer expõe:

Seu primeiro passo é apresentar a proposta de que qualquer enunciado que alguém profira é uma resposta a uma pergunta. Tal como exposto, é simplesmente falso, caso implique que uma pergunta possa ser apontada

¹⁶²162 Ayer, A. J. *Philosophy in the Twentieth Century*. New York: Vintage Books, 1982, p. 197.

em cada caso. Talvez possamos assumir que Collingwood estivesse pensando em enunciados científicos, e que estivesse adotando a tese de Bacon de que a ciência procede torturando a natureza em busca de respostas, no jargão jurídico, a colocando no banco dos réus.¹⁶³

O que poderia ser dito contra esta crítica é que Collingwood não tem a ambição de interpretar todo e qualquer enunciado como uma resposta a uma pergunta. Mais do que se deter em enunciados e sentenças isoladas, Collingwood preconiza uma visão que possa abarcar o significado histórico do que é dito por meio dos textos e mesmo o que dizem evidências históricas sem o auxílio de expressões que compreenderíamos como estritamente lingüísticas. Diferente da estratégia analítica, lente pela qual Ayer ainda em 1982 interpreta esta ideia, Collingwood busca por significados humanísticos mais amplos e não apenas verificação para que possamos atingir um provável valor de verdade para enunciados e sentenças.

Concedendo ainda algum peso à crítica de Ayer a este ponto em Collingwood. Seria possível para Ayer apontar algum enunciado significativo que não estivesse, mesmo que indiretamente, ligado a uma pergunta. Talvez no caso de um exercício em lógica formal a tarefa seja mais simples, mas devemos lembrar que termos e sentenças de uma linguagem formal também são colocados como uma resolução para um problema. Deste modo, como abdicar de perguntas como guias para compreensão geral de ideias?

Além disso, ainda questionando a crítica de Ayer, por que seria lícito a Collingwood pensar desta maneira com relação a problemas em História da Ciência e não em História da Religião, em História das Ideias Políticas, em História do Folclore e da Cultura em geral? É verdade que Collingwood lembra a analogia de Bacon em várias ocasiões, mas quando assim o faz tem em mente uma estratégia semelhante para o conhecimento histórico em geral e não apenas para a História da Ciência. A vantagem deste ponto de vista para os historiadores, e nisso Collingwood esteve adiante¹⁶⁴, era a inclusão de mais temas anteriormente ignorados e carentes de investigação.

¹⁶³ Op. Cit., p.198.

¹⁶⁴ Peter Burke está de acordo com essa ideia e coloca Collingwood ao lado de outros autores importantes do início do século XX que auxiliaram no alargamento dos horizontes investigativos da História. Na seguinte passagem Burke fala sobre a relevância de Collingwood para a inclusão do Folclore na agenda historiográfica do século passado: “Mesmo em momentos desfavoráveis, alguns autores reconheceram a necessidade de se

As observações de Gadamer quanto à lógica de pergunta e resposta parecem estar mais próximas dos problemas que optamos por salientar na crítica de Ayer; Gadamer não é exatamente um crítico desse aspecto em Collingwood, em certa medida, o inglês é aceito por Gadamer como uma contribuição importante para a própria hermenêutica. Esse autor alemão cita a lógica de pergunta e resposta e a autobiografia de Collingwood em vários momentos de *Verdade e Método*. Segundo Gadamer, neste texto, a principal falha e Collingwood foi não ter se aprofundado na lógica proposta. Mas o argumento collingwoodiano é interpretado como um ponto de partida original e de valor argumentativo considerável a ser não apenas assimilável, mas também aprimorado.

Para Gadamer, a principal virtude da ideia collingwoodiana é a de apresentar-se como uma ferramenta de interpretação para o fenômeno lingüístico em geral. Isto é, o binômio pergunta e resposta, em Gadamer, representa o pano de fundo e condição de compreensão para a própria compreensão da linguagem enquanto fenômeno humanístico. Não que em Collingwood assim não o seja, mas Gadamer acredita ter ultrapassado Collingwood quando assume que o processo hermenêutico instaura-se não apenas entre o texto e o interprete, mas entre a coisa de que fala o texto e o interprete. Podemos consultar o texto de Gadamer diretamente:

Creio ter mostrado de maneira convincente que a compreensão do falado deve ser pensada a partir da situação de diálogo, e isto significa em última instância, a partir da dialética de pergunta e resposta, na qual nos entendemos e pela qual articulamos o mundo comum. Ultrapassei a lógica de pergunta e resposta, como já havia sido esboçada por Collingwood, isso porque a orientação de mundo não se dá apenas no fato de desenvolver-se, entre os dialogantes, pergunta e resposta, mas por

aproximar os dois assuntos [História e Folclore]. O famoso historiador da cultura holandês Johan Huizinga investigou crenças populares associadas ao dia de celebração do dia do Massacre dos Inocentes (Stupp, 2000, 126). Nos anos 1930, por exemplo, Lucien Febvre (1962, 607-19) defendeu que historiadores tinham muito o que aprender com folcloristas. Também Gilberto Freyre (1933), no Brasil, no prefácio ao seu estudo clássico sobre a sociedade patriarcal. E também o fez o filósofo britânico R. G. Collingwood, embora não tivesse publicado suas reflexões enquanto vivo (der Dussen 1981, 184). Quando seus trabalhos passaram a ser estudados, um manuscrito de 1936-7 foi descoberto e que o autor falava, como Michel Foucault falaria trinta anos mais tarde, de “um novo tipo de arqueologia”, preocupado com a descoberta e interpretação dos fragmentos de crenças e costumes”. In.: *Folklore* (115), 2004, p. 135.

proceder das próprias coisas de que se fala. A coisa (*Sache*) “suscita perguntas”. Por isso, o processo de pergunta e resposta desenrola-se também entre o texto e seu interprete. A escritura como tal não modifica em nada a situação do problema. Em questão está a coisa de que se fala, seu ser-assim-ou-assado. Meios de comunicação, como a carta, por exemplo, são a continuação de um diálogo, através de outros meios. Desta forma, também um livro, que aguarda pela resposta do leitor, é a abertura de um diálogo desta natureza. Ali, algo vem à fala.¹⁶⁵

Alguns aspectos desta observação de Gadamer podem ser discutidos. Em primeiro lugar, em nenhum momento Collingwood assume que o interprete de processos históricos ou mesmo textos deixa de se relacionar com o objeto do texto. A própria defesa da ideia de uma lógica de pergunta e resposta implica na consideração, tal como havíamos exposto, de uma leitura que ultrapasse o dito e o escrito. Essa leitura ou interpretação tem por meta a pergunta a que o autor se colocou e ela, a pergunta original e implícita, é o objeto a que o texto procura desdobrar ou iluminar. Portanto, seria falso defender que a lógica collingwoodiana é ultrapassada quando se postula uma relação instaurada entre o historiador e o objeto de pesquisa. Ao contrário, isto significa estar de acordo com Collingwood.

Uma das características da oposição de Collingwood ao positivismo lógico é o fato desta linha de investigação optar por abordar o conhecimento humano desde uma perspectiva que não explore a atividade que leva a este conhecimento. A assertiva de Gadamer dá a entender que Collingwood não se preocupou com o caminho epistêmico que o historiador refaz até chegar à compreensão de seu objeto de estudo. A argumentação na autobiografia e em *The Idea of History* definitivamente proibiria tal contestação.

A principal diferença entre os dois autores parece endossar o ponto levantado acima. Em Gadamer há uma reforçada relevância do texto em si. Mesmo que este autor defenda que a interpretação do texto inaugura uma relação do interprete com o problema histórico, ele ainda parece prescrever a independência forte do texto perante o objeto. “A escritura como tal”, diz Gadamer, “não modifica em nada a situação do problema.” A frase é indicativa de que a atividade de investigação, independente da linha ou postura que se

¹⁶⁵ *Verdade e Método* (Vol. II). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, p. 13.

assuma, não afeta a questão que se aborda. Em Collingwood, esta independência é amenizada. O historiador não está tão livre do passado a que pretende reconstruir e suas estratégias devem se adaptar a ele.

Esta questão está diretamente relacionada ao possível construcionismo em Collingwood. Margit Nielsen, por exemplo, interpreta o conceito de *re-enactment*, e isto incluiria a lógica de pergunta e resposta, como uma proposta construcionista. Já William Dray descarta com veemência a possibilidade lembrando que, para Collingwood, o passado a ser reconstruído é o passado em si, e não apenas uma concatenação psicológica esboçada no presente e imputada às personagens históricas.

Dray defende o ponto de vista de que é uma posição ingênua inferir dos argumentos de Collingwood um construcionismo semelhante ao de Oakeshott¹⁶⁶, por exemplo. Mesmo que em sua aula inaugural a ideia principal seja a noção de imaginação histórica, não se pode concluir, segundo Dray, que este conceito permita qualquer conclusão construcionista. Dray defende a imaginação histórica como ferramenta mediadora ligando historiador e passado, mas esse passado é algo que realmente existiu e instaura limites interpretativos. Dray repele desta maneira o construcionismo em Collingwood:

A posição anti-construcionista que Collingwood adota em *The Idea of History*, pode ser encontrada também em escritos da década de 1930. Em uma preleção de 1932, a história é descrita como “conhecimento de fatos passados, eventos individuais ou únicos ocorrendo em locais específicos seguindo uma ordem temporal, diferente do ato de pensamento por meio do qual são conhecidos.” A questão filosófica é, diz Collingwood, sobre como é possível esse conhecimento. Responder que os historiadores não podem de fato reivindicar tal conhecimento, e que deveriam recuar a posições do tipo construcionista, não seria uma resposta válida, mas recusar uma de suas pressuposições.¹⁶⁷

¹⁶⁶ *History as Re-enactment*. Oxford: Oxford University Press, 1997, p. 248.

¹⁶⁷ Op. Cit., p. 249.

Nesse ponto, temos a marcante diferença entre Collingwood e Gadamer. Ambos aceitam o legado hermenêutico do conhecimento histórico, ambos aceitam que o conhecimento humano e, principalmente, de caráter humanístico, não pode ser compreendido se não consideramos a atividade do questionamento. A dialética de pergunta e resposta, para os dois autores, oferece pistas essenciais para a compreensão mesmo do fenômeno lingüístico. Contudo, se em Collingwood perguntas e respostas levam o investigador ao conhecimento do passado, em Gadamer o resultado da jornada é o ceticismo. Perguntar e responder, para Gadamer, é condição de possibilidade para a fusão de horizontes, mas esta fusão, em última instância, é uma fusão de soslaio. Em Collingwood, perguntar e responder significa o contato cognitivo seguro, porém não definitivo, com o passado.

A lógica ou dialética de pergunta e resposta de Collingwood abre caminho para seu projeto de reforma da metafísica. Enquanto trabalhava nos ajustes de sua autobiografia para publicação, Collingwood iniciava a escrita de *An Essay on Metaphysics*. A ideia de que a Metafísica é uma sub área da História, premissa maior do ensaio, suscita uma série de questionamentos. Abordamos estas questões a partir de agora.

Cap. 5- Metafísica e História

A defesa de sua lógica de pergunta e resposta em sua autobiografia levou Collingwood à escrita de *An Essay on Metaphysics*. É nesse texto que uma de suas teses mais polêmicas é apresentada e defendida, a saber, a de que a Metafísica, enquanto temática filosoficamente relevante, só possui significado quando investigada historicamente. Afasta-se, assim, o antigo objetivo que desde Aristóteles¹⁶⁸ norteou esse domínio de inquietação filosófica, qual seja, o da busca pela compreensão do ser puro. O que Collingwood pretende em *An Essay* é uma revisão sobre o conceito de Metafísica, quais são seus objetivos e quais são os métodos mais adequados para a resolução de seus problemas.

Segundo a argumentação de Collingwood, a Metafísica é a ciência criada por Aristóteles. Falar sobre essa ciência com sensatez significa necessariamente retomar o pensamento de Aristóteles. Contudo a retomada proposta por Collingwood resulta em seu projeto de reforma para a disciplina. Uma reformulação, na verdade, tanto em seus métodos quanto em seus objetivos cognitivos. Em poucas palavras, os métodos devem ser historiográficos e o objetivo deixa de ser ontológico. Para compreendermos essa reviravolta epistemológica, devemos partir da reconstrução do pensamento de Aristóteles, segundo Collingwood.

O ponto de partida interpretativo de Collingwood são três denominações distintas que Aristóteles utiliza para definir a Metafísica. ‘Primeira Filosofia’, ‘Filosofia’ e ‘Teologia’. ‘Primeira Filosofia’ e ‘Filosofia’ indicando a busca por aquilo que é logicamente pressuposto por todas as ciências particulares. O terceiro nome, ‘Teologia’, corresponde à exposição da Metafísica como busca “pela exposição da natureza de Deus”. As diferentes denominações, contudo, abrigam e procuram denotar um esquema geral segundo o qual Aristóteles compreende a Metafísica.

¹⁶⁸ Nas primeiras linhas do texto, Collingwood adverte: “Para escrever decentemente sobre Metafísica, e certamente com sabedoria, é preciso partir de Aristóteles. A Metafísica, como conhecida por todos os povos cujas culturas derivem totalmente ou consideravelmente das fontes Cristãs ou Mulçumanas, é a ciência criada por Aristóteles.” *An Essay on Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press, 1940, p. 01.

Resumidamente, a Metafísica de Aristóteles, para Collingwood, significa a tentativa de apreensão do caráter de abstração e universalidade da ciência ou do conhecimento humano. Assim, Collingwood observa:

O objeto de qualquer disciplina é algo abstrato e universal. Abstração e universalidade estão sujeitas a uma gradação. Donde um universal geral A subdivide-se em duas formas, B e C. Assim como números são subdivididos em par e ímpar, A será mais abstrato e mais universal do que B e C; em tal caso, A é o fundamento lógico para B e C; isto é, A naturalmente dá origem a suas próprias formas subordinadas, B e C. Se você compreende bem a natureza do número perceberá que segue desta natureza o fato de que deve haver necessariamente tanto números pares quanto ímpares. Esta é outra maneira de dizer que o número é o fundamento lógico de par e ímpar.¹⁶⁹

Neste parágrafo, Collingwood esboça um resumo do esquema geral ou padrão presente na Metafísica aristotélica. Uma tentativa de reconhecimento e exposição da hierarquia entre os elementos abstratos e universais de uma ciência particular e do conjunto das ciências, até que o elemento mais geral e mais universal seja identificado. Na prática os elementos menos gerais são apreendidos pelos iniciantes de uma ciência, mas logicamente, o elemento mais abstrato e mais universal é fundamento para os demais. Num panorama mais amplo, o sistema composto pelas ciências estabelece uma lógica semelhante e a tarefa da Metafísica é a de identificar o elemento mais geral e universal pressuposto por todas as ciências. Segue a argumentação de Collingwood:

O sistema das ciências terá a mesma forma. Em sua base estarão as ciências de todas as *infimae species* e elas são apenas ciências subordinadas. No topo, haverá uma única ciência, a ciência do ser; ser abstrato ou ser como tal, ser puro. Ela será a primeira ciência no sentido de que ela é pressuposta por todas as outras, embora do ponto de vista de

¹⁶⁹ *An Essay on Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press, 2002 [1940], p. 06.

um aprendiz seja a última ciência, a ser aprendida, somente quando as outras foram, de alguma maneira, já dominadas.¹⁷⁰

Destas três denominações aristotélicas, Collingwood infere uma ciência cujos principais objetivos são os de indicar o que as ciências particulares possuem como pressupostos lógicos; e, também, identificar no sistema composto pelas diversas ciências particulares o mais universal e abstrato pressuposto de todos. Para Collingwood, a Metafísica aristotélica é, ao mesmo tempo, uma busca lógica e ontológica. Lógica quando se ocupa de pressupostos e conceitos. Ontológica quando ultrapassa as abstrações e universalizações em direção ao ser puro. Collingwood está de acordo apenas com o aspecto lógico deste projeto. As palavras de Peter Johnson podem ser lembradas como base para a pertinência de nossa interpretação quanto à posição de Collingwood sobre a Ontologia:

A metafísica distinta de Collingwood, radical e contundentemente defendida é sua tentativa de responder a esta questão. Em 1933 Collingwood defendeu a visão de que a prova ontológica tem valor na ética assim como na lógica, mas no *Essay on Metaphysics* a ontologia é explicitamente abandonada. A idéia tradicional da metafísica como uma teoria do ser puro é rejeitada, uma vez que o estado de ser puro se apresenta como uma abstração completa; daí, o ser puro não poder ser objeto de investigação metafísica. Contudo, Collingwood defende, estados últimos podem ser investigados se eles forem interpretados como pressuposições absolutas. Tais pressuposições tomam a forma daquelas afirmações gerais sobre a natureza das coisas que possibilitam aos indivíduos compreender o mundo. Eles compreendem a estrutura profunda das crenças de uma dada sociedade; como tais elas não são, em princípio, verificáveis, uma vez que verificá-las seria postular algo último. Em outras palavras, as pressuposições absolutas não são proposições, que significam que a distinção entre verdade e falsidade não se aplica a elas. Elas são o fundamento lógico da visão de mundo de uma sociedade. Além delas estão somente visões de lugar algum. No

¹⁷⁰ Op. Cit., p. 09.

argumento de Collingwood, a existência das pressuposições absolutas confere à metafísica seu objeto propriamente.¹⁷¹

De fato, o ensaio metafísico de Collingwood, é a defesa desta ideia. Esquemáticamente ela é organizada desta maneira pelo próprio autor:

A Metafísica [Aristóteles] é a ciência do ser puro.

A Metafísica é a ciência que lida com as pressuposições da ciência ordinária; onde ciência ordinária signifique o pensamento científico como definido no capítulo anterior, e ordinário no sentido de que não é parte da Metafísica.

Neste capítulo, devo dizer que a primeira das duas proposições não pode ser verdadeira porque uma ciência do ser puro é uma contradição em termos. Tomo a segunda proposição como verdadeira, e esse livro, tomado em seu conjunto, representa meu esforço em esclarecer o significado dela.¹⁷²

O projeto de reforma da Metafísica de Collingwood propõe uma disciplina histórica e não ontológica.¹⁷³ Ter como objeto de estudo algo tão generalizado e universalizado implica na ausência do objeto. Enquanto busca pelo ser puro, a Metafísica não possui significado, tampouco peso cognitivo. Já a busca pelas pressuposições, absolutas ou relativas, de indivíduos, grupos ou populações específicas em períodos não menos

¹⁷¹ R. G. Collingwood. *An Introduction*. South Hampton: Thommes Press, p. 125.

¹⁷² Op. Cit., pp. 11-12.

¹⁷³ A importância, para Collingwood, da historicidade não só dos problemas metafísicos, mas das ideias em geral é comentada por Peter Johnson assim: “Nossa natureza histórica, podemos interpretar Collingwood desta maneira, é uma característica necessária de nossa humanidade. Não podemos ficar mais de fora da história do que podemos ficar da linguagem. História e linguagem constituem nossa humanidade. Mas, então, se somos indivíduos temporais capazes de visualizar a eternidade somente em nossos sonhos, como devemos avaliar nossos pensamentos e ações? Se não podemos fugir da história, somos condenados a ser criaturas que tateiam na escuridão sem objetivo e sem fundamento? A resposta de Collingwood aqui é clara e resoluta. Não esclarecemos a vida – intelectual ou prática – ao procurarmos transcender a história. Ao contrário, Collingwood interpreta nossa historicidade como uma fonte de força. Não observamos o passado de um ponto de vista divino, tampouco o passado é destituído de interesse e estímulo quando é compreendido por nós.” R. G. Collingwood. *An Introduction*. South Hampton: Thommes Press, p. 121

específicos implica num projeto historiográfico de identificação e compreensão das grandes questões que animam tais sistemas. A Metafísica, segundo o ideal collingwoodiano, consiste numa espécie de História das Ideias¹⁷⁴ cujo principal objetivo é indicar a pressuposição absoluta de domínios culturais, sempre levando em conta a historicidade de cada um deles. Para ele a verdadeira Metafísica é:

a tentativa de descobrir quais pressuposições absolutas foram feitas por esta ou aquela pessoa ou grupo de pessoas, nesta ou naquela ocasião ou conjunto de ocasiões, no curso deste ou daquele sistema de pensamento. A partir daí, ela considera (por exemplo) se pressuposições absolutas são feitas em grupo ou individualmente, se são feitas em grupo, como os grupos são organizados; se diferentes raças, nações ou classes possuem diferentes pressuposições absolutas; ou se coisas distintas são consideradas; ou se a mesma pressuposição esteve presente *semper, ubique, ab omnibus*.¹⁷⁵

Os conceitos de pressuposições absolutas e relativas constituem, na verdade, a base para a argumentação de *An Essay on Metaphysics*. Este par de conceitos representa o avanço de Collingwood com relação a sua lógica de pergunta e resposta. A avaliação deles

¹⁷⁴ Peter Johnson adverte, porém, que não é adequado interpretar a proposta metafísica e Collingwood apenas como um exercício complexo em história Intelectual. Assumindo que em Collingwood ainda é possível identificar autonomia tanto da História quanto da Metafísica, Johnson estabelece: “É tentador interpretar a desmistificação da metafísica de Collingwood como apenas um exercício complicado de história das idéias, mas isto está bem longe de ser o caso. A metafísica não é somente um ramo da história intelectual. Como o estudo do pensamento passado na forma de pressuposições absolutas, a metafísica envolve seus próprios métodos e procedimentos distintos. Collingwood a descreve como uma ‘*ciência histórica*’ (EM, p. 66) (minha ênfase), que sugere que a análise lógica, no sentido de pergunta e resposta de Collingwood, é tanto uma característica de seu modo de investigar quanto da história. De fato, não é difícil reconstruir a análise metafísica no modelo de Collingwood. Em termos de análise, o metafísico estará primeiramente preocupado com o emaranhado de uma dada estrutura de um complexo de perguntas e respostas, por exemplo, as crenças cosmológicas dos gregos ou do renascimento (como Collingwood o faz em *The Idea of Nature*, Parte I e II). O que tal investigação envolve é a identificação dos modos com que as perguntas e respostas trabalham em um dado complexo e isto significa arranjá-las em sua ordem lógica própria. Mais ainda, o metafísico estará preocupado com o que as perguntas pressupõem, tanto na forma de pressuposições absolutas quanto na forma de pressuposições relativas.” R. G. Collingwood. *An Introduction*. South Hampton: Thommes Press, 1998, p. 126.

¹⁷⁵ Op. Cit., p. 47.

é determinante para a compreensão da proposta de Collingwood de uma Metafísica historiográfica e também para a formulação de críticas.

5.1- Pressuposições Absolutas e Relativas

Collingwood passa a ser mais específico com relação à definição dos conceitos de sua reforma metafísica a partir do terceiro capítulo de *An Essay*. Nesta parte do texto, o autor oferece proposições e definições capazes de dispor as linhas gerais de toda a argumentação presente no texto. A estratégia adotada por Collingwood aqui é a de usar algumas proposições seguidas de definições. O termo ‘proposição’ é usado por Collingwood livremente, isto é, o autor não solicita nenhuma espécie de restrição formal quanto ao uso. Mas é claro que não estava entre as intenções de Collingwood apresentar proposições tal como fizeram Russell e Ayer.

Sendo assim, com tais proposições Collingwood procura apresentar os termos de sua reforma metafísica e as definições, por outro lado, não apenas refinam os significados, mas indicam a natureza do método a que o metafísico-historiador deve utilizar. O ponto de partida para a apresentação da primeira proposição é, claramente, a lógica de pergunta e resposta. É preciso lembrar, portanto, que a principal ideia animando essa lógica é a de que enunciados e sentenças lingüísticas atuam como respostas a perguntas colocadas anteriormente ou como soluções para problemas implicitamente aceitos. Para Collingwood estas perguntas “não são meramente os contextos” dos pensamentos; “elas são suas pressuposições”.¹⁷⁶

Collingwood apresenta introduz a ideia desta forma:

Escrevo estas palavras sentado no convés de um navio. Ergo meus olhos e vejo um pedaço de corda – uma linha, tal como devo chamar no mar – estendida acima, mais ou menos horizontalmente. Concluo que “isto é um varal”, pensando que ela está ali para estendermos roupas lavadas.

¹⁷⁶ Op. Cit., p. 21.

Quando concluo que ela está ali para esse propósito, pressuponho anteriormente que esteja ali para algum propósito. Se essa pressuposição não fosse feita, a pergunta sobre o propósito faria sentido? Se não houvesse a pressuposição, se, por exemplo, pensasse que a corda estivesse ali acidentalmente, a pergunta não faria sentido, e a situação de minha conclusão “isto é um varal” não existiria.¹⁷⁷

É possível perceber, já no exemplo introdutório para a ideia, que as pressuposições funcionam como âncoras para as próprias perguntas. O raciocínio de Collingwood segue estes passos: a) dado um texto qualquer, suas sentenças procuram responder perguntas; b) as perguntas, por seus turnos, estão relacionadas a pressuposições, absolutas ou relativas. No exemplo acima, a pressuposição absoluta parece ser “isto serve a algum propósito”. Para se perceber a existência de uma pressuposição é preciso um exercício reflexivo: “Somente por meio de um tipo de análise, quando reflito sobre isto posso enxergá-la como uma pressuposição minha, não importando o quão pouco soubesse sobre ela antes de refletir”.¹⁷⁸

A despeito da simplicidade do exemplo, a continuação do texto sinaliza o sarcasmo que Collingwood utiliza para defender a Metafísica perante o neo positivismo de A. J. Ayer e outros. É que, para ele, Collingwood, os positivistas lógicos não foram capazes de perceber uma linha de raciocínio tão simples quanto essa. Ele insiste em defender que a Metafísica, enquanto busca das pressuposições, nasce junto ao pensamento científico. A análise que tem por objetivo identificar as pressuposições, sejam elas individuais ou coletivas, possui a mesma natureza que ostenta a investigação científica: uma natureza inquiridora. Para Collingwood, a maneira com que os positivistas interpretam a Metafísica é descuidada, tal como o pensamento que segue apenas o fluxo irrefletido incapaz de identificar suas razões e propulsões:

Aqui esta a diferença entre o pensamento descuidado e casual de nossa consciência não científica e o pensamento organizado a que denominamos ciência. No pensamento não científico nossos pensamentos

¹⁷⁷ Op. Cit., p. 19.

¹⁷⁸ Op. Cit., p. 22.

estão coagulados em nós e emaranhados; capturamos um pensamento em nossas mentes como uma âncora destituída de seu próprio cabo, de cabeça para baixo, recoberta de algas e ostras, depois arremessamos a coisa todo no convés, satisfeitos com o resultado. Pensar cientificamente significa desfazer toda essa desordem, amarrando um nó de pensamento em que tudo se ajusta de alguma maneira em um sistema ou série de pensamentos em que, ao pensarmos tais pensamentos, pensamos também as relações entre eles.¹⁷⁹

Evitando a atitude positivista de abandonar a Metafísica por ser um assunto obscuro ou sem sentido, Collingwood estabelece proposições e definições com o objetivo de esclarecer as diretrizes fundamentais de seu ensaio:

- 1) Todo enunciado feito tenta responder a uma pergunta;
- 2) Toda pergunta envolve uma pressuposição;
- 3) A eficácia lógica de uma pressuposição não depende da verdade do que é pressuposto, mas do próprio ato de ser suposta;
- 4) Uma pressuposição é absoluta ou relativa;
- 5) Pressuposições absolutas não são proposições.

No capítulo em que são apresentadas, as cinco proposições são acompanhadas por seis definições. Esperar-se-ia que estas definições refinassem ao máximo os termos e que Collingwood oferecesse um significado estrito para termos cruciais de sua Metafísica. Deste modo, ‘pressuposição absoluta’ seria, mesmo que provisoriamente compreendida com mais segurança. Todavia, isto não ocorre. Collingwood adota uma estratégia diferente e, ao invés de definir os termos centrais, ele prefere falar das relações entre eles.

¹⁷⁹ Op. Cit., pp. 22-23.

Dentre as características sublinhadas por Collingwood destacam-se a distinção entre pressuposições absolutas e relativas e a maneira com que elas se relacionam com a noção de verdade. Não é o objetivo de um metafísico ou historiador atribuir valor de verdade a uma pressuposição absoluta identificada. Já com relação às pressuposições relativas, a possibilidade de avaliação é preservada.

O que podemos perceber com as proposições e definições de Collingwood é que o objeto de estudo de sua Metafísica histórica não é representado com a clareza esperada. Qualquer leitura mais insistente revela a fraqueza das definições. Desse modo, um crítico poderia perguntar: “tudo bem, uma pressuposição absoluta não é uma proposição lógica, mas o que ela é de fato?” Responder a esta pergunta afirmando que a pressuposição absoluta não depende de seu valor de verdade também não parece ser uma boa escolha argumentativa. Além disto, dizer que uma pressuposição absoluta difere de uma relativa no quesito avaliação não diminui em nada as dificuldades de Collingwood, o leitor fica ainda sem poder afirmar com segurança o que é uma pressuposição absoluta ou até mesmo uma relativa.

Collingwood esteve consciente da insuficiência destas definições e ofereceu exemplos para amenizar a dificuldade argumentativa. O sexto capítulo de seu ensaio tem o seguinte título: ‘A Metafísica como Ciência Histórica.’ Nesta parte do texto, Collingwood propõe a História da Ciência como exemplo da Metafísica bem orientada. Oferecendo uma comparação entre a Física Newtoniana, a Kantiana e a de Einstein, Collingwood espera definir com clareza o objeto próprio da Metafísica e estabelecer o método adequado para a disciplina.

Seguindo a argumentação do capítulo, temos que na Física Newtoniana é absolutamente pressuposto que alguns eventos possuem causas e outros não. Os eventos que não possuem causas ocorrem de acordo com leis naturais. Um corpo em movimento retilíneo uniforme, segundo a interpretação que Collingwood oferece de Newton, não se move por causa de outro evento. Ele ocorre assim porque está de acordo com uma lei. Mas se a trajetória e a aceleração do corpo após um choque com outro objeto, a mudança ocorreu por causa de outro evento.

Já no século XIX, a Física pressupunha absolutamente que todos os eventos possuem causa. Para explicar essa assertiva, Collingwood apela para o ideário de Kant. “A

peculiaridade da física kantiana é que ela utiliza a noção de causa e a noção de lei quase como idênticas: ela considera todas as leis da natureza como leis que têm por base a atuação de causas na natureza, e todas as causas na natureza operam de acordo com uma lei.”¹⁸⁰

Na Física moderna, há a pressuposição de que nenhum evento está de acordo com algum princípio universal de causalidade, tudo ocorre de acordo com leis.¹⁸¹ “Casos de impacto, por exemplo, não são mais considerados como casos em que as leis do movimento são descartadas como inoperantes tendo em vista a interferência de um corpo sobre outro; eles são interpretados como casos de movimento ‘livre’ (isto é, movimento sem interferência) sob condições geométricas peculiares, uma linha de outro tipo no lugar da linha reta da primeira lei de Newton.”¹⁸²

Temos então em diferentes fases do desenvolvimento do pensamento físico três pressuposições absolutas diferentes: (i) Alguns eventos possuem causas; (ii) Todo evento possui uma causa; e (iii) Nenhum evento possui causas. Cada uma destas proposições indica a pressuposição absoluta de seu período. A missão da Metafísica é descobrir, por meio de questionamento, investigação de evidências e questionamento criativo, pressuposições segundo as quais um domínio de pesquisa não sobrevive.

No caso da física, como defende Collingwood, é possível identificar que as pressuposições absolutas giravam em torno da noção de causalidade. Todo o trabalho de cada período descrito dependeria de como o cientista compreendia o papel da causalidade em seu campo de pesquisa. Já uma pressuposição relativa, por vezes, opera como uma resposta a uma pergunta específica. Em diferentes ocasiões a mesma pressuposição pode ser compreendida como uma pergunta.

Em suma, a ciência em questão não depende daquela pressuposição. Já no caso de uma pressuposição absoluta ela é apenas pressuposta. Não opera como pergunta e

¹⁸⁰ Op. Cit., p. 50.

¹⁸¹ Aqui, podemos evocar um crítico de Collingwood para levarmos a interpretação a sério. Karl Popper, em *A Lógica da Pesquisa Científica* (1972, p. 63), tenta excluir da epistemologia o princípio da causalidade por ser um princípio metafísico, impassível de verificação. Em última instância, o princípio da causalidade, para a Física moderna e para Popper, seria tautológico ou um enunciado sintético não verificável. Um princípio, portanto, dispensável para qualquer relato responsável sobre a racionalidade científica.

¹⁸² Op. Cit., pp. 50-51.

tampouco como resposta e sua ausência implica em uma ciência completamente distinta.¹⁸³ A tarefa do metafísico não é apenas reconhecer estes conjuntos ou constelações de pressuposições, mas sim reconhecer a historicidade dos próprios sistemas de ideias que deseja compreender. Uma vez reconhecendo a historicidade das pressuposições, o metafísico percebe que a pergunta pela verdade das pressuposições absolutas não faz sentido. Toda a ideia de uma Metafísica histórica pode ser rapidamente resumida com o auxílio deste parágrafo:

As sentenças (i), (ii), (iii), acima, expressam pressuposições absolutas presentes em três escolas distintas da Física. Cada uma tem sua importância, e importância fundamental, para a ciência que as pressupõem, porque elas determinam toda a estrutura daquela ciência ao determinar as questões que surgem nela, e daí, determinando também as respostas possíveis. Portanto, cada detalhe destas ciências depende das pressuposições absolutas tomadas respectivamente. Mas isso não significa que estas ciências dependam da verdade destas pressuposições, ou que a verdade das conclusões a que se chega depende da verdade das pressuposições absolutas. Pois a eficácia lógica de uma suposição não depende de sua verdade, nem mesmo na crença de que seja verdadeira, mas somente do fato de ser suposta.¹⁸⁴

Dentre o repertório argumentativo de *An Essay on Metaphysics*, a ideia de que a Metafísica não deve se ocupar da verdade das pressuposições absolutas é a que suscita mais críticas. Afinal de contas, desde Aristóteles, uma das principais tarefas da Metafísica seria a de apontar princípios do conhecimento humano não apenas universais, mas também verdadeiros. Nesse sentido, Collingwood se expõe a críticas não só dos positivistas que

¹⁸³ A importância da distinção entre os tipos de pressuposições pode ser salientada nos termos de Johnson: “Ao estabelecer diferenças de tipo aqui, o metafísico presta a atenção sobre o que uma visão de mundo toma por garantido com o objetivo de permanecer o que ela é. Uma vez que pressuposições relativas mudam através do padrão do processo de questionar, e pressuposições absolutas não o fazem, mapear a diferença possibilita ao metafísico revelar no que uma forma de vida histórica se baseia. Ao alcançar este resultado, a metafísica está quase tão próxima da história quanto a genética está próxima da vida sendo ela reveladora sobre o que é fundamental em qualquer imagem do mundo.” R. G. Collingwood. *An Introduction*. South Hampton: Thommes Press, 1997, p. 127.

¹⁸⁴ Op. Cit., p. 52.

desmereceram os problemas Metafísicos, mas também de Filósofos defendendo que o problema da verdade é o problema metafísico *par excellence*.

A proposta collingwoodiana é ambiciosa. Mas a força dos argumentos de Collingwood, como vimos, não resulta de definições cujas características lógicas impelem o leitor a uma determinada conclusão. Ao contrário disto, Collingwood parece obter êxito ao tentar recuperar a historicidade dos problemas filosóficos e, com isso, avançar em direção a seu objetivo maior, qual seja, o de um *rapprochement* entre a Filosofia e a História. Isto por que, como vimos no início deste trabalho, para Collingwood, o grande desafio da Filosofia do século XX era o reconhecimento e reconciliação para com a Historiografia.

Sem dúvida a tese do autor foi criticada. Seu estilo mesmo, por se tratar de uma linguagem acessível e de uma escrita para não iniciados, encoraja aos críticos. Muitas destas objeções, entretanto, oferecem soluções diferentes ou colocam de maneira diferente os problemas. É o caso de William Dray que, embora reconheça no conceito de *re-enactment* o grande mérito filosófico de Collingwood, não deixou de expor as fraquezas argumentativas encontradas em *An essay on Metaphysics*. De qualquer modo, acreditamos que ao explorar algumas destas críticas poderemos aprimorar a compreensão das ideias do autor e, por outro lado, oferecer interpretações alternativas ou até mesmo propor novos problemas.

5.2- Críticas ao ensaio metafísico de Collingwood.

A ideia de uma aproximação tão radical entre as duas disciplinas, a Metafísica e a História, é polêmica e, sem dúvidas, foi alvo de muitas críticas. Até mesmo especialistas mais inclinados a absorverem parte do repertório de ideias de Collingwood apontam problemas que, em suas interpretações, tornam qualquer tipo de defesa impossível. É o caso da avaliação de William Dray em *History as Re-enactment* (1999).

A crítica de Dray a Metafísica de Collingwood leva em consideração, principalmente, a impossibilidade de avaliação de uma pressuposição absoluta. Esta característica da argumentação collingwoodiana a este respeito confirmaria uma

dissonância com relação ao próprio conceito de *re-enactment* que, essencialmente, preconiza a compreensão racional da ação humana. Nesse caso, dizer que não é possível avaliar uma pressuposição absoluta equivale, segundo Dray, ao abandono da tentativa de compreensão racional dos feitos humanos por parte do historiador. A teoria das pressuposições absolutas, então, instaura uma tensão interna na obra de Collingwood. De um lado temos o autor defendendo que o objetivo primeiro do historiador é a reconstrução das razões para agir das personagens históricas, no lado oposto, o mesmo autor defende, em alguma medida, a impossibilidade de reconhecimento racional de aspectos fundamentais do pensamento das mesmas personagens.

Recorremos diretamente ao texto de Dray:

Faria sentido, por exemplo, para o historiador das pressuposições absolutas tentar torná-las compreensíveis da maneira com que o conceito de *re-enactment* repetidamente propõe? A visão delas como não proposicionais, não verificáveis, nem verdadeiras nem falsas parece excluir a possibilidade de que alguém possa ter razões para mantê-las ou abandoná-las. De fato, como Collingwood salienta, as pressuposições absolutas, ao menos em parte, determinam o que deve contar como razão. A única atitude que alguém pode sensivelmente adotar perante suas próprias pressuposições absolutas, ele defende, é uma atitude de ‘aceitação inquestionável’(EM 173); e a única atitude que um historiador pode sensivelmente adotar com relação às pressuposições feitas por agentes históricos cujas ações são seus objetos de estudo é tentar determinar quais são estas pressuposições. Em nenhum dos casos há a possibilidade de questionar criticamente as próprias pressuposições. Na verdade, se alguém obtém sucesso, por meio da análise crítica, ao apontar uma de suas próprias pressuposições absolutas, ela, *ipso facto*, perderia seu estatuto de absoluta; e se um historiador venha a representar algum agente histórico como certo ou errado ao tomar tal e tal pressuposição, ele o faria necessariamente de seu próprio ponto de vista – o ponto de vista de suas próprias pressuposições absolutas – não do ponto de vista do agente tal como o conceito de *re-enactment* preconiza. Enquanto uma pressuposição absoluta for interpretada dessa maneira, parece impossível

considerá-la como algo que se mantenha ou abandone por alguma razão.¹⁸⁵

A observação de Dray aponta para uma ruptura ou discrepância no pensamento de Collingwood levando-se em conta o próprio conceito de *re-enactment*. O aspecto ressaltado por Dray indica uma contradição: defende-se, em um primeiro momento, o pensamento como objeto do historiador, e um objeto de estudo perfeitamente identificável e empaticamente reconstruído; no segundo momento, o de defesa de que o objeto do historiador é, em suma, a descoberta das pressuposições absolutas, já não mais racionalmente reconhecido ou passível de reconstrução.

O apanhado crítico de William Dray, na verdade elege dois problemas cruciais na proposta de uma Metafísica histórica em Collingwood. O primeiro diz respeito à própria identificação do objeto, a pressuposição absoluta. O agente histórico não é consciente de suas pressuposições e o historiador não é capaz de realizar tal tarefa desde a perspectiva do agente histórico. O segundo problema diz respeito à mudança, ao longo do tempo, de uma constelação de pressuposições absolutas para outra. Nesse caso, o historiador não seria capaz de oferecer um relato racional sobre o que levou um conjunto de pressuposições ceder espaço para um novo conjunto. Outros momentos da obra de Collingwood pressupõem justamente a possibilidade dessa reconstrução racional. Dray aponta as mudanças da noção de natureza mapeadas em *The Idea of Nature* (Período Clássico, Idade Média, Idades Moderna e Contemporânea) e também em *The Idea of History*, em que Collingwood tenta reconstruir detalhadamente e racionalmente as mudanças das pressuposições dos vários períodos na História da Historiografia. Seguindo textualmente Dray temos:

A falha de Collingwood em lidar satisfatoriamente com o problema da inteligibilidade da mudança das pressuposições absolutas não se manifesta apenas em relatos teoricamente tênues em que ele tenta

¹⁸⁵ *History as re-enactment. R. G. Collingwood's Philosophy of History*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 140.

explicar como elas mudam, mas também em descrições que ele oferece dos desenvolvimentos históricos que supostamente ilustrariam a ideia de que as mudanças nas pressuposições seriam compreensíveis racionalmente.¹⁸⁶

A partir deste ponto a questão colocada por Dray é a seguinte: podemos reconciliar a ideia da Metafísica histórica de *An Essay in Metaphysics* e *An Autobiography*, escritos em 1939, com o conceito de *re-enactment*, explorado pelo autor desde antes do final da década de 1920? Uma das respostas possíveis para esta questão é a que T. Knox ofereceu: interpretar a doutrina das pressuposições absolutas como “uma aberração”.¹⁸⁷ Embora crítico da proposta de Collingwood, Dray não vai tão longe e, antes de tomar uma posição clara, lembra da argumentação de Rex Martin, o responsável pela mais recente edição de *An Essay on Metaphysics*.

Para Martin é possível aceitar a doutrina das pressuposições absolutas como um exemplo de História do pensamento. Para esse autor, ocorre assim porque Collingwood, quando fala em pressuposições não tem em mente um grande modelo que abarque todo o conjunto da Historiografia como é feito em *The Idea of History*. Além disto, descobrir que tipo de pressuposição absoluta um indivíduo ou determinado grupo possui é, também, uma espécie de reconstrução histórica do pensamento. Dray resume desta maneira a posição de Martin:

Martin utilmente ressalta o fato de que, mesmo que pressuposições absolutas não possam ser reconstruídas no sentido específico de representarem respostas a problemas, o conhecimento sobre a existência delas, como o conhecimento da existência de outro tipo de pensamento (tipos diferentes de crenças, por exemplo) está contido no conjunto de ações passíveis de *re-enactment*, pois representa uma parte do argumento prático a ser reconstruído. Tal referência, ele defende, é possivelmente

¹⁸⁶ Op. Cit., p. 143.

¹⁸⁷ Op. Cit., p. 145.

requisitada quando o problema é compreender o que foi feito por membros de uma cultura diferente.¹⁸⁸

Para Martin, mesmo que o conhecimento sobre as pressuposições absolutas não represente o principal objetivo proposto pelo conceito de *re-enactment*, a história do pensamento, elas podem fazer parte do objetivo. Por vezes, sem conhecer as pressuposições absolutas de um agente histórico, Martin defende, não é possível apresentar o argumento prático que traduz as razões de um agente histórico.

Martin faz questão de salientar que os objetivos tanto da Metafísica como uma disciplina histórica quanto do conceito de *re-enactment* são diferentes, mas não excludentes. Segundo este autor não é possível apontar uma contradição entre a doutrina das pressuposições absolutas e o *re-enactment* porque este último tem seu foco ajustado para a explicação histórica de ações individuais, já a busca pelas pressuposições tem como pano de fundo um processo mais complexo que requer uma visão mais ampla. Portanto, mesmo que uma pressuposição absoluta figure na explicação prescrita pelo *re-enactment* collingwoodiano, ela mesma não tem por objetivo a inteligibilidade de uma ação. Vejamos o texto de Martin:

O objetivo do *re-enactment* não é explicar crenças *per se*, embora ele possa utilizar crenças numa explicação e possa, algumas vezes, adicionar crenças à explicação com o intuito de alcançar a inteligibilidade, a capacidade de reconstruir (*re-enact*), a que esse tipo de explicação visa. Então, o ponto evidente em que uma pressuposição absoluta pode entrar no *re-enactment* é como um dos pensamentos constituintes da explicação para uma ação. Portanto, devemos buscar por uma pressuposição absoluta em quaisquer destes pontos: a percepção que o agente tem de sua situação (também sua motivação), o propósito do agente, a suposta existência de alternativas para agir, a crença na relação entre meios e fins, a daí por diante.¹⁸⁹

¹⁸⁸ Op. Cit., 146.

¹⁸⁹ Collingwood, R. G. *An Essay on Metaphysics*. Oxford: Clarendon Press, 2002, p. xxxii.

Dray estaria de acordo com Martin nesse aspecto específico. Para os dois autores o tipo de compreensão histórica defendida nos respectivos momentos teóricos diverge uma da outra, mas não chegam à oposição radical. Para Dray, todavia, mesmo estando a teoria das pressuposições absolutas próxima em natureza do *re-enactment* a proximidade se mostra incapaz de solucionar as incongruências da própria teoria metafísica collingwoodiana:

Portanto, me parece que Martin está certo ao afirmar que a Metafísica, como uma investigação sobre a história das pressuposições absolutas, não é, e não pode ser, História no sentido em que se compreende a travessia do Rubicão por César. O problema em se dizer o contrário é colocado gentilmente por Saari quando ele salienta que ‘a relação entre a teoria das pressuposições absolutas e o *re-enactment* permanece obscura em muitos sentidos.’ Penso que a relação é clara o bastante para concluir que, se a Metafísica, como concebida por Collingwood, deve ser chamada de História, ela deve, em sua própria Teoria da História, ser julgada como uma forma imperfeita de História.¹⁹⁰

Como pudemos acompanhar, a teoria a Metafísica collingwoodiana representa um capítulo importante no que diz respeito à intenção do autor de aproximar a Filosofia para com a História. Por mais que a defesa de suas ideias nesse sentido se apresente fragilmente, seu ponto pode revelar virtudes. As críticas mais veementes à doutrina das pressuposições absolutas costumam vir de filósofos, por exemplo, William Dray. Collingwood parece atingir a vaidade filosófica, tal como Croce o fez também no século XX, ao restabelecer o papel da disciplina e suas prioridades.

Ao tentar recuperar uma dimensão hermenêutica para a Filosofia, Collingwood a recoloca ao lado da História e mesmo que a metodologia utilizada engendre muitos problemas, a reavaliação de seus objetivos pode ser fértil para a consolidação de um terreno em comum entre esses dois domínios. A História das Ideias ou a História Intelectual pode ganhar luzes diferentes se analisada desde a perspectiva de Collingwood

¹⁹⁰ *History as Re-enactment*. Oxford: Clarendon, 1999, p. 149.

e, mais ainda, as consequências deste novo olhar assinala implicações inclusive de ordem ética, por exemplo, uma política orientada pelo conhecimento historiográfico. Autores como Quentin Skinner e John Pocock dão sinais dessa apropriação quando avaliam positivamente a ideia de uma lógica de pergunta e resposta e quando alertam sobre a Historicidade das ideias políticas. Os críticos de formação filosófica tendem a ser mais cautelosos. Mas sondar a historicidade dos grandes problemas filosóficos representa um avanço que somente um esforço interdisciplinar é capaz de compreender. Pode ser que a Metafísica de Collingwood enquanto projeto filosófico não represente progresso algum, mas enquanto um domínio específico da Historiografia e ainda em gestação, a História Intelectual, seu alcance conquiste mais fôlego.

O pensamento humano, de maneira geral, configura o centro gravitacional da Teoria da História de Collingwood. Sua lógica de pergunta e resposta e sua proposta de reforma da Metafísica são indicativos claros desse aspecto. No entanto, a fama de Collingwood enquanto Filósofo da História se apóia principalmente no conceito de *re-enactment*. É para este conceito que ajustaremos o foco a partir de agora.

Cap. 6 *Re-enactment*: História do Pensamento

“Toda História é História do pensamento”¹⁹¹. Com esta frase de impacto costuma-se resumir a Teoria da História de Collingwood. É em seu livro mais famoso, *The Idea of History* que podemos acompanhar os desdobramentos do conceito que o projetou, mesmo que postumamente, no cenário intelectual do século XX. Tributário dos esforços hermenêuticos de Wilhelm Dilthey¹⁹², o conceito de *re-enactment* busca elucidar o objeto da história propriamente dita, a distingue das disciplinas adjacentes e indica suas possibilidades metodológicas.

The Idea of History, como exposto na introdução dessa pesquisa, é uma publicação póstuma, do ano de 1946. O livro está dividido, basicamente, em duas partes. Na primeira delas, Collingwood tenta mapear o desenvolvimento da noção de História na cultura intelectual do ocidente. Na segunda parte, da qual nos ocuparemos aqui, Collingwood busca definir a História enquanto disciplina científica esclarecendo seu objeto de estudo e também apontando o método adequado para as investigações.

Dois pontos sobre *The Idea of History* chamam atenção imediatamente. O primeiro deles diz respeito à maneira como texto é organizado. A segunda tem a ver com o estilo de literário de Collingwood.

O leitor pode ter a impressão de que se trata de um texto comum, com início meio e fim e cuja escrita obedece a uma ordem lógica e cronológica estrita. Mas, na verdade, como também já mencionamos na introdução, é uma coletânea reunida e organizada por T. Knox, ex-aluno de Collingwood. Sem retornarmos à discussão sobre os atropelos editoriais de Knox, talvez a única unanimidade no que diz respeito aos estudos sobre o pensamento de Collingwood, diremos algumas palavras sobre como os *Epilegomena*, parte de *The Idea*

¹⁹¹ Collingwood, R. G. *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, p. 215.

¹⁹² Collingwood observa Dilthey como um gênio solitário: “O melhor trabalho sobre o assunto [conhecimento histórico] escrito naquele período foi do negligenciado gênio solitário Dilthey, cujo primeiro e único livro sobre o assunto foi publicado já em 1883 e foi chamado de *Introdução às Ciências do Espírito* (*Einleitung in die Geisteswissenschaften*). Mas ele continuou até 1910 publicando ensaios avulsos, sempre interessantes e importantes, parte sobre a história do pensamento, notadamente uma série de estudos muito hábeis acerca da formação da mente moderna desde o Renascimento e a Reforma, e parte sobre a Teoria da História.” *The Idea of History*, Oxford: Oxford University Press, p. 171.

of History em que a Teoria da História de Collingwood é apresentada, foram organizados. Falar sobre esta organização implica em estabelecer e avaliar o contexto próprio do desenvolvimento das ideias de Collingwood sobre o conhecimento histórico.

Um dos relatos mais coerentes para o desenvolvimento das ideias de Collingwood é o do próprio Jan Van der Dussen em sua Introdução para a edição revisada para *The Idea of History*. Além de detalhar o alerta para os erros de T. Knox, der Dussen oferece uma visão concisa acerca de como, ao longo da carreira de Collingwood, o próprio conceito de *re-enactment* foi maturado. Outra fonte importante para uma noção responsável acerca do contexto intelectual em que a Filosofia da História collingwoodiana surge vem de outro artigo de der Dussen, ‘The Philosophical Context of Collingwood’s Re-enactment Theory.’¹⁹³

Na Introdução de *The Idea of History* der Dussen assume como válidas as informações que Collingwood oferece sobre o desenvolvimento de suas ideias sobre a natureza do conhecimento histórico. Decorrente desta interpretação, a atitude defendida por der Dussen, caso se queira compreender como Collingwood chegou ao conceito de *re-enactment*, é levar a sério a importância da atuação prática do autor na Arqueologia e na História e seu esforço para articular esses dois domínios para com a Filosofia. Enquanto vivo, Collingwood era conhecido apenas como historiador e essa característica, como defende der Dussen, é indicativa da origem das ideias dele e também de seu isolamento no início do século XX:

Embora hoje Collingwood seja conhecido principalmente como um Filósofo, este não era o caso em sua época. Pois no ambiente filosófico de Oxford no período entre as duas Grandes Guerras ele era uma figura mais ou menos isolada. ‘Em parte, o problema era’, tal como S. Toulmin salienta em sua Introdução para *An Autobiography*, ‘que Collingwood buscava um ambiente intelectual mais amplo do que a Oxford de seu tempo oferecia.’ Não era apenas sua resistência ao realismo que prevalecia, alguém poderia dizer, mas também seu interesse na dimensão

¹⁹³ International Studies in Philosophy. Vol. XXVII, 2, 1984.

histórica da Filosofia e na Filosofia continental de Vico, Hegel, Croce, e de Ruggiero, que tornava o ambiente intelectual mais amplo desejável.¹⁹⁴

Ao escrever a Introdução para *The Idea of History*, der Dussen defende a existência de dois períodos subdividindo o desenvolvimento do pensamento collingwoodiano sobre a Teoria da História. O primeiro período inicia com a escrita de *Speculum Mentis* (1924), livro de preocupações epistemológicas, mas, sobretudo, metafísicas. O objetivo de Collingwood era identificar e salientar como se distinguiam e como se relacionavam diversas “formas de experiência”, Arte, Religião, Ciência, História, e Filosofia. Na argumentação de *Speculum Mentis*, como defende der Dussen, a visão que a História possui de si resulta em um realismo decorrente da crença na existência de fatos independentes. Somente com a visão filosófica, uma visão externa, portanto, a História se desvencilha do Realismo ingênuo e do ceticismo. Nas palavras de der Dussen:

Em cada forma de experiência em *Speculum Mentis* uma distinção é feita entre a visão que cada uma tem de si, e a visão filosófica. A primeira leva ao dogmatismo e com relação à História isso leva a uma espécie de realismo que considera fatos como independentes. Uma vez que o mundo infinito de fatos não pode ser conhecido, a História está condenada ao ceticismo que, por sua vez, só pode ser combatido pela Filosofia.¹⁹⁵

Esta é uma característica importante e que se distingue claramente do período posterior apontado por der Dussen. Em *Speculum Mentis* os historiadores precisam ainda de uma espécie de catarse filosófica, de um herói que já tenha contemplado o mundo das ideias para lhes tirar da caverna tornando possível para eles a contemplação do belo, do justo e do verdadeiro. Na fase seguinte do pensamento collingwoodiano sobre a natureza do conhecimento histórico, fase mais próxima do conceito de *re-enactment*, o movimento é inverso. A prescrição agora é de uma análise que parta de dentro da própria história. Indo mais além, e considerando a discussão anterior sobre a doutrina das pressuposições,

¹⁹⁴ *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1994, p. xxx.

¹⁹⁵ Op. Cit., p. xxxii.

podemos assumir que Collingwood indica, na verdade, uma catarse Historiográfica aos Filósofos.

Portanto, é somente bem depois da publicação de *Speculum Mentis* que Collingwood adota uma postura mais austera com relação à História. Ele passa a propor uma Epistemologia da História partindo da História e não da Filosofia. A mesma atitude que um filósofo da arte deve tomar para si, partir da atividade do artista e não da atividade do crítico da arte. Uma das conseqüências em se analisar a História desta maneira é perceber a autonomia desta área do saber. A julgar por uma das frases introdutórias (na verdade uma frase de Hegel tomada por empréstimo) em um dos últimos textos de Collingwood, *The Idea of Nature*, a intenção de se partir da própria área a que se deseja compreender filosoficamente permaneceu: “a coruja de Minerva só levanta vôo ao cair da tarde”.

A partir de 1935, o conceito de *re-enactment* passa a tomar corpo. Em muitas passagens de *An Essay on Philosophical Method*, por exemplo, é possível perceber que muito do que viria em ensaios posteriores específicos sobre o conhecimento histórico era antecipado. Nesse livro, Collingwood assume que a história, mais do que um interesse intelectual, é uma característica essencial da natureza cognitiva humana. Daí a conclusão de Collingwood, sublinhada por der Dussen, de que “a tarefa da Filosofia da História é desvelar as características essenciais desta forma de conhecimento”.¹⁹⁶

Contudo, do período que compreende 1925 a 1935, uma década portanto, der Dussen ainda aponta as preleções ou palestras de Collingwood sobre o conhecimento histórico no ano de 1926 e 1928 publicadas apenas na revisão do volume em 1994. Para der Dussen as palestras são importantes por dois aspectos. O primeiro, evidentemente, diz respeito ao conteúdo. O segundo aspecto é a possibilidade de concluir, diferentemente do que T. Knox passou aos leitores no prefácio da primeira edição de *The Idea of History*, Collingwood vinha amadurecendo ideias e argumentos sobre a Filosofia da História há mais tempo, e não a partir, somente, da década de 1930. Jan Van der Dussen se refere a uma carta de Collingwood à *Literae Humaniores* para indicar a importância destas e outras preleções da mesma época:

¹⁹⁶ Op. Cit., p. xxxiii

Ao me apontar como Professor [Lecturer] de Filosofia e História Romana, compreendo que a Universidade assume, não apenas que eu deva estudar e ensinar esses temas, mas que eu também deva estudá-los e ensiná-los segundo suas conexões mútuas: isto é, na Filosofia, investigar a Filosofia da História, e, na História não negligenciar os métodos e a lógica do trabalho historiográfico enfatizando as relações da história e suas fontes.¹⁹⁷

O objetivo de der Dussen é dividir em duas fases o desenvolvimento do pensamento de Collingwood sobre a natureza do conhecimento histórico. A primeira compreende 1925 a 1930; a segunda, por sua vez, de 1935 até sua morte. Para der Dussen, no início da década de 1930, Collingwood, embora não exclusivamente, esteve concentrado, principalmente, na Filosofia. Resultado disto é, em 1933, a publicação de *An Essay on Philosophical Method*. Podemos inferir, portanto, que para der Dussen há uma fase, de 1925 a 1930, a que poderíamos chamar pré *re-enactment*; e uma segunda fase que poderíamos denominar fase *re-enactment*. Por nossa parte, considerando toda a discussão sobre a compatibilidade entre a teoria das pressuposições absolutas e o conceito *re-enactment*, assumiríamos uma terceira fase, incluído os últimos livros de Collingwood, seu ensaio metafísico e *The New Leviathan* em que o próprio conceito de *re-enactment* deixa, em algum sentido, de ser o centro das atenções de Collingwood.

Para falar do conteúdo propriamente dito do conceito de *re-enactment*, nos ocuparemos dos textos escritos no período de 1935 em diante. Estamos cientes que a reflexão de Collingwood sobre a Teoria da História remonta mesmo até *Speculum Mentis* publicado na década de 1920, mas tomaremos como plataforma didática os Epilegomena de *The Idea of History*.

Teremos como fontes, essencialmente, as seguintes partes de *The Idea of History*: a) ‘Human Nature and Human History’, escrita em 1936; b) ‘Historical Imagination’; ‘Historical Evidence’, escrita em 1939; e c) ‘History as Re-enactment of Past Experience’ de 1936. Além disto, retomaremos, sempre que necessário, os argumentos, de William Dray em *History as Re-enactment* (1999), além de outros especialistas já mencionados ao longo deste trabalho.

¹⁹⁷ Op. Cit., p. xxxiv.

6.1 O Argumento

Partindo de ‘Human Nature and Human History’ podemos identificar, mais do que o próprio conceito de *re-enactment*, as motivações teóricas de Collingwood para sua análise epistemológica. Collingwood, neste texto, observa a tentativa dos filósofos do período moderno de explicitar e fundamentar filosoficamente as características da natureza humana sob a influência das ciências físicas. Ao seu estilo, Collingwood lembra o esforço de John Locke e David Hume em apresentar um relato consistente para as operações cognitivas humanas e também as características gerais da mente humana. Segundo Collingwood o trabalho desses britânicos teve como norte metodológico o avanço da Física a partir dos estudos de Isaac Newton.

Para Collingwood, entretanto, o projeto de compreensão da mente humana com base na metodologia das ciências físicas representou um erro fundamental. O projeto desses pensadores falhou não porque a mente humana não pode simplesmente ser conhecida, e nem porque faltava à época uma psicologia mais complexa e avançada. O surgimento da História crítica no século XIX, para Collingwood, revela uma perspectiva na análise das operações cognitivas humanas que não foi possível nem a Locke e nem a Hume:

Foi sem dúvida inevitável que no século XVII e XVIII, enquanto sob o domínio da nova ciência física, o eterno problema do auto conhecimento deveria aparecer como o problema da construção de uma *ciência* da natureza humana. Para qualquer um que analise o campo da pesquisa humana, se torna evidente que a Física tenha despontado como um tipo de pesquisa que havia descoberto o método correto para investigar seu próprio objeto, e era tido como certo que este raciocínio deveria ser estendido para todos os tipos de problemas. Porém, desde então, uma grande mudança ocorreu na atmosfera intelectual de nossa civilização. O fator preponderante desta mudança não foi o desenvolvimento das outras ciências físicas como a Química e a Biologia, ou a transformação da própria Física uma vez que ela tenha avançado muito no conhecimento

da eletricidade, ou a aplicação progressiva dessas novas ideias na indústria, embora tudo isso tenha sido muito importante; pois, em princípio, não ocorreu nada que não estivesse implícito na própria Física do século XVII. O verdadeiro novo elemento no pensamento contemporâneo, em comparação ao de três séculos atrás, é o surgimento da História. É verdade que o mesmo espírito cartesiano que fez tanto pela Física era também subjacente ao método crítico histórico antes do século XVII; mas a concepção de uma História crítica e ao mesmo tempo construtiva, cujo objeto é o passado humano em sua totalidade, e cujo método é a reconstrução daquele passado com base em documentos escritos e não escritos, criticamente analisados e interpretados, não foi estabelecida até o século XIX, e não foi ainda totalmente apreendida em todas as suas implicações. Portanto, a História ocupa nos dias de hoje uma posição análoga a que a Física ocupou nos tempos de Locke: ela é reconhecida como uma forma autônoma de conhecimento, estabelecida tardiamente, e cujas possibilidades não foram totalmente exploradas.¹⁹⁸

Para Collingwood, portanto, o surgimento da História a que ele denomina científica, se explorada em sua complexidade tanto no que diz respeito a seu objeto, quanto no que concerne a seu método foi capaz de inaugurar um novo viés na investigação sobre a natureza humana.

É importante ressaltar aqui que Collingwood toma as duas coisas como sinônimas, isto é, mente humana e natureza humana, e é a História e não a Física que oferece o modelo metodológico adequado a estas questões. Importante salientar também que Collingwood tem a História não apenas como uma disciplina autônoma capaz de lidar a sua maneira com seus próprios problemas, mas uma nova dimensão para a reflexão filosófica em geral. “A maneira correta de investigar a mente humana é por meio dos métodos da História.”¹⁹⁹

A motivação de Collingwood ao preparar o caminho para seu conceito de *re-enactment* é filosófica e toma para si o problema que Locke, Hume e Berkeley haviam também abordado, como se dá o conhecimento humano e, por consequência, uma teoria da

¹⁹⁸ Op. Cit., pp. 208-9.

¹⁹⁹ Op.Cit., p. 209.

natureza humana. A ambição de Collingwood é a de se apoiar no conhecimento histórico, tal como é produzido, para evitar o erro dos empiristas, qual seja o de aplicar aos problemas humanísticos uma perspectiva fisicalista.

Porém, Collingwood toma cuidados para que sua posição não resulte em um Historicismo ingênuo. Não é verdade para ele, tal como Bergson ou Whitehead assumiriam, que o mundo físico é também objeto da História. Não é adequado identificar História à mudança no tempo. O que caracteriza a História é o pensamento propriamente, e no mundo natural Collingwood não identifica isto que ocorre somente no mundo humanístico, o pensamento.²⁰⁰ Sua precaução em distinguir o mundo físico do próprio pensamento humano o coloca em condições para indicar o objeto próprio da História: o pensamento.

O que existe no mundo natural é uma seqüência de meros eventos, no mundo que constitui o objeto próprio da história o que existe é pensamento. É nesse sentido que Collingwood evoca a diferença entre o trabalho do arqueólogo e do paleontólogo como referência para compreensão da distinção entre mundo natural e pensamento. Enquanto o paleontólogo dispõe de uma série de vestígios coletados e organizados cronologicamente, o arqueólogo dispõe não apenas de artefatos meramente físicos. Diferente disto, o arqueólogo tem em mão o artefato e seus possíveis significados, os vestígios e o esforço hermenêutico.

De qualquer forma, Collingwood parte da distinção entre o mundo natural e o pensamento para justificar este segundo como objeto próprio do conhecimento histórico. Por meio de um exemplo famoso, Collingwood pretende não apenas ilustrar a diferença entre estas duas dimensões, a dos meros objetos e a dos significados humanísticos, mas também justificá-la:

²⁰⁰ É importante lembrar, todavia, que Collingwood, a exemplo de Hume, assume que os animais são também capazes de pensar. Mas a linguagem e a capacidade de transmissão de cultura em nível complexo e pressuposto para a História está presente apenas no mundo humano. Diz Collingwood: “A crença de que o homem é o único animal capaz de pensar é somente uma superstição; mas a crença de que o homem pensa mais, mais continuamente e efetivamente do que qualquer outro animal, de que é o único animal cuja conduta é determinada mais pelo pensamento do que pelo impulso, provavelmente possui fundamento o bastante para justificar a regra do historiador.” p. 216. A diferença entre o pensamento de animais não humanos e animais humanos, em Collingwood, é apenas uma diferença de grau e não de natureza.

O historiador, ao investigar qualquer evento do passado, estabelece uma distinção entre o que pode ser chamado de exterior e interior de um evento. Por exterior de um evento quero dizer tudo que o componha e que possa ser descrito em termos de corpos e seus movimentos: a travessia de César, acompanhado de alguns homens, de um rio chamado Rubicão em uma data precisa, ou o derramamento de seu sangue no piso do Senado em outra data. Pelo interior de um evento quero dizer tudo aquilo em um evento que possa ser descrito em termos de pensamento: o desafio de César à lei Republicana, ou o confronto constitucional entre ele e seus assassinos. O historiador nunca se ocupa de um sem se ocupar do outro. Ele não investiga meros eventos (onde mero evento signifique um que apenas possua um exterior e nenhum interior), mas sim ações, e uma ação é a unidade do exterior e do interior de um evento.²⁰¹

Temos aqui uma peça fundamental para a imagem que Collingwood constrói como adequada para o objeto de estudo do conhecimento histórico: a metáfora do interior e do exterior. No exemplo acima, o evento em questão, a travessia de César do Rubicão, pode contar com duas descrições, uma física em termos de corpos e todas as redes de interações de grandezas físicas que possam formar, de alguma maneira, o evento: empuxo, peso, massa, resistência do ar, forças e vetores; por outro lado, o evento conta com outra possibilidade explanatória capaz de ultrapassar o âmbito das características físicas: motivações políticas, ambições pessoais, planejamentos estratégicos e objetivos administrativos. Esta última possibilidade é aquela que o historiador, em hipótese alguma, pode prescindir. O nível dos significados humanísticos, o pensamento, é o núcleo do todo que o conhecimento histórico pretende render contas, a ação humana.

Até aqui, esboçando neste momento uma rápida recapitulação, vimos que Collingwood pretende avançar com relação ao projeto de pensadores do período moderno como John Locke e David Hume no que concerne o objetivo de se compreender as operações cognitivas da mente humana. Ao considerar o surgimento da História científica no século XIX e suas implicações ainda não refletidas, Collingwood pretende oferecer um relato mais consistente acerca da natureza humana. Ao tomar como ponto de partida o padrão prático do trabalho do historiador, Collingwood propõe uma distinção básica entre

²⁰¹ Op. Cit., p. 213.

o mundo dos eventos físicos e o pensamento. Para Collingwood, o historiador ultrapassa o nível dos eventos físicos ao abordar as razões dos agentes históricos para suas ações. O objeto de estudo do historiador é, portanto, o passado humano no que ele possa ser descrito em termos de razões, significados e motivações.

Outro aspecto epistêmico importante em que os objetivos do historiador divergem dos objetivos dos cientistas que se dedicam a explicação dos fenômenos naturais é o fato de o historiador abrir mão da busca por elos causais. Para Collingwood, quando o historiador utiliza em seu vocabulário os termos ‘causa’ ou ‘efeito’, ele o faz em um sentido bastante específico, como que numa medida de economia lingüística. Os nexos próprios a que o conhecimento histórico busca, dizem respeito à conexão lógica entre pensamento e ação prática. Em outras palavras quando um historiador fala em causa e efeito ele não toma os termos tal como um químico os compreenderia.

Esta ideia é indicativa não apenas da distinção entre os objetos de estudo da História e das Ciências naturais, mas também de seus procedimentos explicativos. Sobre este aspecto Collingwood diz o seguinte:

Isto não significa que termos como ‘causa’ estejam necessariamente fora de lugar em relação à História; isto significa apenas que são utilizados em sentido especial. Quando um cientista questiona ‘Por que aquele pedaço de papel de tornassol ficou rosa?’ ele quer dizer ‘em quais ocasiões os pedaços de papéis de tornassol ficam rosa? Quando um historiador pergunta ‘por que Brutus apunhalou César?’ ele quer dizer ‘o que Brutus estava pensando que o levou a decisão de apunhalar César?’ A causa do evento, para ele, significa o pensamento por meio do qual a ação de um agente veio a acontecer: e isto não é algo além do evento, senão o interior do evento em si.²⁰²

O conceito de *re-enactment*, portanto, pressupõe a diferença do próprio objeto de estudo da História em comparação ao objeto das ciências físicas e também diferença com

²⁰² Op. Cit., pp. 214-5.

relação aos processos explicativos. E é nesse contexto de distinções que Collingwood apresenta a tão polêmica conclusão:

Os processos da natureza podem, portanto, ser propriamente descritos como seqüências de meros eventos, mas os da História não. Eles não são processos resultantes de meros eventos, mas de ações, que possuem um interior consistindo de processos, constituídos por pensamento; e aquilo a que o historiador busca são os processos do pensamento. Toda História é História do Pensamento.²⁰³

O que Collingwood pressupõe aqui é a diferença explorada anteriormente por Dilthey entre explicação e compreensão. De qualquer forma, e antes de nos aprofundarmos nesta distinção fundamental, podemos ressaltar outro aspecto desta apresentação da ideia de *re-enactment* por parte de Collingwood, a saber, a diferença entre saber ‘como’ e saber ‘por que’. Collingwood defende que, em oposição ao cientista, quando o historiador sabe que algo aconteceu, ele sabe já porque esse algo aconteceu. “Descobrir o pensamento”, diz Collingwood, “já é compreendê-lo”.²⁰⁴

Com base no que é dito, então, em ‘Human Nature and Human History’, parte dos Epilegomena de *The Idea of History*, podemos caracterizar o *re-enactment* da seguinte maneira. Em primeiro lugar, os processos da natureza são distintos dos processos de pensamento e de significados; segundo lugar; o historiador se ocupa dos pensamentos, sendo eles os núcleos das ações dos agentes históricos. Como conclusão, o passado é compreendido quando o historiador consegue repensar em sua própria mente o pensamento dos agentes históricos. Nas palavras de Collingwood:

Há somente uma maneira de se alcançar este resultado: repensá-los em sua própria mente. O historiador da Filosofia, ao ler Platão, tenta saber o que Platão pensou quando se expressou por meio de certas palavras. A única maneira para assim o fazer é pensá-las por ele mesmo. Isto, de fato,

²⁰³ Op. Cit., p. 215.

²⁰⁴ Op. Cit., p. 214.

é o que queremos dizer quando falamos da compreensão de palavras. Daí o historiador da Política ou da Guerra, de posse de algum relato sobre os feitos de Júlio César, tentar compreender estas ações, isto é, descobrir que pensamentos determinaram as ações de Júlio César. Isto implica em ver por si a situação de César, e pensar por si o que César pensou sobre sua situação e possíveis maneiras de lidar com ela. A História do pensamento, portanto toda História, é o *re-enactment* do pensamento passado na mente do próprio historiador.²⁰⁵

De maneira resumida, o *re-enactment* collingwoodiano é a compreensão da ação dos agentes históricos por meio da reconstrução de seus pensamentos e razões. A origem desse conceito parte da distinção de objeto e de abordagem metodológica nas ciências físicas e no conhecimento histórico ou humanístico de maneira geral. Ao preconizar a reconstrução do pensamento dos agentes e a tentativa de reviver as situações em que estes agentes experimentaram, Collingwood assinala uma predominância do papel da compreensão no conhecimento histórico em detrimento da explicação ou busca por nexos causais.²⁰⁶

Contudo, podemos ainda listar outros exemplos de Collingwood com o objetivo tornar a ideia ainda mais clara. Em ‘History as Re-enactment of Past Experience’, a motivação de Collingwood é bem mais precisa. Neste texto, o autor não parte da falha dos empiristas ao oferecerem uma Teoria do Conhecimento ou uma Filosofia da Mente, a pergunta que Collingwood faz é pontual e de inspiração kantiana: “como, ou em que condições, o historiador pode conhecer o passado?”²⁰⁷ O primeiro exemplo do texto mencionado compartilha em natureza com ‘Human Nature and Human History’. Em ambos, para ilustrar o conceito de *re-enactment*, o autor recorre à interpretação de textos. Apoiamo-nos em uma passagem mencionada já na Introdução da pesquisa:

²⁰⁵ Op. Cit., p.215.

²⁰⁶ Para William Dray, entretanto, Collingwood não se atém a distinção conceitual entre explicação e compreensão. Ele diz: “Podemos notar que, embora Collingwood se refira ao que seja necessário para a ‘compreensão’ e menos à ‘explicação’ de uma ação, ele de fato não reconhece uma diferença considerável entre os dois conceitos. É verdade que, em *The Idea of History*, ele raramente usa o termo ‘explicação’; mas a maneira com que ele usa em outras ocasiões deixa claro que, para ele, os dois termos são sinônimos, compreensão sendo o que a explicação permite, e explicação o que a compreensão requer.” *History as Re-enactment*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 35. Não estamos de acordo com a posição de Dray e devemos nos colocar com mais detalhes a seguir, quando discutirmos as implicações e críticas ao conceito de *re-enactment*.

²⁰⁷ *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1994, p. 282.

Para alcançá-la [a compreensão histórica], o historiador deve penetrar a situação que o imperador enfrentava e deve ser capaz de vê-la tal como o imperador a via. Deve chegar a perceber, tal como se ocupasse a posição do imperador, qual o tratamento possível de dar àquela situação, deve enxergar as alternativas possíveis e as razões para optar por uma e não por outra; e deve, assim, acompanhar o processo seguido pelo imperador ao decidir daquela particular maneira. Dessa forma, ele está re-elaborando em seu próprio espírito a experiência do imperador; e, só na medida em que o faça, adquirirá conhecimento histórico – diverso do conhecimento meramente filológico – a propósito do significado do documento.²⁰⁸

Outra diferença nesse texto é a de que Collingwood está mais preocupado com a defesa da ideia do que com sua apresentação. Aqui o autor imagina um crítico e passa a responder as possíveis observações. Uma consequência importante surge imediatamente deste processo: a ideia de que o historiador, ao repensar o pensamento de um agente histórico, não realiza um ato de pensamento distinto, mas o mesmo ato de pensamento do personagem.

Para justificar ideia de que quando repensamos um pensamento, pensamos aquele exato e mesmo pensamento, Collingwood parte da oposição entre meros estados conscientes e pensamento propriamente. Para o autor, o pensamento é o que garante a consciência em sentido forte e, num sentido extremamente relevante para o conceito de *re-enactment* e a Teoria da História de Collingwood em geral, o pensamento está fora do tempo. Nesse sentido, um pensamento específico não perde sua identidade por se dar mais de uma vez ao longo do tempo. Citamos o texto diretamente:

O pensamento em si não está envolvido no ritmo da consciência imediata; em algum sentido ele está fora desse fluxo. Ato de pensamento certamente ocorrem em momentos específicos; Arquimedes chegou a ideia de uma gravidade específica em um dado momento, quando se banhava; mas eles não se relacionam com o tempo da mesma maneira com que meros sentimentos e sensações o fazem. Não é somente o objeto

²⁰⁸ Op. Cit. p.283.

de pensamento que permanece fora do tempo; o ato de pensamento também: nesse sentido, pelo menos, o mesmo ato de pensamento pode ocorrer em um momento e ser revivido em outro momento.²⁰⁹

Aqui Collingwood defende a ideia de que o próprio pensamento ultrapassa o mero fluxo da consciência enquanto sucessão de estados e se coloca fora do tempo. “A peculiaridade do pensamento é que”, defende Collingwood, “mesmo ocorrendo aqui e agora nesse exato contexto, ele pode manter sua identidade através de uma mudança de contexto e ressurgir em outro”.²¹⁰ Dessa maneira, o historiador, ao reconstruir o pensamento de algum personagem, tem diante de si um pensamento que, apesar de qualquer mudança contextual possível, permanece o mesmo, inalterado, idêntico. Um dos primeiros autores a perceber a ambição dessa proposta foi W. Walsh. Para esse historiador, como veremos adiante, essa foi a maneira com que Collingwood elegeu para lidar com o problema da objetividade na História. Podemos antecipar, entretanto, que para Walsh, Collingwood não obteve êxito.

A tese de que o pensamento, em sentido relevante, se coloca fora do transcorrer temporal tem implicações na visão que Collingwood tem sobre o papel dos contextos para a abordagem histórica. Collingwood se apresenta contra os historiadores que defendem que um pensamento só pode ser compreendido ou revivido a partir de e no seu contexto original. Para ele, não é verdadeiro que um ato de pensamento ocorrido em um determinado momento não possa ser compreendido em outro contexto. Obviamente, Collingwood está ciente de que um ato de pensamento se dá em um determinado contexto, mas o pensamento mesmo não se reduz a esse contexto e mantém sua identidade em tantos momentos quanto forem possíveis. É nesse sentido que Collingwood defende:

Mas um ato de pensamento, para além de sua ocorrência factual, é capaz de manter sua identidade e sua capacidade de ser revivido ou repetido sem perder sua identidade. Até aqui, aqueles que se opõem aos idealistas têm razão quando defendem que o que pensamos não sofre alterações quando alternamos o contexto. Mas ele não pode se repetir *in vácuo*,

²⁰⁹ Op. Cit., p. 287.

²¹⁰ Op. Cit., p. 297.

como um fantasma de uma experiência passada, ele deve ocorrer sempre em um contexto, e o novo contexto lhe é tão apropriado quanto o antigo. Portanto, o simples fato de que alguém tenha expressado seu pensamento por escrito, e aquilo que possuímos de sua obra, não nos permite compreender suas ideias. Para compreendê-lo, devemos ler aquelas palavras munidos de uma experiência similar para tornar aquele pensamento orgânico.²¹¹

O que Collingwood defende aqui é que mesmo reconstruindo um determinado pensamento em um contexto diferente, a simples mudança de contexto não implica perda de significado. Contudo, Collingwood está ciente de que o historiador, ao levar adiante sua tarefa, assim o faz em seu próprio contexto. Mas a reconstrução empática do ato de pensamento não compromete sua identidade. Este “treino” empático é considerar o pensamento não somente em seu caráter imediato, mas também em sua possível mediação. “O argumento”, diz Collingwood, “tal como pode ser desenvolvido na mente de Platão, na minha ou na mente de quem quer que seja, é o que chamo de mediação do pensamento”.²¹²

O caráter de mediação do pensamento é o que garante ao pensamento sua identidade tanto no contexto original quanto no contexto em que se dá sua reconstrução. Porém, essa reconstrução não se dá no vazio, há o contexto do próprio historiador e isto confere ao mesmo pensamento diferença específica. Em outras palavras, minha reconstrução do pensamento de Platão, se a realizar bem, é idêntica ao pensamento dele, mas o pensamento resultante é também diferente porque se dá em outras circunstâncias. O pensamento reconstruído ou revivido é, portanto, o mesmo e outro pensamento. Com esse ar de contradição, Collingwood se defende da falácia presentista.

A pergunta que podemos fazer agora sobre essa característica do conceito de *re-enactment* é a seguinte: será mesmo uma contradição de Collingwood considerar o pensamento como algo mediado e imediato ao mesmo tempo, como algo idêntico a si e diferente ao mesmo tempo?

Sem dúvida, se tomarmos uma postura de análise estritamente linguística, partindo também de pressupostos colhidos no âmbito da lógica estritamente formal, a linguagem de

²¹¹ Op. Cit., p. 300.

²¹² Op. Cit., p. 301.

Collingwood seria facilmente indicada como contraditória. Entretanto, se utilizarmos, mesmo parcimoniosamente, o princípio de que uma sentença, expressão ou até mesmo proposição não adquire significado apenas por ser logicamente bem construída, podemos extrair desta ideia de Collingwood alguma contribuição para o estudo da Teoria da História.

Tomemos a sentença “o pensamento é único, mas pode manter sua identidade em outro contexto”. Mesmo que não obedecendo estritamente à linguagem utilizada por Collingwood, ela pode servir de veículo para o que realmente Collingwood pretende. Se nos parece que Collingwood tenta oferecer ao conhecimento histórico algum abrigo contra a linha cética que defende que nenhum pensamento pode ser compreendido fora de seu próprio contexto. Em *The Idea of History*, Collingwood se dirige, na verdade, a dois tipos de céticos. O primeiro tipo leva em conta o peso determinante do contexto e, a rigor, apartar um pensamento de seu contexto significaria anulá-lo. O segundo tipo ocorre na direção radicalmente oposta, considera um pensamento como um elemento atômico sem qualquer relação com quaisquer fatores externos. Esta segunda posição, levada ao extremo, resulta no solipcismo, na incomunicabilidade extrema dos pensamentos.

Collingwood pretende mitigar os dois extremos. Aceita que realmente um pensamento em sua origem ocorre, e não pode ser radicalmente diferente, em um contexto determinado. Mas a julgar pelo primeiro ponto de vista considerado logo acima, como delimitar com exatidão de seu contexto? Sobre esse aspecto Collingwood estaria ao lado dos idealistas que afirmariam que o contexto de um pensamento é o universo inteiro, considerar algo assim se apresenta como uma impossibilidade lógica para o conhecimento histórico. Para Collingwood o exagero quanto à importância do contexto restringe o pensamento a seu caráter imediato. Esse caráter é constituído por fatores como emoções, condições sociais, circunstâncias factuais e, também, outros pensamentos de mesma natureza. Dessa maneira não compreendemos o que Euclides quer dizer em seu quinto teorema ao descrevermos minuciosamente o contexto imediato em que lhe ocorreu o pensamento, tampouco, segundo Collingwood, podemos nos apoderar do pensamento de Euclides ao avaliarmos a relação por ele instaurada no âmbito de outros pensamentos sobre a geometria. Isto seria, segundo Collingwood, “restringir o pensamento a seu caráter imediato, reduzi-lo a experiência imediata, e, portanto, negá-lo como pensamento.”²¹³

²¹³ Op. Cit., p. 299.

Collingwood concede que um pensamento só ocorra em um contexto, isto constitui seu caráter imediato. Mas apenas esta dimensão não providencia a compreensão desse pensamento. Para compreender o pensamento historicamente é preciso ir além e buscar o que o pensamento possui de mediação.²¹⁴ O caráter de mediação é justamente aquele de sua repetição no contexto do próprio historiador. O conhecimento “orgânico” desse pensamento só faz sentido se o historiador, além de reconstruir o pensamento de Platão, por exemplo, for adiante propondo também uma crítica desse pensamento. O que Collingwood quer garantir é uma resposta ao império do contexto lembrando, por outro lado, da reconstrução crítica e criativa do historiador. Sob esse aspecto, Collingwood não incorre em uma simples contradição ao defender que o pensamento é um e vários ao mesmo tempo. Esta ideia é resumida da seguinte maneira por Collingwood em *The Idea of History*:

O que se requer, quando tento compreender a Filosofia de Platão, é tanto repensá-la em minha própria mente quanto pensar coisas diferentes as quais possa julgar à luz dela. Alguns filósofos tentaram resolver esse enigma apelando vagamente ao princípio de “identidade na diferença” argumentando que há um desenvolvimento de Platão até o meu pensamento e que qualquer coisa que se desenvolva conserva sua identidade mesmo que se torne algo diferente. Outros questionaram com justiça até que ponto as duas coisas são idênticas e como elas se distinguem. A resposta é que, em suas dimensões imediatas, enquanto experiências organicamente unidas ao corpo de experiência de que surgem, o pensamento de Platão e o meu são diferentes, mas segundo seus aspectos de mediação são idênticos.²¹⁵

A esta altura, apesar de acreditarmos que Collingwood não incorre numa simples contradição ao defender a identidade do pensamento mesmo ocorrendo em contextos diferentes, poderíamos demandar uma explicação mais consistente acerca do caráter de

²¹⁴ A esta altura podemos considerar a argumentação de Collingwood como um obstáculo até mesmo para seus aliados como Quentin Skinner e John Pocock uma vez que estes historiadores preconizam a compreensão histórica por meio da reconstrução do debate das ideias políticas, por meio, então, de seus contextos lingüísticos.

²¹⁵ Op. Cit., p. 301.

mediação do pensamento. Está claro o bastante que por ocorrerem em circunstâncias diferentes e em contextos distintos o pensamento de Platão e o meu, ao ler um de seus diálogos, são diferentes, mesmo entendendo perfeitamente seu argumento. Contudo, permanecem eles idênticos ao considerarmos o caráter de mediação que implica em pensar coisas diferentes, isto é, agir criticamente? A julgar pelo texto de Collingwood, sua resposta não é consistente o bastante para nos convencer de que o conceito de *re-enactment* evita a circularidade. Dizendo de outra maneira, se perguntamos a Collingwood por que ou como o pensamento reconstruído mantém sua identidade mesmo sendo diferente, ele só consegue responder que é porque ele mantém sua identidade.

Na melhor das hipóteses, o texto de Collingwood se opõe à ideia de que um pensamento seja encarado como um mero fato ou uma peça em uma coleção de conhecimento adquiridos e, por isso, pressupõe a mediação para interpretar o pensamento como uma atividade e não um evento isolável, passível de reprodução. Contudo, podemos dizer que os argumentos oferecidos por Collingwood não garantem a verdade da proposta, ainda que esteja claro que esta proposta não incorra numa contradição ingênua.

De qualquer forma, mesmo por meio da distinção entre o interior e o exterior de uma ação ou, ainda, por meio da peculiaridade do pensamento em conservar sua identidade apesar da mudança de épocas e contextos, Collingwood segue apresentando o pensamento como objeto do historiador. E a maior dificuldade que a apresentação do conceito de *re-enactment* enfrenta é a definição clara e restrita sobre o que seja, de fato, o pensamento. Vimos anteriormente que Collingwood exibiu o mesmo tipo de dificuldade em outro momento de sua produção, quando tentou defender a teoria das pressuposições absolutas.

As partes abordadas aqui de *The Idea of History*, importante lembrar, foram escritas anos antes da elaboração de *An Essay on Metaphysics*. A dificuldade, no entanto, é semelhante, a de definir filosoficamente o objeto de estudo da História e responder pontualmente à questão: o que é o pensamento?

Todas estas dificuldades relacionadas à ausência de uma definição estrita sobre o objeto próprio da História podem ser explicadas a partir de um dilema que Collingwood enfrenta durante o desenvolvimento de seu pensamento. Todos os exemplos que Collingwood utiliza para ilustrar seus apanhados conceituais e metodológicos sobre a História têm por base textos. Textos nada mais são do que tentativas de comunicação ou, poderíamos chamar, peças de linguagem. Considerando seus exemplos, Collingwood

poderia equiparar linguagem a pensamento, mas é justamente isto que seus alvos críticos faziam e que ele rejeitava: análises estritamente lingüísticas. Para oferecer um relato diferente, Collingwood assumia que era preciso partir da linguagem, isto sim, mas deveríamos também ultrapassá-la, e é de acordo com este passo que suas principais dificuldades surgem. Lembremos da fraqueza da definição do conceito de pressuposições absolutas e as críticas ao próprio conceito de *re-enactment*.

No momento em que Collingwood escreve sobre o *re-enactment*, a cena intelectual está voltada para os fenômenos da linguagem. A Filosofia Analítica ganhava cada vez mais fôlego e atenção dos leitores, até mesmo os desenvolvimentos da Psicologia freudiana tinham a linguagem como aspecto fundamental.²¹⁶ Collingwood pagou um preço teórico caro na tentativa de buscar para o pensamento uma característica que não fosse linguística. Sua aversão ao contexto e também à análise atômica, a análise que toma o pensamento ou sistema de pensamento isoladamente, é sintomática de sua aversão, arriscamos aqui, à linguagem. Collingwood enfrentou dificuldades metafísicas que mais tarde outro pensador de Oxford não enfrentou. Austin, em *How to Do Things with Words*, aborda a relação entre ação e linguagem e sua estratégia o desobriga a qualquer definição metafísica sobre o que venha a ser o pensamento, com isso oferece inspiração para a chamada virada linguística das Ciências Históricas no século XX. Embora todo o raciocínio de Collingwood indicasse a linguagem enquanto peça fundamental para o conceito de *re-enactment* e toda sua Teoria da História, sua relutância em aceitá-la como limite definitivo para o pensamento o coloca em dificuldades.

Jan Van der Dussen, em um artigo de 1984, percebe um aspecto semelhante na obra de Collingwood. Para justificar sua posição, der Dussen estabelece uma analogia entre o pensamento de Frege, como sabemos o pai da lógica moderna, e o pensamento de Collingwood. A teoria do significado de Frege e seu famoso exemplo da “estrela vespertina” e “estrela matutina” vem à baila no texto de der Dussen a fim de compará-la com o que Collingwood compreende por caráter de mediação do pensamento. Para der Dussen, os dois pensadores tomam posições semelhantes quando assumem que o pensamento não possui apenas uma dimensão subjetiva. Para além desta dimensão, o pensamento ostenta sua objetividade em sentido forte. Frege define o pensamento, segundo

²¹⁶ É preciso lembrar que uma das ciências mais criticadas por Collingwood é a psicologia. Para Collingwood a psicologia não é capaz de estudar um objeto que cabe somente a História, a mente em suas operações cognitivas ou, em poucas palavras, o pensamento. Ver por exemplo: Vaheeswijck, G. The Function of Unconscious Thought in R. G. Collingwood's Philosophy. In.: *Collingwood Studies*. Vol. 01, 1994, p. 108.

der Dussen, não apenas “como o desempenho subjetivo do ato de pensar, mas também seu conteúdo objetivo, que é capaz de se tornar propriedade de vários pensadores”.²¹⁷ As ideias de Frege são utilizadas por der Dussen com o objetivo de salientar que a linguagem dos historiadores, como Collingwood assume, se refere não a objetos, mas a pensamentos.

A natureza do pensamento, segundo der Dussen, é capital para ambos, Frege e Collingwood, e os dois autores compreendem o pensamento “como entidades públicas e independentes.”²¹⁸ Nas palavras de Frege, o pensamento independe de um possuidor, já na terminologia collingwoodiana, o pensamento possui sua dimensão de mediação. Após propor esta comparação aproximativa entre o que Frege e Collingwood entendem por pensamento, der Dussen lembra a crítica que mais rapidamente poderia surgir. A de que Collingwood criticou com veemência a lógica enquanto ferramenta para interpretação dos atos de pensamento. Aqui é oportuno reproduzir a passagem de der Dussen:

Alguém poderia apontar uma objeção óbvia a uma comparação entre Frege e Collingwood tal como proponho aqui. Pois não seria Frege um dos lógicos fortemente criticados por Collingwood em sua autobiografia, que falou sobre o significado e a verdade das proposições e, pior ainda, “esboçou” uma linguagem lógica que terminou num jargão tipográfico semelhante ao dos *Principia Mathematica* (A, 35-6)? Sim, Frege foi um dos que ofereceram e é também um dos fundadores desta abordagem. Mas espero ter demonstrado claramente que se Collingwood tivesse notado as contribuições de Frege discutidas aqui, ele teria menos razão para sua negativa com relação à lógica.²¹⁹

É importante lembrar estas propostas de der Dussen porque assim reforçamos a ideia que defendemos logo acima. A de que a oposição de Collingwood aos lógicos e sua relutância em até mesmo aceitar o termo ‘linguagem’ o leva a labirintos simplesmente insuperáveis. Por meio dos argumentos de der Dussen percebemos que a semelhança com relação àquilo que Frege e Collingwood defendem sobre a natureza do pensamento é

²¹⁷ der Dussen, J. V. The Philosophical Context Of Collingwood's Re-enactment Theory. In.: *International Studies in Philosophy* XXVII:2, p. 85.

²¹⁸ Op. Cit., p. 89.

²¹⁹ Op. Cit., p. 91.

extremamente válida. Contudo, o que poderíamos ressaltar e que der Dussen não o faz explicitamente é que, para Frege, o pensamento é uma entidade lingüística. Para Frege, não há como apreender um pensamento a não ser que seja por meio da linguagem. Um pensamento permanece idêntico a si em contextos diferentes, um pensamento é apreendido e tudo isso está presente em Frege e Collingwood. Porém, Frege é claro o bastante para assumir a linguagem enquanto único meio para apreensão do pensamento. A estratégia argumentativa de Collingwood nos leva a crer que a linguagem era tão importante para ele quanto foi para Frege, o que faltou a Collingwood foi a disposição de Frege em aceitar a linguagem como veículo e característica elementar daquilo que chamamos de pensamento.

Em artigo publicado recentemente, Cristiano Arrais, um dos poucos no Brasil a se dedicarem ao estudo sistemático do pensamento historiográfico de Collingwood, percebe também a dificuldade do inglês ao lidar com conceito mesmo de pensamento. Recorrendo a *The Principles of History*, Arrais salienta:

Em *The principles of history* Collingwood explicitou a dificuldade em se trabalhar com o termo “pensamento”. Num dos trechos deste manuscrito, o autor declara sua opção por derivar sua definição do grego νόησις [ato de pensar] v ὄημα [coisa pensada]. E completa: “história não significa re-pensar o que tinha sido pensado antes, mas pensar por si mesmo como re-pensá-lo. O estudante de matemática é um historiador da matemática na medida em que ele pensa: eu estou aqui pensando o que Pitágoras pensou antes de mim” (Collingwood, 1999, p. 223). Procedimento reconstrutivo (fruto de sua ascendência historicista) e autocrítico (o primado da razão prática iluminista kantiana) são, portanto, os dois eixos a partir dos quais o conceito de *re-enactment* deve ser compreendido.²²⁰

Não é por acaso que autores como Quentin Skinner, John Pocock e John Passmore comprem a ideia de uma lógica de pergunta e resposta enquanto teoria hermenêutica ou estratégia para interpretação histórica; hesitam quando surge uma teoria das pressuposições absolutas; e simplesmente rejeitam o conceito de *re-enactment*, justamente pelo custo metafísico que implica. Em outras palavras, o conceito de *re-enactment* preserva alguma

²²⁰ A filosofia da História de R. G. Collingwood: duas contribuições. *Dimensões*. No. 24 (2010), p. 39.

força até o momento em que Collingwood decide levar o pensamento adiante sem que a linguagem o acompanhe na jornada.

6.2 *Re-enactment e evidências históricas*

Uma das virtudes do conceito de *re-enactment* é pressupor e levar adiante a ideia de que a explicação nas ciências humanas deve obedecer a padrões de racionalidade distintos daqueles utilizados nas ciências físicas. Reforçar o caráter humanístico das ciências históricas e sociais coloca questões de natureza epistemológica e também éticas. Do ponto de vista das implicações epistemológicas explora-se a diferença entre os modelos de explicação assim como a natureza dos processos cognitivos envolvidos.

Contudo, mesmo partindo da distinção entre conhecimento estritamente científico, este que busca estabelecer os nexos causais entre fenômenos, controlá-los e também reproduzi-los artificialmente e conhecimento histórico, este se ocupando da compreensão da ação humana e suas motivações racionais, Collingwood deixa claro que, nos dois casos estamos diante de conhecimento científico. Para Collingwood, a principal característica do conhecimento científico, em sentido amplo, é a dependência que as conclusões observam perante o objeto estudado. Daí não haver espaço nas explicações causais, e tampouco na investigação histórica, para invenções ou conclusões divorciadas das evidências.

Collingwood defende que a produção do conhecimento histórico seja um processo logicamente guiado por inferências. Se nas ciências exatas, na Matemática, por exemplo, os processos indicam a presença das inferências de caráter dedutivo, raciocínios que, aceitando-se a verdade das premissas não há como não aceitar a conclusão, na História as inferências são de caráter indutivo. Sendo assim, o historiador, ao contrário do matemático, não se vê compelido a aceitar uma conclusão em um raciocínio em seu domínio de pesquisa, mas se vê autorizado a chegar a uma determinada conclusão. Os limites do processo de inferência na investigação histórica, mesmo que indutiva, para Collingwood, são as evidências. Segundo Collingwood, ao se afastar das evidências o historiador compromete o caráter científico de sua investigação. As palavras de Collingwood dando corpo a esta ideia são estas:

A História tem isso em comum com todas as outras ciências: não é permitido ao historiador reivindicar qualquer tipo de conhecimento, exceto quando pode justificar esta reivindicação ao apresentar para si mesmo, em primeiro lugar, e depois a qualquer outra pessoa hábil o bastante e querendo acompanhar sua demonstração, os fundamentos sobre os quais ela está apoiada. É isso que quis dizer acima ao apresentar a História como uma investigação com base em inferências. O conhecimento em virtude do qual um homem se torna um historiador é um conhecimento para o qual as evidências estão a sua disposição como provas para alguns eventos.²²¹

A passagem ressalta, de imediato, dois aspectos importantes relacionados ao conceito de *re-enactment*. O primeiro, evidentemente, é o cuidado de Collingwood em apresentar a História como uma ciência. A organização do corpo do conhecimento historiográfico, para Collingwood, mesmo não se tratando de conhecimento empírico, obedece às regras dos raciocínios indutivos e todos os processos investigativos devem estar ancorados pelas evidências. Aqui nosso autor preza pela racionalidade no estudo do passado humano. Outro aspecto, contudo, iluminado de maneira tênue pela passagem é uma aparente mudança na posição de Collingwood no que diz respeito ao objeto próprio da História. Ora, uma vez sendo a reconstrução do pensamento das personagens históricas o principal objetivo do historiador, qual o real papel de uma evidência histórica que prova algum aspecto de um *evento* histórico? Podemos resgatar Collingwood desta aparente contradição, se lembrarmos que para ele o que está em questão em uma investigação histórica é a ação humana e, como tal, é composta de dois elementos, um exterior, as características físicas, e um interior, o pensamento. Devemos lembrar também que Collingwood escreve não apenas como historiador e como filósofo, mas como arqueólogo, como um cientista que parte de vestígios físicos para chegar às razões, aos pensamentos. Sendo assim, Collingwood apresenta a história como uma investigação organizada com base no processo de inferências e nas evidências.

²²¹ *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, p. 252.

Ao defender a História como uma ciência apoiada num processo de inferência, uma ciência indutiva, portanto, Collingwood a distingue de dois elementos: memória e testemunho. Sobre a memória Collingwood se limita a dizer que ela não é científica, não é organizada como a ciência pressupõe. O autor defende com veemência que memória não é história e que um livro sobre o conhecimento histórico não deveria abordar tal questão. “Embora sejam uma questões interessantes”, diz Collingwood, “este não é o lugar apropriado para isto.”²²² Collingwood pretende se distanciar de autores como Hobbes que identificam História à memória.

A importância que Collingwood atribui às evidências é explorada em detalhes na sequência do texto, quando o autor propõe uma pequena ficção policial para ilustrar seu ponto de vista. Em ‘Who Killed John Doe’ Collingwood estabelece uma analogia importante entre o trabalho de um detetive criminal e o do historiador. Para ele, ambos os profissionais progridem em suas tarefas enquanto formam uma imagem sobre o que está em questão a partir de perguntas e evidências. A diferença entre o trabalho dos dois reside no fato de que, no caso do detetive, a investigação deve ser realizada rapidamente e carrega consigo responsabilidade jurídica. No caso do historiador, a pesquisa não exhibe, ao menos em primeiro plano, urgência de caráter policial. Assim apuramos em *The Idea of History*:

Os métodos da investigação criminal não são totalmente idênticos aos da investigação histórica, porque seus propósitos últimos não coincidem. Um tribunal de justiça tem em suas mãos a vida e a liberdade de um cidadão, e em um país em que o cidadão é portador de direitos o tribunal é obrigado a fazer algo rapidamente. O tempo gasto para se chegar a um veredicto é um fator de valor por si só. Se qualquer jurado disser: ‘tenho certeza de que em apenas um ano, quando tivermos refletido sobre todas as evidências à disposição, estaremos mais aptos para compreendê-las’, a resposta seria: ‘Faz sentido o que você diz; mas a proposta é inviável. Sua tarefa não é apenas a de apresentar um veredicto, e sim apresentar um veredicto agora; e aqui o senhor permanece até que o apresente.’²²³

²²² Op. Cit., 253.

²²³ Op. Cit., p. 268.

O oposto, segundo Collingwood, ocorre com o historiador. Não há a pressão para que se chegue a uma conclusão imediata. Neste caso, o único resultado desejado é uma conclusão amparada pela análise cuidadosa das evidências, não importando a quantidade de tempo que o investigador venha a utilizar. “Nada importa ao historiador” diz Collingwood, “exceto que seu veredicto, quando o alcance, seja correto: que siga inevitavelmente das evidências.”²²⁴

O pequeno exercício de ficção policial proposto por Collingwood serve para ressaltar a importância das evidências em uma investigação histórica criativa. Nesse sentido, testemunhos são avaliados com precaução e as perguntas a que se coloca o detetive ou o historiador o levam a direções muito distintas e resultados para além dos relatos coletados por meio de depoimentos questionáveis. O pano de fundo aqui é a distinção entre a história propriamente dita, criativa e autônoma, e a pseudo-história, a história tesoura e cola (*scissors and paste*). O objetivo do autor é alertar sobre a inércia de uma investigação apoiada essencialmente em testemunhos. Ao abdicar das evidências e se limitar à crítica de autoridades e testemunhos, o historiador abre mão de entrar em contato com um passado que não reside no discurso de estudiosos ou testemunhos oculares. Ultrapassando o nível da mera crítica às autoridades, o historiador é capaz, aí sim, de conhecer o que houve no passado. Os próprios testemunhos e autoridades se tornam objeto de investigação quando questionados ou avaliados segundo os critérios da história científica.

Se o assassinato de John Doe deve ser esclarecido, o que deve vir à baila, em primeiro lugar são os traços deixados pelo assassino, tais como a maneira com que a vítima foi apunhalada, a tinta encontrada tanto no portão de seu jardim quanto na arma do crime, a maneira com que ela, a arma, foi utilizada. Os motivos que levariam o criminoso a agir também se revelam como cruciais, por muito tempo John Doe chantageou um de seus vizinhos dizendo que sabia de um caso extraconjugal de sua esposa e que possuía cartas que comprovavam a infidelidade. Até que ponto isto pode determinar a ação do chantageado ou de pessoas próximas a ele? Questionar sobre as motivações auxilia no descarte de testemunhos e na reconstituição dos passos do suspeito na hora do crime de assassinato. A confluência entre as evidências físicas (o exterior da ação) e as motivações e razões (o interior da ação) do assassino configuram o espaço investigativo do historiador-detetive instaurando também seus possíveis limites. Com base nesses dois aspectos,

²²⁴ Op. Cit., p. 268.

evidências e questionamento criativo, o investigador é capaz de apresentar uma inferência histórica legítima a despeito de testemunhos falhos ou interessados em encobrir a verdade.

Como defende Collingwood, evidências não falam sozinhas. A tarefa de despertá-las do silêncio é do historiador e de suas perguntas. O combustível²²⁵ para este processo criativo é o questionamento, são as perguntas que ditam o progresso do investigador. As perguntas, e aqui temos uma antecipação do que Collingwood defenderia em sua lógica de pergunta e resposta, devem ser sensíveis, o questionamento deve ser inteligente. A investigação ingênua é aquela que pergunta a todo momento, ‘quem matou John Doe?’ É este aspecto que Sara Albieri salienta quando comenta a analogia historiador-detetive proposta por Collingwood:

O novo historiador não age como Sherlock Holmes, recolhendo sistematicamente todas as pistas, para depois organizá-las com algum nexos, mas antes como Hercule Poirot, usando as “pequenas células cinzentas” para pensar antes de agir, propondo questões que orientem seletivamente a pesquisa das pistas. Por isso Collingwood considera este segundo tipo de historiador, com seu método de perguntas e respostas, mais científico.²²⁶

A distinção recuperada por Albieri entre um detetive colecionador de evidências, ao modo de Sherlock Holmes, e o detetive inquiridor *à la* Poirot faz jus a outro aspecto salientado por Collingwood acerca do papel do questionamento na investigação histórica. Trata-se do direcionamento das perguntas e também do fato de que o questionamento significa, neste caso, o próprio pensamento. Nesse ponto, Collingwood recorre à Platão para justificar a ideia. “Esta é a ideia socrática”, diz o autor, “que Platão expressou ao definir o pensamento como o diálogo da alma com ela mesma, e na prática literária de Platão está claro que por diálogo ele entende um processo de perguntas e respostas.”²²⁷

²²⁵ *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1994, p. 273.

²²⁶ Albieri, S. Razão e experiência na constituição do conhecimento histórico: reflexões sobre os aspectos indiciários do paradigma newtoniano. *Dimensões*. Revista de História da UFES. No. 24, 2010, p. 294.

²²⁷ *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, p. 274.

Além disto, as perguntas não devem representar uma caçada às cegas ou ingênua. Elas devem representar um esforço científico a partir do próprio processo introspectivo. As questões são colocadas pelo historiador não com a ambição de que alguém de boa vontade as responda sinceramente; ao contrário; elas partem do historiador e é ele mesmo que as tem de responder, daí a autonomia do historiador.

Mais adiante, Collingwood defende a ideia de que o historiador deve tratar suas fontes como evidências. Ao contrário da prática que Collingwood denomina história tesoura e cola, limitada ao que já foi dito sobre um determinado problema, a História propriamente não está simplesmente circunscrita ao âmbito da crítica ou até mesmo da hipercrítica²²⁸ das fontes. Uma vez resguardada a liberdade para o questionamento, o caráter científico da História é reforçado. Para Collingwood, onde o ceticismo enxergou o limite intransponível para o conhecimento histórico, a saber, a ausência de fontes sobre algum problema, a História deve reconhecer um terreno fértil para o trabalho.

Um historiador contemporâneo e de preocupações teóricas bastante vivas, Carlo Guinzburg, em um texto relativamente recente, explorou também a analogia entre a investigação criminal e a pesquisa histórica. Em *Mitos, Emblemas, Sinais* (2007), Guinzburg fala de um paradigma para as ciências humanas que teria despontado na segunda metade do século XIX por meio do trabalho de um certo historiador da arte russo, Ivan Lermolieff. Guinzburg conta que este era, na verdade, o pseudônimo para Giovanni Morelli, um historiador da arte italiano que causou impacto na cena estética ao propor um método eficaz para atribuição de autoria para pinturas.

O então chamado método Morelli tentava atribuir a autoria não por meio dos traços mais marcantes das pinturas, mas por meio das filigranas de estilo praticamente imperceptíveis. Assim, a recorrência peculiar de pequenos detalhes que aparentemente teriam pouco a dizer se tornava, para Morelli, o ponto capital para reconhecer uma pintura como de um artista e não de outro. Segundo esse método comentado por Guinzburg, era preciso em primeiro lugar distinguir a cópia do original e isso somente seria possível se prestássemos atenção não às “características mais vistosas”²²⁹, e sim aos “pormenores mais negligenciáveis e menos influenciáveis pela escola a que o pintor pertencia”.²³⁰

²²⁸ Op. Cit., p. 279.

²²⁹ *Mitos Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 144.

²³⁰ Op. Cit., p. 144.

Ocorre que Guinzburg recupera uma analogia interessante, proposta em primeiro lugar por Castelnovo, entre o método de Morelli e a atividade do personagem de Conan Doyle, Sherlock Holmes.²³¹ Os caminhos da investigação na história da arte e os da investigação criminal, mesmo que em sua forma literária e mais imaginativa, se encontram compartilhando dos indícios, do paradigma indiciário, tal como quer Guinzburg. Um comentário importante sobre o método Morelli reproduzido por Guinzburg é o de Freud, presente em o *Moisés de Michelangelo* (1914).²³² Neste texto, Freud paga tributo a ideia original de Morelli, e reconhece a importância da abordagem de traços aparentemente insignificantes para a compreensão humanística do fenômeno psicanalítico. Nas palavras de Freud, tais como transcritas por Guinzburg, “Creio que seu método está estreitamente aparentado à técnica da psicanálise médica”.²³³ Guinzburg procura apontar, a partir daí, o ponto em comum em Morelli, Doyle e Freud: todos os três eram médicos de formação e estariam partindo de “sintomas” infinitesimais para se chegar a conclusões mais abrangentes tanto nas artes pictóricas, quanto na literatura e na psicanálise.

Guinzburg enxerga aí um paradigma em seu nascedouro e a relevância de seu comentário para um estudo sobre Collingwood é justamente a analogia investigação criminal-pesquisa histórica. Vimos, com o auxílio do comentário de Albieri, que o detetive de Collingwood seria diferente do de Conan Doyle. Assim, teríamos Sherlock Holmes como um indutivista estrito, enquanto Collingwood defenderia um detetive ordenando suas evidências segundo o questionamento autônomo e criativo. Todavia, a aproximação, em Collingwood, entre as duas atividades antecipa Guinzburg em mais de quarenta anos.

É bem verdade que o retrato do chamado paradigma indiciário oferecido por Guinzburg representa um exercício refinado e complexo e que aponta características epistêmicas das ciências humanas muito importantes. O próprio Guinzburg reconhece que a imagem que seu texto forma sobre a gênese do tal paradigma pode ser interpretada como um trabalho de tapeçaria em que os fios são longos e cujos entre laços podem e devem ser lidos em mais de um sentido. E sobre este aspecto Guinzburg ressalta:

Poderíamos comparar os fios que compõem esta pesquisa aos fios de um tapete. Chegados a este ponto, vemo-los a compor-se numa trama densa e

²³¹ Op. Cit., p. 145.

²³² Op. Cit., p. 147.

²³³ Op. cit., p. 147.

homogênea. A coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete em várias direções. Verticalmente, e teremos uma seqüência do tipo Serendip-Zadig-Poe-Gaboriau-Conan Doyle. Horizontalmente, e teremos no início do século XVIII um Dubos que classifica, uma ao lado da outra em ordem decrescente de inconfiabilidade, a medicina, a *connoisseurship* e a identificação das escritas.²³⁴

Mesmo assim, não nos passa por alto que o exercício epistemológico de Guinzburg poderia ganhar em profundidade, fosse considerado o apanhado de Collingwood que considera não apenas a organização das evidências e dos indícios, mas o papel do questionamento para a concatenação dos sinais disponíveis ao historiador. Essa suspeita é reforçada pelo fato de que Collingwood apresenta a analogia a partir da prática historiográfica e de sua atividade arqueológica, mais um motivo para incluir a contribuição deste inglês no complexo e detalhado “tapete”²³⁵ de Guinzburg. A possibilidade se torna ainda mais clara quando Guinzburg procura desarticular o paradigma indiciário distinguindo a leitura dos rastros meramente naturais, como os que ocupavam a paleontologia de Cuvier, e os traços e indícios que ostentam complexidade cultural. Ora, qual é a principal preocupação de Collingwood se não a de ultrapassar o nível meramente físico ou natural das evidências para se chegar ao pensamento e às motivações das personagens históricas?

Collingwood conclui seu comentário acerca do valor do questionamento e das evidências na história científica lembrando não apenas a diferença entre Hercule Poirot e suas “pequenas células cinzentas” e Sherlock Holmes. “Você não pode coletar evidências”, diz Collingwood, “antes de começar a pensar”.²³⁶ Ele lembra também a máxima de Lord Acton, já mencionada neste trabalho, “Estudem-se problemas, não períodos”. Collingwood, assim, oferece o questionamento como regra, evidências como ferramentas e a reconstrução do pensamento como o principal objetivo do historiador científico.

É possível, ainda, avaliar o impacto mais recente das ideias de Collingwood sobre o papel epistemológico das evidências históricas situando seus argumentos no debate sobre o construtivismo na historiografia. Alguns autores buscam em Collingwood amparo lógico

²³⁴ Op. Cit., 170.

²³⁵ Op. Cit., 170.

²³⁶ *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1994, p. 281.

para defender uma postura essencialmente construtivista. Para autores como Leo Goldstein, Collingwood fornece argumentos fortes o bastante para aceitarmos que a investigação do historiador não é uma investigação sobre o passado em si, mas uma concatenação teórica em que se destaca toda a subjetividade do próprio historiador.

Outros autores, como der Dussen e Dray, rejeitam radicalmente a tentativa de apresentar o idealismo de Collingwood como uma autorização ao construtivismo e ao relativismo historiográfico. Os dois aceitam que, durante a década de 1920, Collingwood de fato apresentava-se quase como cético com relação ao conhecimento histórico. Mas no final dessa mesma década Collingwood tem sua guinada historiográfica. Para der Dussen e Dray, textos como ‘Historical Evidence’, a que vínhamos considerando até aqui, demonstram a preocupação de Collingwood em apresentar a História como uma disciplina criativa e autônoma, sim, mas não exclusivamente inventiva e inapelavelmente relativista. Dussen é ainda mais incisivo do que Dray quando aponta Collingwood como um antídoto contra as extravagâncias pós-modernas que “infectaram”²³⁷ as ciências humanas a partir da década de 1970.

Entretanto, William Dray, em *History as Re-enactment*, tenta refutar com mais paciência os argumentos de autores como Goldstein e Nielsen, ambos defendendo posições construtivistas e tentando se apoiar na obra de Collingwood. Para Dray, como vimos anteriormente a propósito da discussão sobre a teoria da pressuposições, a tentativa é frustrada porque a maneira com que Collingwood fala sobre o papel epistêmico das evidências históricas não permite, simplesmente, tais conclusões. Segundo Dray, os construtivistas tentam passar adiante a visão de que os escritos de Collingwood endossam a ideia de que o historiador não investiga o passado em si ou o passado como algo independente da subjetividade do historiador. No entanto, a estratégia para isto é levar em conta textos do início da década de 1920 quando Collingwood não havia ainda percebido Filosofia da História como um problema teórico fundamentalmente importante.

²³⁷ The Philosophical Context of Collingwood’s Re-enactment Theory. In.: *International Studies in Philosophy* XVII:2, (1984), p.81.

6.3 Críticas à Doutrina do *Re-enactment*

O primeiro intelectual a propor discussão sobre a Teoria da História de Collingwood foi William Walsh, também de Oxford. Seu artigo, *R. G. Collingwood's Philosophy of History*, publicado em 1947, um ano após a publicação póstuma de *The Idea of History* e quatro anos após a morte de seu autor, inaugura o canal para o interesse de outros acadêmicos. Mais do que um texto com espírito de revista crítica para *The Idea of History*, Walsh propunha uma exposição das principais linhas argumentativas de Collingwood utilizando, também, textos como *Speculum Mentis*, *An Essay on Metaphysics* e *An Essay on Philosophical Method*.

Ao iniciar o texto, Walsh expõe o parco interesse específico, por parte dos cientistas e filósofos de língua inglesa, quanto à Filosofia da História:

A Filosofia da História não é um tema que tenha atraído muita atenção neste país. A preocupação com os métodos e resultados das Ciências Naturais, e o descaso para com a racionalidade histórica oferecida por Hegel e outros autores no início do século XIX, serviu para que muitos filósofos britânicos reconhecessem o problema apenas casualmente. É, portanto, de interesse especial encontrar um escritor inglês com habilidade fora do comum, tanto em argumento quanto em expressão, ele mesmo historiador de destaque em seu campo específico, dedicando grande parte de seu pensamento filosófico ao conhecimento histórico e suas implicações mais amplas.²³⁸

Por mais simples que possa parecer este simples diagnóstico, o de que a Filosofia da História não suscitava interesse, ele pode ser o indicativo para a compreensão do espírito do início do século XX. Como já tentamos expor, recorrendo especialmente ao relato

²³⁸ Walsh, W. R. G. Collingwood's Philosophy of History. *Philosophy*, Vol. 22, No. 82, (Jul., 1947), pp. 153-160.

histórico de A. J. Ayer, o objetivo geral dos intelectuais ingleses neste período parecia ser o de substituir ou refutar por completo as idéias do hegelianismo preponderante no século XIX. Os avanços científicos e técnicos providenciavam, de fato, uma corrida cuja meta seria a objetividade. Desta maneira, filósofos empedernidos pelo espírito cientificista procuravam propor uma epistemologia resignada, se contentando, tão somente, com a elucidação conceitual dos princípios metodológicos e teóricos das Ciências Físicas. A falta de interesse na Filosofia da História consistia, portanto, não apenas numa opção curricular sem mais conseqüências, ela consistia, isto sim, num sintoma de uma crise cultural da época.

Sob este aspecto, as críticas de Walsh a Collingwood emprestam forma não ao estudo acadêmico restrito a um autor específico, mas ao escrutínio mais seriamente orientado em direção aos problemas epistemológicos da história e suas implicações.

Walsh procura apontar algumas críticas aos principais argumentos de Collingwood no livro publicado após sua morte. Ao realizar a tarefa, Walsh se aparta da primeira parte do livro, a que aborda a história da historiografia ou o desenvolvimento, ao longo do tempo, do conceito de história. Walsh procura direcionar a atenção para a parte filosófica do texto, a segunda parte.

A primeira crítica de Walsh é quanto à implicação do pressuposto de Collingwood de que o pensamento, e somente ele, conta como objeto de estudo do historiador. Segundo Walsh, o pressuposto assume uma autonomia para o pensamento e a ação humana que eles não possuem de fato. O comentador explica que o objetivo de Collingwood é o de afastar a História de qualquer concepção naturalista radical. Mas, como resultado, Collingwood chega a uma concepção distante da realidade assumindo que o pensamento humano, exclusivamente, molda a ação humana:

Sem dúvidas gostaríamos de crer que o homem, em algum sentido, constrói sua própria história, e é interessante que até mesmo Marx assume que ocorra assim, uma vez efetivada a revolução comunista; mas defender que toda ação humana é produto autônomo da razão humana é pouco plausível. Dizer que toda ação humana possui um lado racional, e que, portanto, toda história pode ser interpretada em termos de propósitos é uma coisa; dizer que estes propósitos

são todos racionais, no sentido de que são resultado de pensamento deliberado, é bem outra.²³⁹

Walsh parece ser o primeiro crítico de Collingwood a apontar seu mote, o de que só é possível a história do pensamento, como uma restrição muito severa. No mesmo ano, 1947, Maurice Mandelbaum²⁴⁰, em uma rápida resenha para *The Idea of History*, compartilhava com Walsh o teor desta crítica. Outro ponto em comum entre os dois autores é que ambos não foram capazes de perceber o real impacto da interferência de Knox naquela edição. O tempo fez justiça, entretanto, somente em 1978, como dissemos anteriormente, quando especialistas se deram conta de que as idéias de Collingwood podiam contar com interpretações diferentes utilizando-se os manuscritos, principalmente os de 1926 e 1928.

Outra parte importante do artigo de Walsh é sua crítica à maneira como Collingwood aborda o problema da objetividade na História. Walsh acredita que a exposição do problema em *The Idea of History* é bem razoável, mas o mesmo não pode ser dito sobre a solução para o problema encontrada no texto. Para Walsh Collingwood, em alguns momentos, até mesmo subestima o problema da objetividade ao concluir que inferências históricas não possuem grau de certeza apenas probabilístico, mas sim um grau de certeza comparável aos das ciências exatas.

Segundo Walsh a própria tentativa de Collingwood em apresentar o pensamento humano como matéria da investigação histórica desautoriza esta conclusão. A base do raciocínio crítico de Walsh é a constatação de que reconstruir pensamentos, contemporâneos e passados, envolve dificuldades quase intransponíveis, daí a temeridade de concluir que inferências históricas podem atingir grau máximo de certeza:

²³⁹ Op. Cit., p. 155.

²⁴⁰ Nesta resenha, Mandelbaum resume seu ponto de vista sobre o objetivo de Collingwood de apresentar o pensamento como único objeto de estudo do historiador: “Pergunto se Collingwood oferece aos historiadores fórmulas pelas quais possam evitar as dúvidas da velha historiografia, apreender a historia universal em sua completude interna, *conhecer a história*, escrever a história como realmente deve ser, se apresenta diretrizes seguras para a prática historiográfica. Não creio que ele tenha alcançado a este resultado na esfera do conhecimento absoluto.” Para Mandelbaum, assinalando uma passagem bíblica, somente alcançaremos ao resultado se obtivéssemos Onisciência e se estivéssemos mais próximos dos anjos. A julgar pela ação humana na história e no presente, Mandelbaum corretamente afirma que estamos mais longe dos anjos do que poderia supor o Livro sagrado dos cristãos. *The American Historical Review*, Vol. 52, No. 4 (Jul., 1947), pp. 704-708.

“(…), mesmo que alguém aceite a proposição geral de que a tarefa da história é em alguma medida repensar o pensamento de pessoas do passado, as dificuldades de se realizar tal tarefa devem ser admitidas como extraordinárias. Uma olhada no problema adjacente sobre compreender o pensamento de contemporâneos será suficiente para tornar a situação clara. Sem dúvidas, é verdadeiro que em algumas ocasiões posso saber precisamente o que outro alguém esteja pensando; sendo esta uma condição para que exista qualquer compreensão inteligente de uma mente por parte de outra. Mas estas ocasiões surgem, normalmente ao menos, quando existe o esforço deliberado de uma mente em expor seus pensamentos a outrem: como, normalmente, um falante ou um escritor põe todas as cartas na mesa e tenta tornar suas pressuposições claras. Acadêmicos preocupados com a busca pelo conhecimento, e ansiosos por destacar seus pensamentos do contexto emocional no qual emergem, sem dúvidas preenchem estas condições frequentemente, mas não se pode dizer que políticos e até mesmo homens comuns o façam com frequência comparável. Portanto, descobrir o que Stalin, por exemplo, pensa neste momento – descobrir mesmo a linha geral de seu pensamento – não é nada fácil; é uma questão de pesar evidências, comparar hipóteses, etc., daí a dificuldade de surgir uma conclusão certa. Mas se o conhecimento de mentes contemporâneas pode ser assim difícil, quão mais o será o conhecimento histórico, onde as evidências podem ser obscuras e onde podemos trabalhar segundo preconceitos dos quais sequer estamos conscientes?

Em vários momentos de *The Idea of History*, é apresentado ao leitor a noção de que as inferências históricas se assemelham àquelas da Matemática. Neste sentido, Walsh tem razão ao estranhar a linha de raciocínio adotada por Collingwood. Para Walsh, o conceito de *re-enactment*, ou mote de que o objeto de conhecimento do historiador é o pensamento humano, não dissipa as dificuldades do problema da objetividade. Ao contrário, sugere ainda mais dificuldades metodológicas e filosóficas. Pois, como lembrado na passagem acima, se compreender pensamentos contemporâneos implica em sérios obstáculos, mais ainda o pensamento levado a cabo em épocas distantes.

Walsh explica que, para Collingwood, a reconstrução do pensamento das personagens históricas implica em identidade. Isto é, o conceito de *re-enactment* sustenta que quando o historiador reconstrói o pensamento a que deseja compreender, é posto em prática não um pensamento semelhante ao do agente histórico, mas sim o próprio pensamento do agente. Assume-se, portanto, que ao compreender o pensamento de Euclides, o historiador realiza novamente aquele pensamento. Não há diferença numérica entre o pensamento de Euclides e a reconstrução por parte do historiador. Walsh resume o ponto desta maneira:

Aqui é defendido que embora um ato de pensamento não possa ser refeito em seu contexto original, pode, mesmo assim, ser repetido: eu posso refazer o mesmo ato de pensamento de Julio César, o mesmo pensamento pode tomar lugar em duas séries mentais diferentes.²⁴¹

Segundo Walsh, a Filosofia da História de Collingwood tentou resolver o problema da objetividade no conhecimento histórico através desta noção. Pois ao reconstruir o pensamento não há diferença específica entre um ato de pensamento e outro, nem sequer existe semelhança, existe sim identidade ontológica. Com base nesta identidade a doutrina de Collingwood, segundo Walsh, oferece justificativa epistemológica para a História:

Se estas idéias são defendidas, elas de alguma maneira se movem no sentido de resolver o problema da objetividade histórica. Em defesa delas, Collingwood questiona sobre o que significa quando falamos de um único ato de pensamento. Quanto dura um ato de pensamento? Se penso em algo por cinco segundos, presto atenção a outra coisa por outros três segundos, retornando a primeira coisa, isto é um ato de pensamento ou dois? Se digo que é um (como poderia muito bem fazer se confrontado com alguns exemplos) e concedo que um ato de pensamento pode ser revivido após um intervalo, Collingwood acredita ter resolvido à questão, uma vez que não enxerga diferença entre uma

²⁴¹ Op. Cit., p. 156.

situação em que revivo um ato de pensamento e meu próprio passado (quando tento escrever minha autobiografia) e um em que revivo o pensamento de alguém (quando tento escrever a História de Júlio César).²⁴²

Para Walsh, o problema da objetividade histórica não se resolve por meio dos argumentos de Collingwood. Sua resenha propõe que a linha de raciocínio proposta em *The Idea of History* deixa em aberto a questão dos critérios para a reconstrução do pensamento das personagens históricas. O critério apresentado por Collingwood, a imaginação histórica *a priori*, é insuficiente, ela mesma uma noção obscura pedindo por justificativa.

Tampouco, Walsh concorda com a tentativa de se aproximar da objetividade histórica destacando o pensamento de seu contexto emocional. Neste sentido, é proposta a questão: “Quando o historiador Collingwood tentou reconstruir a História da Bretanha Romana, até que ponto pôde reivindicar universalidade para seus resultados?”²⁴³ A resenha de Walsh assume que Collingwood não foi muito longe, neste aspecto.

Outro ponto de *The Idea of History* explorado por Walsh é o fato de Collingwood assumir que o conhecimento histórico é conhecimento do particular. Walsh defende que é impossível a tentativa de conhecimento do passado deixando de lado concepções gerais sobre a natureza humana. Para discordar de Collingwood, Walsh se apóia na literatura. Para este crítico, só somos capazes de apreender o valor e o significado dos textos literários porque utilizamos nossas observações e generalizações acerca de características da natureza humana. Assim, nos comovemos com as personagens de Tolstoi porque estabelecemos critérios de comparação e abstração a partir do que sabemos anteriormente. Analogamente, quando nosso objetivo é a compreensão das ações humanas no passado, carregamos conosco não apenas generalizações estritamente científicas, mas também generalizações sobre a natureza humana.

Para Walsh, é pouco significativo que Collingwood defenda inicialmente a certeza absoluta de julgamentos históricos e, mais tarde, se apresente como um relativista.

²⁴² Op. Cit., pp. 156-7.

²⁴³ Op. Cit., p. 158.

Contudo, podemos propor aqui alguma intervenção. É que Walsh percebe um possível tom relativista em Collingwood a partir do prefácio de Knox, e não da argumentação original de *The Idea of History*. Criticando esta característica em Collingwood, Walsh cita a passagem mencionada na justificativa bibliográfica dessa tese. A passagem, segundo Knox, estava contida em uma carta perdida de Collingwood a ele, não nos textos selecionados representativos da Filosofia da História de Collingwood. Walsh teria razão, entretanto, em estranhar tal contradição: como um autor, tido por defender que a História é a ciência da mente ou natureza humana, poderia assumir radicalmente o relativismo? A contradição, entretanto, não se infere dos escritos de Collingwood.

A última crítica de Walsh a *The Idea of History* é o questionamento quanto à própria ideia de que a ciência da natureza humana é a História. Walsh discorda de Collingwood, pois acredita que as outras disciplinas, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e a Literatura são também peças colaborativas e significativas no que diz respeito à busca do retrato da natureza humana.

Contudo, não foi somente a resenha de Walsh que abre o caminho para o acesso crítico à obra de Collingwood. Sua atuação como professor de Filosofia, também em Oxford, desperta o interesse de seu estudante, William Dray. Dray, por sua vez, se aproxima dos argumentos de Collingwood para discordar do monismo metodológico de K. Hempel, E. Nagel e K. Popper. Sua tese de doutorado, mais tarde publicada, *Laws and Explanation in History* procura resgatar o valor cognitivo das propostas idealistas em Filosofia da História, neste caso, Collingwood se apresenta como figura central.

O principal ponto defendido por Dray é o de que o modelo explicativo positivista não é compatível com o que ocorre com explicações históricas bem sucedidas. Para Dray, a explicação histórica não parte de condições iniciais, passando por leis gerais, estabelecendo nexos causais e oferecendo, por conseguinte, previsões futuras. Aqui, tanto quanto Collingwood, Dray compartilha da distinção proposta pelos compreensivistas alemães, principalmente Dilthey. A compreensão histórica, neste sentido, diverge da explicação estritamente científica, da explicação causal. Outros fatores envolvem a reconstrução imaginativa do passado o que torna a História peculiar, porém não menos racional.

O que Dray faz, apoiando-se, principalmente, no idealismo de Collingwood, é ressaltar o caráter empático da atividade historiográfica. Neste sentido, podemos destacar a seguinte passagem como indicativa desta idéia:

Para compreender a ação humana, poder-se-ia dizer, é necessário ao investigador, de alguma maneira, descobrir o que há de pensamento nela; não é suficiente apenas conhecer o padrão geral de comportamento usual. O historiador deve penetrar além das aparências, alcançar o interior da situação, identificar-se empaticamente com o protagonista, se projetar imaginativamente em sua situação. Ele deve reviver, reconstruir (*re-enact*), repensar, experimentar seus medos esperanças, planos, desejos, visões, intenções, etc., daqueles a que tenta compreender. O historiador, pela natureza de sua tarefa, busca fazer mais do que isto.²⁴⁴

Partindo do pressuposto collingwoodiano de que a História deve se ocupar da ação humana, Dray defende o que chama de modelo racional de explicação. Este modelo ao contrário do que alguns críticos pudessem apontar, não é um modelo em oposição à pesquisa empírica. Contudo, Dray defende que na pesquisa histórica a empatia não está separada da investigação empírica, “para calçar as botas de Disraeli o historiador não se pergunta apenas: o que eu teria feito?; ele lê os decretos de Disraeli, suas cartas, seus discursos.”²⁴⁵ O objetivo do historiador, segundo Dray, é alcançar a compreensão por meio de um equilíbrio entre atitude empática e evidência histórica. O historiador, neste sentido, procura reconstruir o cálculo do agente histórico ao levar adiante um processo de decisão, ao levar empaticamente adiante sua ação.²⁴⁶

O modelo de explicação racional defendido por Dray, com base no idealismo collingwoodiano, e principalmente no conceito de *re-enactment*, absorve originalmente princípios epistemológicos incompatíveis com os programas explanatórios positivistas. Estes princípios idealistas, segundo Dray, podem ser parcialmente enumerados com o auxílio de um conjunto de termos pertinentes a um processo de investigação

²⁴⁴ Dray, W. *Laws and Explanation in History*. Oxford: Clarendon Press, 1957, p. 119.

²⁴⁵ Op. Cit., p. 129.

²⁴⁶ Op. Cit., p. 125.

eminentemente humanístico: “Penetrar, identificar, projetar, reviver, repensar e reexperimentar” são alguns dos elementos imprescindíveis ao repertório da explicação historiográfica.

Sendo assim, Dray defende a idéia de que a reconstrução histórica possui como princípios de orientação elementos essencialmente subjetivos sem os quais a explicação histórica passa a carecer de significado.

Na verdade, Dray pretende apresentar um relato original sobre a epistemologia da história. Isto é, o autor não se limita a expor e comentar as ideias de Collingwood e outros idealistas, sua tentativa é mais ambiciosa e tem por objetivo uma posição inovadora e mais coerente. Contudo, os principais elementos de seu relato sobre a explicação histórica exibem como amparo as linhas gerais de Collingwood, tais como a peculiaridade da investigação histórica e seus procedimentos essencialmente empáticos e humanísticos.

A tese de Dray, podemos dizer, colocou o pensamento de Collingwood no mapa das principais polêmicas sobre a epistemologia da história. Se antes da década de 1960 o autor era quase ignorado e seu idealismo não obtinha força o bastante para transpor os limites de Oxford, com William Dray, os argumentos de Collingwood ganham considerável alcance e repercussão.

Ainda nos anos 1960, outro trabalho em língua inglesa que chamou a atenção para o pensamento de Collingwood foi *The Latter Philosophy of R.G. Collingwood*, de Alan Donagan.

Donagan diverge de Dray quanto aos objetivos. Enquanto Dray procura, de certo modo, justificar e aprimorar a Filosofia da História de Collingwood, Donagan procura discutir as principais características da Filosofia tardia do autor. Desta maneira Donagan acaba por perpassar elementos em Collingwood não muito explorados por Dray em sua tese. Podemos destacar a atenção que Donagan dedica a Filosofia da Linguagem e a Filosofia da Mente. Enquanto Dray assume o pensamento de Collingwood como ponto de partida para seu modelo de explicação histórica, Donagan procura analisar criticamente em pormenores a Filosofia de Collingwood.

Por comparação, o trabalho de Donagan aponta mais insuficiências e tensões argumentativas do que o de Dray. Já o plano geral do livro de Donagan indica uma postura

mais severa quanto à interpretação e análise dos argumentos e as palavras que abrem a introdução propõem uma atitude autônoma frente à escrita de Collingwood em geral:

O primeiro obstáculo para a compreensão da filosofia tardia de Collingwood é sua própria narrativa de seu desenvolvimento, que, para além de qualquer dúvida, não é verdadeira. O diretor de St. Andrews, T. M. Knox, seu executor literário, já havia chamado atenção para este fato. A narrativa contida na autobiografia de Collingwood oferece, melancolicamente, evidências de um perigo intelectual que ele mesmo havia exposto. Apenas dois anos antes de escrevê-la, lembrou a autores de autobiografias que ao reconstruírem seus próprios pensamentos, ‘lembranças são guias traiçoeiros’; reprovou políticos que escrevem suas próprias memórias, eles ‘lembram muito bem do impacto e das emoções de uma crise, mas são capazes, ao descrever a política que defendiam, de contaminá-la com idéias que pertencem de fato a um estágio posterior de suas carreiras’.²⁴⁷

Donagan inicia o trabalho discordando de Collingwood. Ele pretende apontar os enganos do autor, até mesmo em sua autobiografia, assegurando que seu desenvolvimento intelectual pode contar com uma descrição distinta. Para Donagan, a narrativa de alguns períodos da autobiografia está contaminada com o teor de outros períodos. Mesmo Donagan não estando totalmente certo dos erros do ‘executor literário’ de Collingwood, sua postura inicial indica um rigor crítico realmente disposto a testar os argumentos daquele autor.

O objetivo de Donagan, contudo, não é o de expor as fraquezas dos argumentos de Collingwood para descartá-los como insuficientes, ao contrário disto, Donagan pretende, ao discutir problemas, salientar o valor cognitivo das propostas collingwoodianas e dissipar preconceitos acerca do autor, fosse sobre sua Filosofia da Mente, da História ou sobre a Filosofia da Arte. No Prefácio de seu livro, Donagan declara:

²⁴⁷ Donagan, A. *The Later Philosophy of R. G. Collingwood*. Oxford: The Clarendon Press, 1962, p. 1.

Collingwood não foi ainda situado entre os filósofos do entre Guerras cujas obras merecem destaque. Embora muito lidos, seus livros raramente foram abordados com profundidade; tampouco pretendo tê-los dominado completamente. Este livro representa pouco mais do que uma impressão sobre como se desenvolveu a Filosofia de Collingwood depois da publicação de seu *Essay on Philosophical Method*. Neste caso, espero que possa persuadir alguns de meus leitores ao abandono de preconceitos com que os livros tardios de Collingwood têm sido frequentemente consultados.²⁴⁸

O texto de Donagan, portanto, pretende apresentar Collingwood alertando, ao mesmo tempo, para sua relevância. Um dos méritos desta apresentação de Donagan, além do teor crítico com que muitas das idéias são desenvolvidas, é a discordância com relação aos critérios de edição de T. Knox.

Mesmo não tendo acesso a muito do material inédito de Collingwood, Donagan discordava da atitude de Knox de subdividir a obra de Collingwood entre não historicista saudável e historicista decadente acometido por uma série de derrames. Para Donagan, nenhum filósofo, mesmo que enfraquecido por problemas de saúde, muda de idéia sobre qualquer assunto sem que tenha, para isto, uma razão. Donagan, então, discorda de Knox e prefere uma interpretação que busque a coesão e a coerência da obra de Collingwood. A despeito dos problemas de saúde que debilitaram Collingwood em sua fase madura, Donagan tenta elucidar as razões que Collingwood teria para se movimentar por entre seus argumentos, mesmo que não elaboradas cuidadosamente e com detalhes em seus textos.

Para Alan Donagan, é questionável se podemos dividir a obra de Collingwood entre um período historicista e outro não historicista. A compreensão adequada da fase madura de Collingwood, segundo Donagan, passa pela interpretação da relação entre a Filosofia e a História. Para ele, a proposta de redução da Metafísica à História de *An Essay on Metaphysics* e na autobiografia é superada nos outros trabalhos tidos pelo próprio Donagan como mais importantes, *The Idea of Nature*, *The Idea of History*, *The Principles of Art* e *The New Leviathan*. Assim, podemos destacar do texto de Donagan:

²⁴⁸ Op. Cit., p. vii.

Seus trabalhos filosóficos mais importantes como *The Idea of Nature*, *The Idea of History*, *The Principles of Art*, e *The New Leviathan* formam um todo consistente, que não deveria ser dividido em dois grupos, um historicista e outro não historicista. Deste todo, Collingwood oferece duas interpretações distintas: uma idealista no *Essay on Philosophical Method*, e um historicista na autobiografia e em *An Essay on Metaphysics*. Nenhuma destas interpretações se adéqua aos seus resultados filosóficos.²⁴⁹

A partir daí, Donagan propõe uma exposição ampla sobre as idéias de Collingwood buscando sempre a unidade de sua doutrina. Discordando de Knox e mesmo de Collingwood quando, segundo o comentador, ele oferece um relato inadequado de seu próprio desenvolvimento intelectual, Donagan não só auxilia na inserção do pensamento de Collingwood na agenda teórica do pós-guerra, mas também garante, ao lado do trabalho de William Dray, a discussão epistemológica sobre a natureza do conhecimento histórico. Discussão esta a que positivistas como Hempel e Popper acreditavam ter superado por meio da defesa do modelo nomológico dedutivo de explicação.

As críticas de Walsh, Dray e Donagan refletem a recuperação de um autor, Collingwood e seu conceito de *re-enactment*, e também o reafirmar do debate filosófico, no mundo anglo-saxão, sobre o conhecimento histórico. Com apoio no pensamento de Collingwood, estes autores tentaram reconhecer e distinguir padrões de explicação e expor problemas que apenas a investigação sobre o passado suscita. Os trabalhos destes três autores abriram espaço para a discussão subsequente específica sobre Collingwood, agora não apenas em língua inglesa, mas também aprofundando o debate sobre a Teoria da História e sobre a Metodologia em História das Idéias.

²⁴⁹ Op. Cit., p. 18.

Conclusão

Levando-se em conta o cenário intelectual da primeira metade do século XX, pudemos avaliar o desenvolvimento das ideias de Collingwood sobre o conhecimento histórico e também o impacto delas neste contexto. Vimos que embora Collingwood tentasse se apresentar como um intelectual solitário na oposição frente às correntes neo positivistas, as linhas gerais de sua argumentação obedeciam, de certa forma, as diretrizes básicas da polêmica entre historiadores idealistas e positivistas ingleses do século XIX. Desta maneira, historiadores como T. H. Green e F. H. Bradley exercem influência direta não somente nas origens das ideias collingwoodianas, mas também nas características maduras de suas contribuições.

Contudo, mesmo não o aceitando como um inovador radical, no que diz respeito ao embate entre idealistas e positivistas, observamos Collingwood como uma retomada de fôlego para pontos de vistas distintos daqueles que predominavam na cena intelectual britânica do início do século XX. Mesmo que um amplo debate tivesse se desdobrado no século anterior, as ideias de Collingwood reacquecem a polêmica ao tomarem como ponto central a Epistemologia da História. Desta maneira, a visão de um positivismo historiográfico ingênuo ou até mesmo de um ceticismo enfático com relação à possibilidade do conhecimento histórico, a partir da contribuição de Collingwood, passa a ser questionada.

Com esse autor, as preocupações teóricas com relação à investigação sobre o passado tomam um corpo definido e um repertório de reflexão organizado. O próprio desenvolvimento das ideias de Collingwood reflete uma mudança substancial na maneira de pensar os princípios cognitivos da história. A julgar pelo ceticismo de caráter realista em *Speculum Mentis*, no início de década de 1920, para uma reorientação teórica nos textos maduros do final da mesma década, podemos acompanhar a Teoria da História e Collingwood propondo questões importantes para a agenda filosófica do período pós Segunda Guerra. Um aspecto importante desta retomada é o fato de Collingwood ter sido trabalhado na prática as questões teóricas da História. Sua atividade como historiador e arqueólogo da Bretanha Romana legitimaram suas críticas aos filósofos que não enxergavam na História processos e questões de natureza epistemológicas capazes de modificar suas teorias. Para Collingwood, como vimos, a Arqueologia e a História

funcionavam como um laboratório de testes para as teorias do conhecimento que mais se destacavam.

Sendo assim, autores como Bertrand Russell, G. E. Moore e J. A. Ayer se tornavam alvos críticos por privilegiarem a lógica formal e as ciências meramente empíricas como os únicos objetos dignos de reflexão filosófica e metodológica. Segundo Collingwood, a análise estritamente formal e com base apenas nas ciências empíricas negligenciava processos essencialmente humanísticos inerentes ao conhecimento histórico. As consequências dessa atitude não estavam circunscritas apenas ao meio acadêmico, elas refletiam nas configurações sociais e políticas do ocidente de maneira geral. O conhecimento técnico avançava em um ritmo jamais visto, enquanto a reflexão sobre fenômenos essencialmente humanos não acompanhavam esse passo. O resultado mais evidente era a crise das instituições democráticas e dos valores. Collingwood buscou na reflexão sobre o conhecimento histórico um antídoto não apenas para a cegueira epistemológica do neopositivismo, mas também para aquilo que chamou de a “corrupção da consciência”.

Na primeira parte desta pesquisa, procuramos apresentar, em linhas gerais a gênese das ideias collingwoodianas. Procuramos apontar as principais influências e leituras na formação de Collingwood. Pudemos constatar que não só os idealistas britânicos estiveram presentes no horizonte inicial de Collingwood, mas também os idealistas italianos. As ideias de Vico, Croce, de Ruggiero e também Gentile figuraram como pontos de interesse de Collingwood. Vico, para Collingwood, representa uma boa resposta ao ceticismo da Idade Moderna cujo principal representante seria Descartes. É possível perceber que o teor das ideias e Vico inspiraram o autor inglês de maneira marcante. Croce, por sua vez, exerce impacto considerável na formação de Collingwood por duas vias, a da Estética e a da Filosofia da História. Por meio de seu orientador E. F. Carr, um realista de Oxford que desenvolveu também trabalhos no âmbito da Estética, Collingwood travou seus primeiros contatos com a obra de Croce, mais tarde foram apresentados pessoalmente. A presença de Croce no ideário collingwoodiano não é nada discreta, a ponto de um comentador de Croce apontar o trabalho de Collingwood como uma “crocificação” de Hegel.

Assimiladas as leituras formativas e amadurecida a aproximação de Collingwood com relação ao Idealismo continental, o autor prepara sua investida contra os então

chamados realistas de Oxford. Era o rompimento com os ensinamentos dos professores do período de graduação em Oxford. Desta maneira, os trabalhos lógicos de Cook Wilson e Carritt eram superados. Collingwood passava a edificar uma linha de pensamento mais próxima dos idealistas, embora não aceitasse facilmente o adjetivo quando empregado para descrever seus próprios argumentos. Outro autor de Oxford que poderia ser apontado como um realista e que estabeleceu um debate velado, por meio de cartas a Collingwood foi Gilbert Ryle, seu sucessor na cátedra de Metafísica daquela Universidade. Além dos intelectuais de Oxford, os já mencionados Russell e Moore, de Cambridge, representaram o horizonte crítico de Collingwood.

Ao apresentar então suas críticas aos neopositivistas, Collingwood se apoiou na reflexão teórica sobre o conhecimento histórico. Sua Teoria da História possui basicamente três pilares fundamentais: a lógica de pergunta e resposta, a doutrina das pressuposições e o conceito de *re-enactment*. Na segunda parte da pesquisa buscamos compreender essas ideias recorrendo aos textos de Collingwood, mas também de autores que discutiram essas ideias. Mais uma vez, destaca-se o efeito da atividade prática historiográfica de Collingwood em sua teoria.

De seu trabalho como arqueólogo, foi capaz de inferir uma lógica de pergunta e resposta como alternativa a interpretação de elementos tomados isoladamente. Assim, textos e inscrições históricas deveriam ser interpretados como respostas a problemas e perguntas e não como compostos de sentenças e enunciados verdadeiros ou falsos. A verdade histórica para Collingwood não é um atributo lingüístico formal, é, isto sim, o resultado da compreensão apropriada de um complexo de perguntas e respostas.

A ideia de uma lógica de perguntas e resposta está intimamente ligada aos conceitos de pressuposições absolutas e relativas. O objetivo do historiador, ao interpretar complexos de perguntas e respostas, é chegar às constelações de pressuposições que animam um determinado sistema cognitivo. A uma pressuposição relativa, pressuposição esta não tão vital para o objeto em questão, pode se atribuir valor de verdade ou apontá-la como falsa. No caso de uma pressuposição absoluta, esta ação interpretativa já não é mais possível. Uma pressuposição absoluta não pode ser tomada como uma proposição lógica ou lingüística para a qual possamos atribuir valor de verdade.

O valor histórico deste tipo de pressuposição é simplesmente o fato de ser absolutamente pressuposta. A maior parte das dificuldades críticas para Collingwood com

relação a esta ideia surge daí. Como o historiador, tentando compreender racionalmente um complexo de perguntas e respostas – uma ciência, um período econômico – pode deixar de julgar como falsa ou verdadeira uma pressuposição de tipo absoluto? No mais das vezes, a ideia não parece ser compatível com o conceito que rendeu fama a Collingwood: o conceito de *re-enactment*.

Com este conceito Collingwood pretende elucidar o objeto de estudo próprio da História. O pensamento, para Collingwood, é o objetivo último do historiador que age de maneira autônoma, criativa e sensível. O esforço deste inglês inegavelmente remonta ao pensamento de Dilthey. Collingwood, porém, tenta restringir sua ideia de compreensão histórica ao pensamento, evitando qualquer psicologismo que envolva sensações de ordem subjetiva. O caráter objetivo do pensamento, no entanto, é o que apresenta mais dificuldades ao conceito proposto por Collingwood. Vimos que seu objetivo era o de se opor a pensadores que tentaram dissolver os problemas da Teoria do Conhecimento apelando para análises de ordem formal, não seria nada fácil para Collingwood apontar a linguagem como o limite do pensamento. Aqui, como tentamos observar no capítulo sobre o conceito de *re-enactment*, Collingwood padece de um platonismo não justificado, um platonismo sem linguagem e sem matemática. Daí as críticas de autores simpáticos a Collingwood, como Quentin Skinner.

Contudo, mesmo com tantas críticas levantadas, tantas inconsistências apontadas, por que o pensamento de Collingwood permanece objeto de interesse na comunidade científica internacional e tem crescido aqui no Brasil? Em primeiro lugar, porque Collingwood possui aquilo que Nietzsche tanto admirou em Heráclito, Parmênides e Anaximandro, os pré-socráticos; Collingwood possui a coragem filosófica de questionar e o faz com elegância acessível. Sua linguagem alcança a especialistas e instiga não especialistas. Seu estilo é um convite às questões de ordem epistemológicas que a História abriga.

Além disto, Collingwood fala dos problemas cognitivos da História a partir da própria História. Um dos êxitos de Collingwood, e essa era realmente sua intenção, é o e trazer para o terreno da prática a mais etérea abordagem filosófica. Daí seu interesse pelas mais diversas áreas da vida humana, da Política Internacional ao Folclore, do pensamento de Platão e Descartes ao trabalho de Henri Ford.

A variedade de interesses que transparece ao longo do trabalho de Collingwood indica a necessidade de uma reflexão de natureza invariavelmente interdisciplinar. A

própria tentativa de construção de um *rapprochement* entre Filosofia e História traduz o intuito de transitar por fronteiras artificialmente estabelecidas. Mais do que tentar reduzir a Filosofia ou a Metafísica à História, o esforço de Collingwood endossa a necessidade de uma pesquisa construída, sem dúvida alguma, sob confluência de interesses diversos, reconhecimento entre os pesquisadores na área das Ciências Humanas e, mais claramente, sob a solidariedade criativa entre áreas distintas do saber humanístico.

Para a Epistemologia das Ciências Humanas, de modo geral, Collingwood representa um avanço e uma forte justificativa. O melhor termômetro para aferir os efeitos do pensamento de Collingwood, talvez, seja um domínio de pesquisa ainda em gestação, mas que se sabemos nascerá sob o signo da interdisciplinaridade, a História Intelectual.

A despeito das ambigüidades na apresentação do conceito de re-enactment ou ainda na defesa da doutrina das pressuposições, podemos perceber o pensamento como elemento fundamental para a pesquisa histórica. Assim como a física elegeu exemplarmente suas categorias, objeto de estudo e linguagem, a História, a partir do trabalho de Collingwood se aproxima de pistas para adotar seu caminho epistêmico. Caminho este que certamente jamais será capaz de erradicar o debate e o questionamento, mas que certamente pode estabelecer limites, se não no âmbito estritamente epistemológico e investigativo, talvez no âmbito das implicações éticas e políticas da produção do conhecimento histórico.

É inegável que a contribuição de Collingwood mantém seu significado nos dias atuais. Em um mundo em que a tecnologia avança a passos velozes, onde a palavra escrita perde cada vez mais espaço, onde a capacidade de compreensão empática da humanidade perde a cada cruzamento nitidamente seu fôlego, os argumentos de Collingwood, a despeito dos problemas que possamos apontar (em qual filósofo não encontramos problemas?) mantém seu caráter de antídoto. Um antídoto para um mal que Collingwood enxergou em sua época, mas que conserva sua identidade e tem seu poder de destruição intensificado, a corrupção da consciência que nada mais do que a capacidade de tentar compreender o que nos é próprio. Talvez a maior virtude do pensamento de Collingwood tenha sido a de apontar a possibilidade de compreender historicamente as mentes do passado e do presente, apesar de toda e qualquer diferença superficial, o pensamento, para Collingwood, de certa maneira, está fora do tempo. Em tempos de relativismos radicais e construtivismos e individualismos ilimitados, a reflexão sobre a Teoria da História de

Robin George Collingwood pode representar a construção coletiva e compartilhada de um novo caminho teórico e prático.

Bibliografia:

Trabalhos de R. G. Collingwood:

COLLINGWOOD, R. G. *Are History and Science Different Kinds of Knowledge?*
In.: *Mind*, New Series, vol. 31 no. 124, 443-466, 1922.

COLLINGWOOD, R. G. *The Limits of Historical Knowledge*. In.: *Journal of Philosophical Studies*. Vol. 3, 213-222, 1928.

COLLINGWOOD, R. G. *An Essay on Philosophical Method*. Oxford: Oxford University Press, 1933.

COLLINGWOOD, R. G. *Roman Britain and The English Settlements*. Oxford: Oxford University Press, 1937.

COLLINGWOOD, R. G. *The Principles of Art*. Oxford: Oxford University Press, 1938.

COLLINGWOOD, R. G. *The First Mate's Log of a Voyage to Greece in the Schooner Yacht Fleur de Lis in 1939*. London: 1940.

COLLINGWOOD, R. G. *The New Leviathan, or Man, Society and Barbarism*. Oxford: Oxford University Press, 1942.

COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of Nature*. Oxford: Oxford University Press, 1956.

COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History*. New York: Oxford University Press, 1994.

COLLINGWOOD, R. G. *Essays in Political Philosophy*, Oxford: Clarendon Press, 1995.

COLLINGWOOD, R. G. *An Essay on Metaphysics*. Oxford: Clarendon Press, 2002.

COLLINGWOOD, R. G. *An Autobiography*. Oxford: Clarendon Press, 1978.

Trabalhos de outros autores:

- ADELMAN, H. *Rational Explanation Reconsidered: Case Studies in the Hempel-Dray Model*. In.: History and Theory. Vol. 13, No. 03, 1974.
- ALBIERI, S. Razão e experiência na constituição do conhecimento histórico: reflexões sobre os aspectos indiciários do paradigma newtoniano. *Dimensões*. Revista de História da UFES. No. 24, 2010.
- ARRAIS, C. A Filosofia da História de R. G. Collingwood: duas contribuições. *Dimensões*. Revista de História da UFES. No. 24, 2010.
- AUSTIN, J. L. *How to do Things with Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- AYER, A. J. *The Problem of Knowledge*. Harmondworht-Middlesex: Penguin, 1957.
- AYER, A. J. *Philosophy in the Twentieth Century*. Vintage Books: New York, 1982.
- BELVEDRESI, R. *Explicar lo que ocurrio: una evaluacion de la tesis de la re-enactment de Collingwood e sua aplicacion a la explicacion historica*. In: Dialogos: 57-81, Julho de 2003.
- BENTLEY, M. ed. *A Companion to Historiography*. London: Routledge, 1997.
- BLOCH, M *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BLEICHER, J. *Contemporary Hermeneutics, Hermeneutics as Method, Philosophy and Critique*, London, Routledge, 1993.
- BOHMAN, J. *New Philosophy of Social Science: problems of indeterminacy*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1993.
- BOUCHER, D. *The significance of R. G. Collingwood's "Principles of History"*. In: Journal of the History of Ideas, 309-330, 1997.
- BOUCHER, D. *Texts in Contexts. Revisionist Methods for Studying the History of Ideas*. Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1985.
- BOURDÉ, G. e MARTIN, H. *Les écoles historiques*. Paris: Editions du Seuil, 1983.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Unesp, 1991.

- BURNS, R. Collingwood, Bradley, and Historical Knowledge. In.: *History and Theory*. No. 45. May 2006.
- BURKE, P. *A Escrita da História; novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1991.
- BURKE, P. *History and Folklore: A Historiographical Survey*. Folklore, 2004. pp.133-139
- CARR, E. H. *O que é História*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- CASTIGLIONE, D. & HAMPSHER-MONK, I. (Eds.) *The History of Political Thought in National Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- CERTEAU, M.de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COADY, C. *Collingwood and Historical Testimony*. In.: *Philosophy*, vol. 50, No 194, 409-424, 1975.
- CONELLY, J. *Robin George Collingwood*. In.: *The Stanford library of Philosophy*, 2001.
- COUSE, G. S. Collingwood's Detective Image of the Historian and the Study of Hadrian's Wall. In.: *History and Theory*. Vol. 29, No. 04. Beiheft, 1990.
- CROCE, B. *A História Pensamento e Ação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- DANTO, A. *Narration and Knowledge; including the integral text of Analytical Philosophy of History*. New York: Columbia Univ. Press, 1985.
- DALLMAYR, F. and MC. CARTHY, T. *Understanding and Social Enquiry*. Notre Dame Press, 1977.
- DAVIDSON, D. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Oxford University Press 2002.
- DAVIDSON, D. *Truth, Language and History*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- DIETL, P. *Deduction and Historical Explanation*. In.: *History and Theory*. Vol. 25, No. 02, 1968.
- DILTHEY, W. *Introducción a las Ciencias del Espiritu*. México: Fondo de Cultura Económica, 1953.

- DONAGAN, A. *The Later Philosophy of R. G. Collingwood*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- DONAGAN, A. *Collingwood's Debt to Croce*. In.: *Mind*, New Series, Vol.81, No 322, 265-266, 1972.
- D'ORO, G. *Re-enactment and Radical Interpretation*. In: *History and Theory*, 198-208, Maio, 2004.
- DRAY, W. *Laws and Explanation in History*. Oxford: Clarendon Press, 1964.
- DRAY, W. *Filosofia da História*. Rio de Janeiro Zahar, 1977.
- DRAY, W. *History as Re-enactment, R. G. Collingwood's idea of History*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- DUSSEN, J. *Collingwood's Unpublished Manuscripts*. In.: *History and Theory*. No. 01, 1970.
- DUSSEN, J. *The Philosophical context of Collingwood's Re-enactment Theory*. In: *International Studies in Philosophy*, 81-99 27 (2), 1995.
- DUSSEN, J. Collingwood's "Lost" Manuscript of *The Principles of History*. In.: *History and Theory*. Vol. 36, No. 1 (Feb. 1997) pp. 32-62.
- FORASTIERI, R. *História da Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.
- GADAMER, H. G. *Nova Antropologia. O homem em sua existência biológica, social e cultural*. São Paulo: EDUSP, 1977.
- GADAMER, H. G. *Verdade e Método, traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Bragança Paulista, Ed. Vozes, 2004.
- GALLIE, W. B. *Philosophy and the historical Understanding*. London: Chatto and Windus, 1964.
- GARDINER, P. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GLENISSON, J. *Iniciação aos Estudos Históricos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.
- GOLDSTEIN, L. *Collingwood's Theory of Historical Knowing*. In.: *History and Theory*. Vol. 09, No 01, 1970.
- GUINZBURG, C. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- HADDOCK, B. A. *Uma Introdução ao Pensamento Histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- HARRIS, E. *Collingwood's Theory of History*. In.: The Philosophical Quarterly. Vol. 09, No. 01, 1970.
- HARTT, J. History and Civilization: Collingwood's account of their Interrelationships. In.: *The Journal of Religion*, Vol. 33, No. 03, (Jul., 1953), pp. 198-211.
- INGLIS, F. *History Man. The Life of R. G. Collingwood*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- ISER, W. *The Act of Reading. A Theory of Aesthetic Response*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.
- JOHNSON, P. R. G. *Collingwood An Introduction*. Bristol: Thoemmes Press, 1998.
- KEMP, G. *The Croce-Collingwood Theory as Theory*. In.: The journal of Aesthetics and Art Criticism. Vol. 61, No.02, 2003.
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Contraponto: Rio de Janeiro, 2006,
- LEACH, J. *Dray on Rational Explanation*. In.: Philosophy of Science. Vol. 33, No. 01, 1966.
- LEIDEN, W. *Categories of Historical Knowledge*. In.: History and Theory, vol. 23, No 1, 53-77, 1984.
- LIMA, L. C. (org.) *A Literatura e o Leitor. Textos de Estética da Recepção*. Luiz Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MANDELBAUN, M. *Historical Explanation: The Problem of Covering Laws*. In.: History and Theory. Vol. 01, No. 03, 1961.
- MARROU, H. I. *Sobre o Conhecimento Histórico*. Rio: Zahar, 1978.
- MEGLLE, G.. *Actions and Explanations as Understanding Explanations in Actions, Norms Values*. De-Gruyter, Hamilton: 1999
- MENESES, U. B. *Natureza da Arqueologia e do Documento Arqueológico*. São Paulo: FAU-USP (sem data).

- MILLS, W. Positivism Reversed: The Relevance of Giambattista Vico. *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, Vol. 7, No. 1, (1982), pp. 1-14.
- MINK, L. *Mind, History and Dialectic: the philosophy of R. G. Collingwood*. New England: Univ. of Princeton, 1987.
- MINK, L. *Historical Understanding*. Cornell: Cornell University Press, 1987.
- MURE, G. R. Benedetto Croce and Oxford. *Philosophical Quarterly*, Vol. 4, No. 17 (Oct., 1954), pp. 327-331.
- NAGEL, E. *The Structure of Science. Problems in the logic of scientific explanation*. Cambridge: Hackett, 1979.
- NIELSEN, M. *Re-enactment and Reconstruction in Collingwood's Philosophy of History*. In: *History and Theory* Vol. 20 No. 01, 1981.
- POCOCK, J. *Linguagens do Ideário Político*. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp. 2003.
- REX, M. *Collingwood on Reasons, Causes, and the Explanation of Actions*. In: *International Studies in Philosophy*, 47-62. 1991.
- SMITH, T. R. G. Collingwood: 'This Ring of Thought': Notes on Early Influencies. In.: *Collingwood Studies*. Vol.01, Llandybie: Dinefwr Press 1994, pp. 27-43.
- SALAS, C. *History and Theory*, Vol. 26, No. 1 (Feb., 1987), pp. 53-7.
- SKINNER, Q. Meaning and Understanding in the History of Ideas. In.: *History and Theory* 1969.
- STOVER, R. *Dray on Historical Explanation*. *History and Theory*. Vol. 70. No. 28, 1961.
- STUBER, K. *The Psychological Basis of Historical Explanation: Re-enactment, Simulation, and the Fusion of Horizons*. In.: *History and Theory*.
- TAYLOR, C. *Philosophy and the Human Sciences*. In: *Philosophical Papers*. Vol.2 Cambridge University Press, 1985.
- TAYLOR, C. "Comparison, History, Truth. In.: *Philosophical Arguments*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1997.

- TAYLOR, D. A Bibliography of the Publications and Manuscripts of R. G. Collingwood, With Selective Annotation. In.: *History and Theory*. Vol. 24. No. 4. 1985.
- TOMLIN, E. F. *R. G. Collingwood*. London: The British Council, 1953.
- TUCKER, A. *Contemporary Philosophy of Historiography*. In.: *Philosophy of the Social Sciences*, vol. 27 No. 1, Sage Publications: 1997.
- TRIGGER, G. B. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odisseus, 2004.
- WALSH, W. *Introdução a Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- WEINRYB, E. *Re-enactment in Retrospect*. In: *The Monist*, 568-580, 1989.